

VALADARES EM FAMÍLIA: EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS E DESLOCAMENTOS

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO (ORG.)

ABA PUBLICAÇÕES

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL

Coordenador

Antônio Motta (UFPE)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Peter Fry (UFRJ)

Igor José de Renó Machado (UFSCAR)

Coordenador da coleção de e-books

Igor José de Renó Machado

Conselho Editorial

Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM)

Antonio Augusto Arantes (Unicamp)

Bela Feldman-Bianco (Unicamp)

Carmen Rial (UFSC)

Cristiana Bastos
(ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Sarti (Unifesp)

Gilberto Velho (UFRJ) – *in memoriam*

Gilton Mendes (UFAM)

João Pacheco de Oliveira
(Museu Nacional/UFRJ)

Julie Cavignac (UFRN)

Laura Graziela Gomes (UFF)

Lílian Schwarcz (USP)

Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)

Ruben Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano (UnB)

Diagramação e produção de e-book

Mauro Roberto Fernandes

Revisão

Paula Sayuri Yanagiwara

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Diretoria

Presidente

Carmen Silvia Rial (UFSC)

Vice-Presidente

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

Secretário Geral

Renato Monteiro Athias (UFPE)

Secretário Adjunto

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Tesoureira Geral

Maria Amélia S. Dickie (UFSC)

Tesoureira Adjunta

Andrea de Souza Lobo (UNB)

Diretor

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Diretora

Marcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM)

Diretora

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Diretor

Carlos Alberto Steil (UFRGS)

www.abant.org.br

Universidade de Brasília. Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte.
Prédio Multiuso II (Instituto de Ciências Sociais) – Térreo – Sala BT-61/8.
Brasília-DF – Cep: 70.904-970. Telefax: 61 3307-3754.

Valadares em família: Experiências etnográficas e deslocamentos

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO (ORG.)

ABA PUBLICAÇÕES



FAPESP

M1491v

Machado, Igor José de Renó

Igor José de Renó Machado (Org.). Valadares em família: experiências etnográficas e deslocamentos; Brasília - DF: ABA, 2014.

1 MB ; pdf

ISBN 978-85-87942-31-9

1. Ciências Sociais. 2. Antropologia. 3. Migração. 4. Governador Valadares. I. Título.

CDU 304

CDD 300

M1491v

Machado, Igor José de Renó

Igor José de Renó Machado (Org.). Valadares em família: experiências etnográficas e deslocamentos; Brasília - DF: ABA, 2014.

1 MB ; epub

ISBN 978-85-87942-31-9

1. Ciências Sociais. 2. Antropologia. 3. Migração. 4. Governador Valadares. I. Título.

CDU 304

CDD 300

M1491v

Machado, Igor José de Renó

Igor José de Renó Machado (Org.). Valadares em família: experiências etnográficas e deslocamentos; Brasília - DF: ABA, 2014.

2 MB ; mobi

ISBN 978-85-87942-31-9

1. Ciências Sociais. 2. Antropologia. 3. Migração. 4. Governador Valadares. I. Título.

CDU 304

CDD 300

Sumário

| | |
|--|-----|
| Prefácio..... | 7 |
| <i>Carmen Rial</i> | |
| Apresentação | 10 |
| <i>Igor José de Renó Machado</i> | |
| Breve explicação sobre a migração em Valadares | 14 |
| <i>Igor José de Renó Machado, Ellem Saraiva Reis, Roberta Moraes Mazer, Flora Guimarães Serra, Alexandra C. Gomes Almeida, Tassiana Barreto, Fábio Stabelini, Amanda Fernandes Guerreiro</i> | |
| Capítulo 1 – Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil | 30 |
| <i>Igor José de Renó Machado</i> | |
| Capítulo 2 – Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares..... | 72 |
| <i>Igor José de Renó Machado</i> | |
| Capítulo 3 – A migração para quem fica: perspectivas das famílias de emigrantes internacionais valadarenses (Brasil) | 92 |
| <i>Igor José de Renó Machado, Alexandra C. Gomes Almeida, Ellem Saraiva Reis</i> | |
| Capítulo 4 – Os filhos da migração transnacional | 132 |
| <i>Amanda Fernandes Guerreiro, Alexandra C. Gomes Almeida, Igor José de Renó Machado</i> | |
| Capítulo 5 – A saúde e a emigração em Valadares: a visão das instituições e dos emigrantes e familiares..... | 194 |
| <i>Flora Guimarães Serra, Tassiana Barreto, Roberta Moraes Mazer, Igor José de Renó Machado</i> | |
| Conclusão – A miopia do parentesco: o ponto de vista nativo e os poderes formais..... | 244 |
| <i>Igor José de Renó Machado</i> | |

Prefácio

Carmen Rial

Mais um livro sobre migrações? Se fosse somente o caso, já seria muito importante, pois a literatura nas ciências humanas e sociais no Brasil ainda se ressentia de livros que deem conta desse fenômeno que, se não é novidade no país, cresceu consideravelmente e teve o sentido da mobilidade alterado a partir dos anos 1980 – e por isso carece de mais reflexões. Afinal, a mobilidade (URRY, 2007; CRESSWELL, 2009), as redes (CASTELLS, 1996), os fluxos (APPADURAI, 2000) são bem mais do que palavras-chave frequentes em artigos de Antropologia: são conceitos centrais para entendermos as condições do capitalismo global atual. Alguns desses conceitos (e seus autores) enfatizam lugares de trânsito – tecnologias virtuais, estradas (CLIFFORD, 2000) –, outros, seus pontos de saída e chegada (SASSEN, 1991). O livro que Igor Machado nos apresenta se inclui neste segundo caso, abordando mais precisamente uma cidade: Valadares.

Valadares era quase desconhecida dos brasileiros fora de Minas antes dos anos 1980. Entrou no mapa mundial por conta de um motivo bem particular: o grande número de seus habitantes que partiam para os Estados-Unidos, geralmente

para a região de Boston, para “fazer a América”, como diziam. Por que Valadares se tornou esse polo exportador de pessoas? Os autores explicam-nos as origens da relação com a “América” já nas primeiras páginas, mostrando que a presença de norte-americanos no interior de Minas é antiga, embora desconhecida de muitos. Ela poderia parecer inusitada se não soubéssemos que local e global se relacionaram em tramas que muitas vezes escapam às grandes narrativas nacionais.

Por conta da emigração, Valadares tornou-se a cidade-símbolo de um Brasil que estava mudando, deixando de ser um país de acolhida para se tornar um país que também enviava migrantes ao exterior. Eram essas saídas prova de um fracasso econômico? Sim e não. Mesmo que a crise econômica estivesse na origem das primeiras emigrações, os textos a seguir mostram-nos que o fluxo permanece para além dessas crises. De fato, as emigrações motivadas pela busca de melhores condições de trabalho são presenças importantes no total de migrações, mas estão longe de serem as únicas. Sabe-se que os deslocamentos provocados por catástrofes “naturais” ou por conflitos armados superam numericamente os economicamente motivados. E há muitas outras razões para as migrações, as quais estão presentes também em países com economias bem-sucedidas, como a Alemanha, que conta com mais de três milhões de expatriados em 2014. Migrações, deslocamentos, mobilidades são características centrais do sistema-mundo atual.

As cidades, por seu lado, tornam-se conhecidas, por diferentes razões, as mais comuns ligadas ao seu protagonismo econômico, político ou cultural. Valadares ficou famosa como lugar de saída de brasileiros – inicialmente para os Estados Unidos, mais recentemente, o livro nos mostra, para Portugal. Ela foi o laboratório dos textos a seguir. O livro organizado por Igor Machado apresenta-nos como novidade o fato de tratar o fenômeno dessa emigração particular não só a partir do ponto de vista dos que saem, mas também dos que ficam, e o faz com foco bem-delineado no parentesco (nas conectividades/*relatedness*). Boa leitura.

Carmen Rial

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. *Modernity at large*. Minneapolis: Minnesota University Press, 2000.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CLIFFORD, J. *Culturas viajantes: O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- CRESSWELL, T. Seis temas na produção das Mobilidades. In: CARMO, R. et al. *A produção das Mobilidades*. Lisboa: ICS, 2009. p. 25-40.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- URRY, J. *Mobilities*. Oxford: Polity, 2007.

Apresentação

Igor José de Renó Machado

Entre 2004 e 2011 coordenei um grande projeto sobre a emigração valadarense, voltado especialmente às famílias que permanecem no Brasil enquanto alguns de seus membros partem para a aventura migratória. Esse projeto, que contou com financiamentos do CNPq e da Fapesp, gerou iniciações científicas e dissertações de mestrado, além de vários artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Com o encerramento do projeto, consideramos fundamental a reunião de suas principais conclusões neste livro que apresentamos, pois, entre republicações de artigos e apresentação de dados inéditos, seria importante compartilhar o panorama do conjunto de questões que nos preocuparam ao longo desses sete anos.

Valadares foi nosso laboratório de pesquisa e de formação de pesquisadores, e, como tal, este é um livro coletivo. As pesquisas que geraram os textos, apresentados aqui em capítulos, foram feitas por alunos e jovens pesquisadores, sempre referenciados como coautores dos trabalhos, os quais muitas vezes se originaram de relatórios de iniciação científica.

Muito já se escreveu sobre a migração valadarense,¹ em vários aspectos, em bibliografia facilmente disponível. Dada a dimensão conhecida da migração valadarense em seus aspectos macrossociológicos e mesmo etnográficos, decidimos trabalhar sobre uma dimensão menos explorada, focando no parentesco, nas relações com Portugal, nas crianças e na “saúde” das mulheres. A partir desses temas, esperamos contribuir com novos dados e reflexões para um fenômeno vastamente conhecido, mas ainda com muito a ser explorado.

As questões que tomamos giram em torno da pergunta sobre como aqueles que não partiram vivem a migração. Vimos que todo o fenômeno migratório se construiu em torno de projetos familiares, que aqui investigamos sob a ótica do parentesco, e, como tal, as pessoas que ficam têm tanta importância como as pessoas que partem. Tratamos de projetos de migração que são familiares, que pressupõem pessoas que partem e pessoas que ficam, visando uma futura reunião em melhores condições de vida. Nem sempre isso acontece, o que nos levou a considerar a migração como um risco à própria família. Essas relações entre parentesco e migração em Valadares ocupam os primeiros três capítulos.

Investigando as famílias em Valadares, procuramos dar conta de uma movimentação que se dirige a Portugal, que aparecia, à época da pesquisa, como alternativa aos peri-

1 Ver, por exemplo, os trabalhos de Gláucia Assis, Suely Siqueira, Wilson Fusco, Valéria Scudeler, entre muitos outros.

gos da migração clandestina para os EUA. O nosso interesse voltou-se para explicar como o parentesco em Valadares de alguma forma moldava a produção de diferencialidades (MACHADO, 2010) brasileiras imigrantes em Portugal. Ou seja, a forma de organizar a vida em Portugal só poderia ser entendida a partir de uma reflexão sobre os projetos familiares que produziram essa movimentação. O terceiro capítulo se preocupa em dar conta dessa relação entre Portugal, migração valadarense e produção de diferencialidades.²

Por fim, no último capítulo, apresentamos uma discussão sobre dois temas muito importantes para aqueles que participam dos projetos migratórios e permanecem em Valadares: a questão das crianças e a questão da saúde. As crianças, os filhos que se veem longe de um ou dos dois pais, exigem uma atenção especial da nossa reflexão, por serem uma espécie de ponto de inflexão do projeto migratório: para eles é constituído um projeto de melhoria de vida, mas sobre eles recai grande carga emocional, dada pelos longos períodos de separação. A questão da saúde é a outra ponta do problema

2 As diferencialidades são formas alternativas de pensar a produção de diferenças. Evitamos o uso da categoria “identidade”, que acaba sempre remetendo a uma imaginação reificada de um grupo social. O conceito de diferencialidades propõe a multiplicidade das experiências vividas em conjunto como o motor de produção de códigos e moralidades em comum, sempre sujeitas aos imponderáveis da vida social. As diferencialidades são emaranhados de experiências, que acabam sendo autorreferentes, de alguma maneira.

migratório, já que tratamos principalmente da saúde das mulheres (esposas cujos maridos migraram). Constantemente tida como um problema do ponto de vista das estruturas de poder local, tentaremos aqui acrescentar o ponto de vista das famílias sobre esse cenário.

Os textos foram reescritos por mim, a partir de determinadas perspectivas que ficarão claras ao longo do texto. O livro aparece, portanto, como o resultado efetivo de uma troca entre as experiências de campo e inquietações dos pesquisadores e as minhas perspectivas como orientador de todas as pesquisas, olhando para o conjunto dos textos numa posição privilegiada. Apresentamos, assim, um conjunto de descrições que pode ajudar a pensar o período da emigração brasileira que vai de meados dos anos 1980 até a primeira década dos anos 2000.

REFERÊNCIAS

MACHADO, I. J. R. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 5-26, 2010.

Breve explicação sobre a migração em Valadares

*Igor José de Renó Machado, Ellem Saraiva Reis,
Roberta Morais Mazer, Flora Guimarães Serra,
Alexandra C. Gomes Almeida, Tassiana Barreto, Fábio Stabelini,
Amanda Fernandes Guerreiro*

A cidade mineira de Governador Valadares possui aproximadamente 260.396 habitantes.³ Localiza-se a 320 km da capital do estado, Belo Horizonte, na mesorregião do Vale do Rio Doce. Governador Valadares é formada, desde sua fundação em janeiro de 1938, por pessoas de diversos lugares do país e do mundo. Essas pessoas foram à cidade impulsionadas, principalmente, pela extração de pedras e minérios que a região oferecia. Essa extração atraiu não apenas brasileiros de diversas regiões, mas também pessoas de diferentes países do globo. Assim se teceram os primeiros contatos entre valadarenses e *gringos*.

Seu passado de atração de grandes empresas norte-americanas e indústrias extrativistas (florestais e mineiras) possibilitou à população valadarense um contato com o exterior e a circulação de dólares na cidade, dinamizando a

3 Fonte: IBGE. Dados de 2007.

economia local e, assim, criando um imaginário social sobre esse estrangeiro e a terra de origem desse fluxo de pessoas e dinheiro. Nos anos 1940, durante o ápice da extração de mica, a cidade contava com mais ou menos 25 mil habitantes (ASSIS, 1999).

A cidade esteve, assim, em contato com diversos lugares do mundo, principalmente com os EUA. Seus primeiros habitantes compuseram um todo heterogêneo, que ali chegavam em busca de uma prosperidade impulsionada pela possibilidade de extração de diversos minérios e pedras preciosas. Segundo o historiador Haruf Salmen Espindola (1998), muitos estrangeiros saíram de países como Japão, EUA e Alemanha e vieram para a cidade com o intuito de explorar a mica, minério utilizado na indústria bélica da época. Com a II Guerra Mundial, os alemães e japoneses foram embora – uma vez que o Brasil também entrou no conflito e declarou guerra aos dois países –, mas os norte-americanos ficaram. E continuaram chegando em maiores números, principalmente com a construção da Estrada de Ferro da Vale do Rio Doce realizada por uma empresa de Boston, fortalecendo, a cada dia, a relação entre a cidade e a “América”, como dizem os valadarenses. Em 1940 foi fundado o Rotary Club – pelo engenheiro-chefe da obra, Mr. Simpson –, e, com isso, deram-se as primeiras emigrações de valadarenses com destino aos EUA, influenciados pelo programa de intercâmbios culturais realizado pela

instituição.⁴ Assim, sabe-se que as primeiras levadas de emigrantes foram constituídas por representantes da elite local e, mais à frente, nos anos 1970 e 1980, o fenômeno passou a atingir a classe média, e é na década de 1990, com o advento dos “coiotes”,⁵ que as classes mais baixas da população valadarense começaram a emigrar.

Nos anos 1980 e 1990 acontece o chamado *boom* migratório, impulsionado pela crise econômica que se iniciou ainda no fim do regime militar e se radicalizou com o Plano Collor em 1991. Os chamados “exilados da crise” (ASSIS, 1999) são, em grande número, valadarenses não por acaso: a rede de conexão Governador Valadares–Estados Unidos começou a ser tecida ainda em meados das décadas de 1940 e 1950. As redes que conectam Valadares a outros lugares do mundo se estabeleceram a princípio entre a cidade e os EUA; no entanto, esse *boom* migratório de brasileiros (e outros habitantes de países periféricos, como México, países do Caribe e da África, etc.) foi combatido pelo governo norte-americano com o endurecimento das regras de imigração – os valadarenses, então, criaram novas estratégias de emigração, que vão desde o advento das travessias pelo deserto na fronteira entre

4 Para mais informações sobre o início da migração valadarense, ver Assis e Siqueira (2009).

5 Coiotes são profissionais que auxiliam os emigrantes na travessia entre México e EUA. São “atravessadores e guias que auxiliam nas travessias”. (MACHADO; REIS, 2007).

México e EUA, facilitadas pelos “coiotes”, até o desenvolvimento de novas rotas migratórias, que incluem outros países, sobretudo Portugal (MACHADO; REIS, 2007).

Com os primeiros valadarenses já em solo americano, realizando o sonho que se caracterizava como um “fazer a América”, ou seja, ganhar dólares e, conseqüentemente, melhorar de vida, uma espécie de rede de contatos foi-se formando. Essas redes, juntamente com os relatos de sucesso que os familiares dos primeiros imigrantes traziam à cidade, auxiliaram na ida de outros valadarenses, marcando o que Assis (1999) identificou como o terceiro e definitivo contato e estabelecimento de “laços” entre Valadares e EUA. As redes sociais de valadarenses no exterior os fortaleciam frente à sociedade americana e transmitiam aos futuros imigrantes mais segurança e conforto. Finalmente, em meados dos anos 1980, a cidade ficou conhecida como o “polo brasileiro exportador de mão de obra”. Em proporções maiores, o Brasil também passava da condição de receptor de mão de obra para se tornar um país de emigração (FELDMAN-BIANCO, 2001).

DESTINOS

Emigrar é um verbo comum aos valadarenses, seja qual das condições pontuadas por Weber Soares⁶ a experiên-

6 Weber Soares (1999) pontua quatro condições definidas pelos próprios emigrantes valadarenses. São elas: definitivos, pendulares (que vivem em contínuo deslocamento Valadares-EUA, sempre “indo e vindo”), temporários e retornados.

cia migratória assuma. É um acontecimento que permeia toda a sociedade valadarense. Ao longo de sua história e das inúmeras emigrações, sobretudo para os EUA, a migração tornou-se mais que uma possibilidade de sucesso financeiro; tornou-se um mito que povoa seu imaginário popular. Assis (1999) re-toma uma “afirmação jocosa” que foi comum ouvir durante o trabalho de campo: “todo valadarense tem duas bicicletas e um amigo ou parente nos EUA”, discorrendo sobre a realidade da cidade, que é plana, e tem uma ampla rede de ciclovias e 15% de sua população fora do país. Além disso, as pessoas referem-se aos EUA, ou ainda Portugal, como “lá”: “fulano foi para lá”, por exemplo.

No entanto, devido às dificuldades atuais de imigrações em solo estadunidense – as políticas migratórias desse país e o controle da fronteira México-Estados Unidos –, novos lugares também se transformaram em destinos para essas pessoas. Assim, na busca por maiores facilidades de imigração e por melhores oportunidades de vida, Portugal passou a ser visto também como um local atrativo à mão de obra valadarense, pelos reduzidos custos da viagem, pela facilidade da língua e pela não necessidade de visto.

E, embora haja relatos de valadarenses na Inglaterra, na Suíça, na Espanha e em outros países, deve-se observar que esse imaginário popular não mitifica apenas o ato de emigrar, mas, principalmente, os EUA em si – país que “inaugura” a tradição emigratória valadarense. Esse fato é bem exemplificado pela

fala de R., uma de nossas entrevistadas:⁷ ela foi para Portugal simplesmente por questões logísticas, sua vontade era ir para os EUA, e o que a impulsionou a emigrar não foram questões puramente econômicas:

Assim... eu queria ir para os Estados Unidos. A minha vontade era ir para os Estados Unidos mesmo. Só que o pessoal [seus familiares] falou que era melhor eu ir para Portugal porque se eu não me desse bem eu voltaria mais rápido. [...] Eu fui, para ser bem sincera com você, porque eu estava com vontade, assim, de sair um pouco do Brasil. Ir ver lá fora como é que era. [...] Todo mundo aqui vai, aí pensei, eu também vou! [...] Eu fui lá mesmo porque eu queria ir (Relato de R.).

Esse “mito” se reproduz em Valadares através de diversos relatos, quase diários, que se têm sobre os conterrâneos que estão no exterior; a todo momento se ouvem histórias de sucesso e fracasso em experiências migratórias. Sobre isso, Assis afirma que discursos sobre a prosperidade da vida na América que perfazem toda a história da cidade serviram como mola propulsora do avanço das emigrações de valadarenses:

“Esses relatos são significativos para evidenciar a construção de um imaginário que naturaliza a presença americana em Valadares, da mesma forma que recria certo mito da identidade valadarense internacionalizada. A presença americana na cidade, portanto, embora temporária, deixa na lembrança

7 Ao longo de sete anos de pesquisas, coletamos mais de 100 entrevistas, que serão referidas sempre de forma a preservar o entrevistado ou entrevistada. Não especificaremos idade, data da entrevista nem qualquer informação que possa identificar o entrevistado.

dos moradores a ideia de modernidade, de progresso” (ASSIS, 1999, p. 129).

A visão dos EUA como terra de oportunidades, como o melhor lugar para se viver bem financeiramente e com direitos garantidos, mostrava-se constantemente durante os trabalhos de campo, sobretudo nas falas de pessoas mais antigas da cidade, que emigraram ainda nos anos 1980 e que viveram o ápice desse fenômeno. Quando conversamos com uma senhora que mora nos EUA há 20 anos, percebemos muito bem isso: ela sempre ressaltava a possibilidade de adquirir o “carro do ano” e as características imponentes das casas de seus filhos (diversos quartos, salas de jogos, etc.).

A “América” foi, então, idealizada como um local de progresso e modernidade (ASSIS, 1999) Dessa forma, quando, na década de 1980, ocorreu a estagnação econômica brasileira, e a região tornou-se, nas palavras de Weber Soares, um dos “bolsões evidentes de pobreza e tensão social” (SOARES, 1999, p. 169), grande parte de sua população passou a ver na emigração uma forma de obter recursos financeiros para a saída da situação brasileira de miséria.

É a partir desse contexto que Governador Valadares se torna o “polo brasileiro exportador de mão de obra”. Assim, durante esses quase 30 anos, diversas pessoas deixaram suas famílias em solo brasileiro, aventurando-se em terras estrangeiras em busca de recursos financeiros para o sustento familiar. Muitos, após conseguirem tais recursos, retornaram

ao Brasil e, aqui, construíram casas, adquiriram bens e incentivaram, com seu sucesso, outras pessoas a também migrarem; outros nunca mais retornaram, mas suas histórias, também de sucesso, chegaram à cidade mineira e contribuíram para fortalecer a ideia de prosperidade da imigração nos Estados Unidos. Muitos, porém, não tiveram a mesma sorte, como veremos neste livro.

Como demonstra Reis (2006), o “mito inicial” – de progresso, modernidade e facilidade no estrangeiro – é o que impulsionava as emigrações, por criar um imaginário popular que as estimulam através de histórias sobre emigrantes bem-sucedidos, ou seja, com sucesso financeiro. No entanto, através dos estudos já produzidos, podemos afirmar que a experiência prática atual dos emigrantes demonstra que estes passaram por grandes dificuldades no exterior, como precariedade do trabalho, ilegalidade, solidão, e poucos retornaram “bem de vida”.

Antes da crise econômica mundial de 2008, mesmo com os relatos frequentes de fracasso, a população continuava a emigrar, submetendo-se a diversos perigos – como na passagem da fronteira do México com os Estados Unidos, onde não há nenhuma garantia de segurança – ou ainda à possibilidade de perder o dinheiro investido, em caso de ser preso pela sua situação irregular. A população valadarense continuava se expondo a tais incertezas e se privando da convivência com sua família e amigos para “melhorar de

vida”. Após a crise, nossas pesquisas indicaram uma diminuição gradual da migração e um aumento também gradual do retorno, evidenciando uma reversão do fluxo migratório em Valadares. Pessoas continuavam a partir para o exterior, mas agora o número parece ser bem menor.⁸

A recente crise econômica mundial que pudemos observar causou mudanças na cidade mineira, e não apenas nela. No primeiro trimestre de 2009, o volume de dinheiro enviado dos trabalhadores no exterior teve a maior queda da história: 31,5% em relação ao primeiro trimestre de 2008.⁹ Logo no primeiro trimestre de 2008, cerca de 3 mil pessoas voltaram do exterior¹⁰ para Valadares. Em pesquisa em julho de 2009, muitas pessoas comentaram que como “a crise está muito ruim, ir para ‘lá’ não está compensando...” e que “agora com essa crise está difícil conseguir emprego”, mas continuavam a deixar o país como sempre fizeram.

8 Devido ao caráter essencialmente qualitativo de nossas pesquisas, falamos aqui apenas de impressões, a serem corroboradas ainda por pesquisas de cunho quantitativo. Para outras informações sobre o retorno, ver Siqueira, Assis e Dias (2010).

9 Informações obtidas em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetado-povo/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=887578&tit=Remessas-de-brasileiros-no-exterior-caem-31>>. Acesso em: 22 maio 2009.

10 Informações obtidas em: <<http://noticias.uol.com.br/midia-global/fintimes/2008/04/02/ult579u2422.jhtm>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

COTIDIANO

Apesar de as crises nacionais terem impulsionado o processo emigratório, na cidade de Governador Valadares esse é um processo que se estendeu para além delas. A emigração continuava sendo vista como uma chance de se ganhar dinheiro e ascender socialmente, uma chance de “procurar futuro”, como disse uma das entrevistadas.

Com isso, podemos perceber que o projeto de emigrar é um projeto familiar: ele envolve aquele que parte para um outro país em busca de um projeto, mas também envolve aqueles que ficam para trás cuidando da família e da possível administração dos bens e do dinheiro enviados. A maior parte daqueles que partem o faz com o objetivo de comprar uma casa independente do restante da família, carro, moto ou, ainda, abrir um negócio. Alguns ou todos esses objetivos podem ser atingidos ou se mostram como um motivo para que as pessoas emigrem mais de uma vez, por não saberem administrar o dinheiro ou por serem lesados por alguém; outras vezes esses objetivos sofrem mudanças pelo próprio processo migratório, e, em alguns desses casos, a família passa a morar no exterior.

Se há, de fato, uma realidade transnacional que é construída diariamente pelos transmigrantes, ela está muito bem exemplificada em Governador Valadares: em todos os lugares, no centro, nos bairros, nos restaurantes, é possível encontrar seus indícios. As experiências migratórias valadarenses são, em sua grande

maioria, de caráter não documentado,¹¹ e, talvez por isso, essa condição já é dada *a priori* pelos entrevistados: ninguém diz que foi ilegalmente, pois essa informação já está subentendida.

No caso de Governador Valadares, as famílias da cidade se conectam e tecem suas reestruturações através dos países de destino dos emigrantes (Portugal e EUA, em sua maioria): em grande parte dos casos, é o pai quem se ausenta do lócus das relações familiares que compreende a casa; em outros, são ambos os pais que partem para o exterior, podendo os filhos ficar com os avós (na maioria das vezes), tios, amigos dos pais e até, em poucos casos, terceiros contratados para cuidá-los, ou ficam sozinhos, quando já têm idade para isso; por fim, existem os casos em que somente a mãe parte, e os filhos ficam morando com o pai, que conta com a ajuda de suas mães ou até de babás para ajudá-los na criação dos filhos.¹² Essas reestruturações familiares são recorrentes e

11 As pessoas saem de Valadares, vão até o México, de onde atravessam a fronteira pelo deserto, ajudadas por atravessadores, os conhecidos “coiotes”; quando chegam aos EUA, passam anos em situação irregular, são os chamados “imigrantes indocumentados”.

12 Evidentemente, há solteiros e casais sem filhos que emigram. No caso dos primeiros, muitos o fazem para conseguir recursos para o casamento; no caso dos segundos, a migração é um esforço conjunto para minimizar o tempo no exterior, a fim de constituir a família (e ter filhos) no Brasil. Os migrantes solteiros são os mais sujeitos a se desligarem das redes valadarenses, o que acontece com frequência, mas também é comum que procurem seus parceiros amorosos na cidade de Valadares ou entre valadarenses no Exterior.

vistas como um lugar comum nas experiências migratórias da população valadarense, salvo em casos em que os filhos ficam com babás ou sozinhos – o que é raro e muito malvisto pela população local, pois, segundo diversos informantes, tal fato facilitaria o desvio desses filhos, que podem adentrar o mundo das drogas e da prostituição. Há, ainda, jovens que emigram para encontrar seus parentes ou amigos no exterior.

Talvez haja um consenso geral na cidade de que a emigração do pai (o chefe da família nuclear) acontece para o bem comum da família, pois garante ascensão financeira, compra da casa própria, abertura de um negócio qualquer e outros bens diversos, sendo a busca pela casa própria algo visto como uma justificativa legítima e bastante evocada nas histórias das emigrações valadarenses. Neste contexto, para Machado (2010), a posse da casa viabiliza a centralização das relações da família e uma independência frente às famílias de outrem (pais, sogros, tios, etc.); assim, mesmo que a decisão de emigrar force os migrantes a abdicar do convívio presencial, cossubstancial, da família por um tempo determinado, também possibilita a aquisição da casa – e a posterior reunião familiar. Esses migrantes aceitam os riscos de toda reestruturação da família, ocasionada pela ausência de familiares específicos e inseridos no ônus dessa empreitada, apoiados no objetivo legítimo de consolidar sua Casa.

Há na cidade uma estrutura social que facilita a emigração através de obtenção de recursos financeiros, vistos falsos,

locomoção, entre outros. Além dessa facilidade econômica, há também recursos sociais que permitem a mobilidade de um país para o outro, como a existência de parentes e/ou amigos, nesses países, que se dispõem a receber os novatos e ajudá-los assim que chegarem. Em geral, antes de saírem do Brasil, os emigrantes já possuem a garantia de um lugar para se estabelecer – mesmo que temporariamente – e contatos para conseguir emprego.

Em uma entrevista com Er., que viveu por quatro anos nos EUA, foi relatado que só foi possível sua emigração através de um empréstimo conseguido com um vizinho e pela existência de um irmão que já vivia lá por dois anos, o que garantiu uma estabilidade assim que ela chegou no país estrangeiro.

Eu já queria ir antes mesmo do meu irmão, mas na época não tive como. Aí, quando deu mesmo para ir, estava com muita vontade e pude contar com ele, sabe? Encontramo-nos e ele me ajudou muito, mas não fiquei muito tempo parada, logo me arranjei. Quem quer trabalhar consegue! Por um tempo fiquei com dois, três trabalhos de uma vez, um de dia, outro à noite, e outro nos dias de folga. Fazia assim para esquecer as saudades da minha menina (Relato de Er).

A migração tem uma importância econômica latente na cidade, que pode ser organizada em dois pontos principais: (a) com recursos através das remessas de dinheiro e o investimento do montante na cidade e (b) pela circulação de dinheiro através de estruturas legais e ilegais que permitem

a migração. Essa estrutura social que facilita a migração permeia toda a cidade e é cotidiana; há grupos sociais que sobrevivem através dessas atividades. Essa importância econômica evidencia-se no discurso oficial que reconhece os “custos sociais” da emigração, os quais discutiremos melhor mais adiante, e ainda assim cria políticas públicas para melhor usufruto das condições materiais propiciadas pela emigração.

É importante destacar que a emigração que ocorre atualmente na cidade é realizada por pessoas das camadas populares de Governador Valadares, ou seja, pertencentes à classe média baixa e classe baixa. Além disso, apesar de poder ser considerada um ato pessoal, a emigração no caso estudado deve ser entendida como um projeto não individual, que envolve não só aquele que emigra, mas também outras pessoas próximas – principalmente familiares –, um projeto que a bibliografia especializada intitula como familiar.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSIS, G. O.; SIQUEIRA, S. Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos. *REMHU*, Brasília, v. 16, p. 25–46, 2009.

ESPINDOLA, H. S. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 19, p. 148–162, 1998.

FELDMAN-BIANCO, B. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: cultural

constructions of sameness and difference. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 8, n. 4, p. 607-650, 2001.

MACHADO, I. J. R. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 5-26, 2010.

MACHADO, I. J. R.; REIS, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria & pesquisa*, São Carlos, v. 16, n. 1, 2007.

SIQUEIRA, S.; ASSIS, G. O.; DIAS, C. A. As múltiplas faces do retorno à terra natal. *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, Brasília, v. 5, p. 61-79, 2010.

SOARES, W. Emigração e (I)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Capítulo 1 – Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil¹³

Igor José de Renó Machado

Recentemente, Janet Carsten (2004) resumiu os caminhos alternativos para a reflexão sobre o parentesco, construídos após a crítica feroz de Schneider (1984). Considerando as perspectivas reunidas por Carsten, este capítulo procura explorar esses caminhos alternativos em torno da noção de *relatedness*,¹⁴ termo escolhido para substituir “parentesco”, e sua relação com contextos migratórios. Schneider criticou duramente os estudos de parentesco, por serem etnocêntricos e baseados em noções ocidentais de consanguinidade, talvez impossíveis de serem transpostas para outras sociedades. Carsten demonstra o impacto

13 Uma versão inicial e simplificada deste texto foi apresentada na 25ª Reunião da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em Goiânia, no ano de 2006, sendo posteriormente publicado como Machado (2010).

14 Fonseca (2007) traduz o termo por “conectividades”. Mantereí aqui o termo original.

da crítica e como a noção de “*relatedness*” foi desenvolvida para dar conta de universos de prática e significação similares aos que na nossa sociedade chamamos de “parentesco”. Essa noção foi inspirada nos trabalhos de M. Strathern e tem como alvo das investidas teóricas a produção de relações entre pessoas. A avenida aberta por esses trabalhos leva a uma mão dupla inesperada: encontramos em “sociedades ocidentais”¹⁵ universos de *relatedness* relacionáveis aos de sociedades não ocidentais, que acabam por expandir a nossa própria noção de parentesco. É assim que a autora lida com o caso de filhos adotados e a relação com as famílias consanguíneas, por exemplo.

O universo que pretendo explorar nesse contexto é o das migrações transnacionais, justamente por forçar uma reordenação das noções nativas de parentesco/*relatedness*, incluindo perspectivas mais amplas. O processo migratório constitui tipos peculiares de família,¹⁶ muitas delas divididas entre espaços amplos, entre estatutos de legalidade e ilegalidade, entre saudades e preconceitos. Assim, analiso algumas

15 “Ocidente” é uma categoria usada pela autora, assim como “euro-americano” é uma categoria usada por Strathern. Ambas são amplamente vagas e questionáveis. Elas parecem se referir à Europa (menos a do sul) e aos EUA. Sempre resta a dúvida, de um ponto de vista sul-americano, se os países da Europa do Sul e suas ex-colônias fazem ou não parte desse macrocontexto.

16 A noção de família é usada no sentido nativo, que veremos incluir tanto um modelo ideal como um modelo transitório.

novas formas de relação e de construção de projetos familiares num contexto de contínua ausência física. O emigrante parte e deixa, em geral, famílias que dependerão, em alguma medida, do seu trabalho. Como se estrutura a continuidade da relação, as formas de expressar os sentimentos, as consequências da ausência prolongada de um familiar, os processos sociais disparados pela existência de famílias constantemente “incompletas”? Estas são algumas das questões que interessam analisar nesse contexto migratório.

Partindo do pressuposto de que as pessoas remodelam suas formas de relação, que os sentimentos são intensos, que os projetos de imigração envolvem o desejo contraditório de consolidação de núcleos familiares, pretendemos investigar os novos padrões de *relatedness* construídos no contexto migratório. O lugar escolhido para tal empreendimento é a região brasileira de Governador Valadares, reconhecido centro de emigração internacional. Valadares, cidade situada no leste do estado de Minas Gerais, é o principal polo de emigração internacional no Brasil. É a cidade mais importante do leste e nordeste de Minas Gerais e é banhada pelo Rio Doce, situando-se a 324 km da capital do Estado, Belo Horizonte. Desde meados do século passado, teve início uma lenta montagem de redes migratórias que, na década de 1980, transformaram a cidade no mais intenso corredor de saída do país. As redes eram e são direcionadas principalmente aos EUA, embora os destinos tenham se

diversificado ao longo da década de 1990. Há vasta literatura sobre Valadares. Ver, entre outros, Assis (1999), Soares (1999), Fusco (2001) e Machado e Reis (2007).



Figura 1 – Localização do município de Governador Valadares.¹⁷

A escolha não é aleatória e segue de interesses anteriores de pesquisa: desde 2004 venho desenvolvendo e coordenando pesquisas sobre a migração de valadarenses para Portugal, e, nesse contexto, temos nos deparado com formas alternativas de vida familiar e de *relatedness*. Interessa en-

17 Imagem feita por Raphael Lorenzeto de Abreu, disponível na Wikipedia em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/11/MinasGerais_Municip_GovernadorValadares.svg>. Acesso em: 05 set. 2014.

tender como se reconstróem as relações durante a ausência dos migrantes através de três eixos fundamentais: 1) o projeto de produção da *Casa*, o envio de remessas e a constituição de outras formas de cossustancialidade; 2) o cuidado com os filhos que permanecem no Brasil e a circulação de crianças no espaço transnacional; e, por fim, 3) a relação com as/os companheiras/os permeada pela distância.

SOBRE FAMÍLIA E MIGRAÇÃO

Os estudos de migração internacional sempre lidaram com a questão da organização da família migrante. Mas o fizeram seguindo as suas duas linhas gerais de análise. Nos estudos focados no processo de assimilação, a família migrante era uma organização fadada a assumir as feições das famílias dos países para onde se migrou, e isso em questão de poucas gerações (ver, por exemplo, Park (1922); para uma análise da escola de Chicago, ver Valladares (2005)). Já os estudos focados na manutenção das fronteiras étnicas indicavam a persistência da família migrante como possibilidade, embora não estivessem de fato preocupados com os conteúdos da diferença. O foco esteve sempre na existência contínua de grupos étnicos independentemente de como estes constituíam suas práticas culturais (GLAZER; MOYNIHAN, 1963). Ou como artefato em extinção ou como dado sem muita importância para a manutenção dos grupos étnicos, as distintas formas de organização das famílias migrantes ficaram fora de evidência.

Os estudos transnacionais (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992) trouxeram a necessidade de se pensar a família como um dos elementos estruturantes da transnacionalidade. Como perceberam as autoras (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1995), a globalização altera a dinâmica entre espaço e tempo, devido aos avanços tecnológicos em meios de transporte e nas comunicações. Isso afetou a experiência da migração, pois muitos migrantes, longe de se incorporarem à sociedade receptora escolhida, criavam laços extensos, não apenas com algumas instâncias da sociedade para a qual migraram, como também com a sociedade de origem, nos fazendo pensar, portanto, em “transmigrantes”: “transmigrantes são migrantes cujas vidas cotidianas dependem de múltiplas e constantes interconexões que cruzam fronteiras internacionais e cujas identidades públicas são configuradas em relacionamento com mais de um Estado-nação” (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1995, p. 48)¹⁸ ou seja, criam vínculos culturais, sociais, políticos e até mesmo econômicos tanto com a nação receptora quanto com a nação de origem.

Apesar de o transnacionalismo primar pela análise das implicações sociais, políticas e culturais dos movimentos migratórios e do surgimento de inúmeros “choques culturais”, essa perspectiva ampla das migrações ainda não seria capaz,

18 Tradução livre do original em inglês. O mesmo é válido para as demais referências em inglês citadas aqui em português.

na visão de vários autores, de dar conta da família transnacional, grupos familiares distendidos em vários pontos do globo e que não necessariamente perdem os vínculos familiares quando colocados em novos contextos sociais. São as famílias que organizam, planejam e executam o fluxo entre dois ou mais lugares. Porém, mesmo esses estudos não encaram a produção da família de um ponto de vista antropológico, mas como uma espécie de “dado” natural.

Para Bryceson e Vuorela (2002) as famílias transnacionais são definidas “como famílias cujos membros vivem em parte ou na maior parte do tempo separados uns dos outros, porém mantidos juntos por criarem algum tipo de sentimento de bem-estar coletivo e unidade, mesmo quando atravessam fronteiras nacionais” (BRYCESON; VUORELA, 2002, p. 3), possuindo a capacidade de elaborar e reelaborar vários sentidos de identificação que não são inteiramente apreendidas nos estudos transnacionais ou de migração típicos. Se no “ocidente” a ideia de família pode estar atrelada à casa, ao ambiente familiar (BRYCESON; VUORELA, 2002, p. 28), ou seja, o “viver em família” cotidianamente, como entender o sentimento de unidade dessas famílias cujos membros são, em boa parte do tempo, ausentes, famílias em que os pais, filhos ou outros parentes migram para garantir a renda familiar em outro país?

Percebe-se, portanto, a necessidade de nos voltarmos para estudos das “micropolíticas e práticas sociais” (YEOH; HUANG; LAM, 2005, p. 307), agora no âmbito da casa e da

família, para compreender os processos de reprodução social que, embora influenciados pelos processos macrossociológicos, políticos e econômicos da globalização, não são totalmente perceptíveis no que concerne à organização familiar e sua vida cotidiana. Desse modo, é possível identificar uma morfologia social¹⁹ e sua reprodução dentro do transnacionalismo através da família transnacional até então não percebidas. Morfologia, porém, mutável e que pode adquirir as mais variadas formas de acordo com outras variáveis, como o envio de remessas, estratégias específicas, etc.

Como apontam Chamberlain e Leydesdorff (2004, p. 228), “os migrantes [...] são feitos por suas memórias do seu local de nascimento, sua terra natal, aqueles deixados para trás – interrupções em suas narrativas de vida que requerem ressequenciamento, remodelagem e reinterpretação”, na medida em que encaram o processo migratório. Vemos, dessa forma, o esforço de criação e recriação de subjetividades específicas desses transmigrantes relacionadas ao seu deslocamento entre fronteiras nacionais que criam sentimentos de pertencimento e de unidade da família transnacional. Como percebem Yeoh, Hang e Lam (2005), Bryceson e Vuorela (2002) e Baldassar (2007), esses processos hoje são muito influenciados pelas novas tecnologias de comunicação e transportes, que permitem à família transnacional estar interligada graças à internet, aos e-mails,

19 O termo é usado pelos autores.

telefonemas, faxes, visitas periódicas aos parentes em reuniões familiares, mecanismos que de acordo com Baldassar (2007, p. 400) permitem o contato e o suporte emocional entre membros distantes, garantindo assim o “fazer família” mesmo dentro desses fluxos migratórios transnacionais.

Como observa Canales (2005), o envio de remessas está fortemente atrelado aos fluxos migratórios: as pessoas migram e reorganizam as suas vidas e famílias muitas vezes com base na busca de melhores condições econômico-financeiras, sociais e políticas, deixando para trás vários membros familiares e muitas vezes mantendo o seu vínculo com a família – agora transnacional – através do envio de remessas. O vínculo que mantém essas pessoas unidas em uma família e comunidade transnacional se dá, além das questões econômicas, por uma série de símbolos culturais que são trocados no contato entre as duas nações, voltados à própria reprodução familiar, como os valores de reciprocidade, solidariedade e responsabilidade desses membros que partem para outro país sem se desprenderem da família, enviando remessas nessa confluência de ordem econômica e simbólica: “com o envio de remessas não apenas dinheiro e mercadorias circulam como também se permite a reprodução de relações culturais, identidades simbólicas e coletivas” (CANALES, 2005, p. 21).

Proponho aqui uma análise da família imigrante transnacional a partir das atuais discussões sobre *relatedness*, ou seja, a partir da ideia de que a produção das relações e

noções de pertencimento são complexas, dinâmicas e distintas. Pretende-se um olhar sobre a produção do parentesco como uma “prática nativa” qualquer, buscando o ponto de vista dos sujeitos na própria montagem que fazem de suas relações e não a partir de modelos preestabelecidos.²⁰

O PARENTESCO E A CASA HOJE

Janet Carsten (2004, p. 7) afirma que alguns fenômenos da vida moderna, como os tratamentos de fertilidade, os testes genéticos, concepção póstuma, clonagem, o mapeamento do genoma humano, carregam consigo a possibilidade de colocar em xeque alguns pressupostos fundamentais sobre a construção das famílias no “ocidente”. Esses fenômenos colocam em questão o mundo privado das famílias, evidenciando as relações com o Estado, o aparato legislativo, os projetos de nação e levantam questões sobre a construção da pessoa, gênero e substâncias corporais.

Esses questionamentos levam a reflexões sobre a natureza do parentesco. A tradicional distinção entre o que é natural e o que é cultural no parentesco está em risco, e esses fenômenos tendem a embaralhar as percepções tradicionais. Nesse ambiente, nossas concepções mais familiares de parentesco estão mudando, pois práticas antes não investigadas como

20 Parte da discussão apresentada nesta sessão foi retirada de Machado, Silva e Kebbe (2008).

parte dos estudos tradicionais do parentesco começaram a ser analisadas com atenção. Uma nova preocupação com a experiência cotidiana levou a um novo projeto para os estudos de parentesco, agora vistos como referentes a uma área da vida na qual as pessoas investem suas emoções, sua energia criativa e suas novas imaginações. Essa perspectiva opõe-se à visão tradicional dos estudos de parentesco que indicam que este tem um papel menor na organização social ocidental. Várias são as dimensões para esses novos estudos de parentesco: a casa, gênero, personalidade, substância e técnicas reprodutivas.

No que tange a este capítulo, o estudo da *Casa* como elemento central na constituição das relações de parentesco e o estudo das considerações locais sobre o que produz a cossustancialidade dos parentes são fundamentais, pois esses fenômenos se entrelaçam com os projetos migratórios de formas inesperadas: as pessoas imigram para construir suas casas e constituir novas centralidades nas suas relações; estando longe, o que produz a cossustancialidade não é mais a convivência e o sangue, mas o envio de remessas. Perceberemos que um tipo de organização da vida familiar “em estado de migração” é mais flexível do que aquela que se vive normalmente em Valadares, bastante centrada na convivência e sangue. De certa forma, essa organização flexível é vista como uma forma permissível *enquanto* se dá a migração e como uma forma de se chegar, após a migração, àquela vida

que se vê como mais “correta”. Assim, temos novas perspectivas de análise no cruzamento das migrações internacionais e as novas possibilidades da teoria do parentesco.

Em 1984, Lévi-Strauss promovia uma reflexão sobre as “sociedades de casa” (*société a maison*), indicando paralelos entre a valorização do cognatismo em seu interior, uma desvalorização do “idioma do parentesco” e um fortalecimento das esferas políticas e econômicas. A casa aparece como uma pessoa moral, no seio da qual se desenvolvem os principais aspectos da vida social. Autores contemporâneos, como a mesma Carsten (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995), têm caminhado para uma “ampliação” das ideias de Lévi-Strauss, levando essas considerações para uma revigoração dos estudos de parentesco. No que se refere a essa autora, vemos que o interesse recai não sobre a ideia da casa como uma pessoa moral (ideia da qual ela se afasta), mas sobre a casa como um universo de construção das relações mais fundamentais da vida de pessoas ao redor do globo. Apoiada nos trabalhos de Strathern, que enfatizam como sujeitos são frutos de relações que constroem e desconstróem ao longo da vida, Carsten elabora análises sobre as relações que se constroem no interior da casa, preocupada basicamente com a noção complexa de substância. Segundo a autora, a comensalidade se relacionaria à cossubstancialidade, estimulando relações variadas (desde proibições de incesto até regras de etiqueta).

Ao reelaborar uma análise sobre a *Casa*, Carsten recorre a noções como *corpo*, *pessoa*, *gênero*, *substância* e *parentesco*. Analisar essas dimensões do vivido na *Casa* é observar outras “relações de parentesco”, que não são consanguíneas, mas são construídas através da moradia em comum. Habitar com outros insere os sujeitos em sistemas de trocas que *relacionam* e/ou criam parentes. Para a autora, adotar essa perspectiva sobre a *Casa* permite escapar às formas para lidar com *substâncias*, permitindo uma postura *processual*. Assim, podemos perceber, em diferentes contextos etnográficos, o modo como o parentesco é “feito” em oposição a um parentesco “dado”. A casa aparece como a produtora do parentesco, visto como conjunto de relações, livres do “império do código” *versus* o “império da natureza”, na concepção de Schneider (1968).²¹ Como afirmei no começo do texto, importa aqui trazer algumas dessas reflexões para dentro da sociedade onde a regra da natureza (a hereditariedade, a inevitabilidade dos laços sanguíneos, etc.) supostamente impera.

21 Note-se que essa perspectiva de Carsten é muito influenciada pela crítica de Schneider, de 1984, em livro que ele pouco cita Lévi-Strauss. E quando cita é para tratá-lo como um funcionalista, em consonância a críticas que ele conduziu em 1974, junto com James Boon (SCHNEIDER; BOON, 1974). Autores mais cuidadosos com o trabalho de Lévi-Strauss poderiam argumentar que a teoria da aliança só pode ser sobre a fabricação do parentesco, em oposição ao parentesco como um dado a priori.

A perspectiva desenvolvida por Carsten sobre a Casa é obviamente devedora da discussão corrente sobre família no mediterrâneo, desenvolvida pela antropologia europeia desde os anos 1960. O capítulo que se refere especificamente ao tema, no livro de 2004 da autora, por exemplo, parte principalmente da etnografia de Pina-Cabral (1986). Nesse sentido, percebe-se a pertinência do tema ao tratar da emigração valadareense, onde, no fim das contas, estamos em um terreno de influência portuguesa. Assim, as discussões sobre a composição e funcionamento da família no Alto Minho ou no Porto, desenvolvidas pelo autor (PINA-CABRAL, 1991), são amplamente comparáveis às relações que descreverei mais adiante.

O tema da Casa também tem sido elaborado de forma sistemática em etnografias desenvolvidas no Brasil, como as de Viegas (2007), entre os tupinambá do sul da Bahia, ou Marcelin (1999), sobre os negros do recôncavo baiano. Curiosamente, o tema da Casa é mais explorado no terreno das alteridades étnicas (como populações indígenas e negras) do que nas alteridades de “classe”. Os estudos brasileiros clássicos sobre as classes trabalhadoras/grupos populares de Luiz Fernando Dias Duarte (1986), Cynthia Sarti (1996), Cláudia Fonseca (2004), Simoni Guedes e Michelle Lima (2006), por exemplo, não lidam com essa perspectiva. O mesmo se pode dizer dos estudos de Gilberto Velho (1986, 2001) sobre as famílias de classe média.

Se o parentesco nas sociedades “ocidentais” era pensado como marcado por uma forte separação entre a ordem da natureza e a ordem da lei, o parentesco não ocidental foi geralmente considerado, em contraste, como uma mistura da natureza

e cultura ou como uma transformação de um em outro. Estudos como os de Strathern (1992), Weismantel (1995) e Carsten (2004) indicam que em contextos ocidentais essas distinções não são tão claras. É claramente o caso das migrações internacionais, em que os processos de produção da *Casa* e de cossubstancialidade estão deslocados do eixo natureza, indicando novas e promissoras análises sobre a constituição desses fenômenos.

A CASA EM VALADARES

Passemos agora à análise dos dados, primeiramente tratando da importância, relevância e necessidade imperiosa da *Casa* (própria) entre as famílias transnacionais de Governador Valadares.²² Tentarei demonstrar, através do relato recorrente, como a *Casa* é um valor moral, mais que um desejo material. No decorrer do capítulo tecerei interpretações sobre esse valor, com base nos dados.

22 Os dados referem-se a dois trabalhos de campos: o primeiro realizado em julho de 2005, por Ellem Saraiva Reis e Lara Rezende, e o segundo realizado em fevereiro de 2006, por Ellem Saraiva Reis e Alexandra C. Gomes Almeida, a quem agradeço pela dedicação e competência. Foram realizadas cerca de 50 entrevistas semiestruturadas nesses dois momentos. Os entrevistados são moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os relatos aqui aparecem, constantemente, em terceira pessoa: o/a entrevistado/a conta histórias de parentes, conhecidos, amigos ou de “ouvir falar”. Evidentemente, não interessa a veracidade dessas histórias, mas a sua verossimilhança para os sujeitos que a contam. Os entrevistados são indicados por nomes fictícios, sem referência à idade ou qualquer informação que os possa identificar.

É corrente em Valadares a constatação da importância da casa.²³ Um entrevistado, funcionário da polícia federal, afirmava: “o mercado em Governador Valadares está inflacionado porque o emigrante paga por uma casa mais do que o seu real valor”. A importância da casa é manifesta nas situações mais variadas de migração: casos de migração para pagar dívidas com agiotas, feitas para comprar a casa própria, migrações com o objetivo específico de comprar uma casa. Um dos entrevistados, Val, também está convencido de que as pessoas migram para ter uma casa e um carro, mesmo que isso signifique ficar distante dos filhos. Ele cita o caso de seu primo, que foi em busca desse sonho.

Todos os entrevistados têm uma história que relaciona emigração e casa. Vejamos uma sucessão de rápidos exemplos retirados das narrativas dos entrevistados. Jô tinha o sonho de construir uma casa e, por isso, foi-se a Portugal. Um dos filhos de outra entrevistada, Fia, foi para Portugal, ficou quatro anos e depois seguiu para os EUA. Ele quer voltar para o Brasil, mas apenas quando construir uma casa. O noivo de Tatiana foi trabalhar em Portugal para adquirir um carro e a sonhada casa, e, quando voltar, eles se casarão. A irmã de Rosa está há dois anos em Portugal e foi apenas para termi-

23 Entendo casa (em minúsculas) como a habitação que dá suporte a uma Casa, entendida como uma entidade centralizadora de relações de um casal. É uma apropriação do conceito de Lévi-Strauss e será discutida ao longo do texto.

nar de pagar a casa que havia comprado. O marido de Carmem também foi em busca da casa própria, e, enquanto ele está fora, sua esposa e filhos moram na casa de um irmão do marido, localizada no terreno dos sogros, que também emigrou, mas com a esposa. Rosália também tem o marido em Portugal, em busca da casa própria. Enquanto ele persegue o objetivo, ela mora numa casinha no quintal do sogro.

O caso nos bairros pobres de Valadares, de onde saem os migrantes na sua maioria, indica a centralidade do casal na estruturação das relações de parentesco, mas o antagonismo que a composição de novas *Casas* implica é ainda mais acentuado, pois não há intenção de se manter a subordinação às famílias originais. Esse aspecto, entretanto, não significa falta de continuidade das *Casas*, mas apenas em hierarquização sucessiva e contínua entre *Casas*. Um mesmo conjunto de pessoas que se ligam por parentesco convive com várias *Casas* com níveis distintos de capacidade de aglomerar relações e pessoas. Trata-se, por assim dizer, de uma segmentação rápida.²⁴

Cada *Casa*, na prática, dura apenas a vida do casal. Morar numa habitação no terreno dos pais é ainda participar da *Casa* dos pais, subordinadamente. Temos uma casa “à Lévi-Strauss” em grande medida, pela sua centralidade na organização da estrutura social local, por sua relevância na organização do

24 Esse argumento foi sugerido por Marcos Lanna, em comunicação pessoal.

parentesco e da posse territorial e, claro, por dar impulso à migração internacional, como um atalho rápido para a centralidade.²⁵ Essa ideia da *Casa* valadarense (das camadas pobres da população) depende de uma perspectiva dinâmica a respeito da montagem e desmontagem de relações: é uma espécie de *Casa* relacional, mais ligada a cada casal como centro de si mesmo.

Aqui, portanto, convém distinguir a casa (habitação) da *Casa* (centralidade de relações do casal), pois a segunda ampara a estrutura social e influencia a movimentação internacional. Já a primeira é uma necessidade para a existência da segunda, com a condição de ser descolada da casa (habitação) dos pais. Os emigrantes partem para construir *Casas* e, para isso, precisam de recursos para construir uma casa (habitação) que dê condições e sustentabilidade para aquelas. Também devemos matizar esse descolamento da *Casa* dos pais, já que não se trata, necessariamente, de pais biológicos: a *Casa* com a qual se “rompe” para formar a própria pode ser capitaneada por pais, tios e até não parentes. Rompe-se com a *Casa* na qual se inseria anteriormente. Em alguns casos de desamparo social, nem é preciso romper: não se estava relacionado a nenhuma *Casa*, e a migração é uma tentativa de superar esse dilema com uma nova *Casa* própria. Em Valadares, a *Casa* não chega a durar nem uma geração, tamanha a dissolução promovida pelo “atalho” da migração.

25 Para uma discussão sobre o conceito de “centralidade” aplicado às relações sociais, ver Machado (2003).

Entre os nossos entrevistados, podemos destacar o caso de João. Ele mora numa casa de seu pai, e isso foi o suficiente para que ele buscasse a própria *Casa*, num exemplo de como a importância da *Casa* é muito maior do que seu espaço e segurança: é uma questão de autonomia em relação a outrem, às relações de outrem. Mesmo tendo um teto assegurado, João preferiu buscar um teto distante do terreno de seu pai (mas não conseguiu). Recorrentemente, nas entrevistas, percebemos a mesma situação de João: relativamente bem instalados em casas dos próprios pais ou sogros, dentro do terreno da *Casa* destes, os entrevistados não se sentiam donos de uma *Casa*. Estar dentro da *Casa* dos pais significa também estar, de certa forma, preso às relações dos pais (ou equivalentes), serem subordinados a essas relações. O desejo da *Casa* própria, num terreno diferente do dos pais, significa um desejo de se desprender das relações que os pais constituíram para construir a própria *Casa*, centralizadas no novo casal e filhos.

A família de Irani também ilustra o processo de busca da *Casa* e de descolamento das relações e bens dos próprios pais: sua irmã mora numa casa conjugada à *Casa* dos pais dela. A própria Irani viu seu marido partir para os EUA e ficar lá por quatro anos, a fim de comprar a casa própria para que eles pudessem sair da *Casa* onde moravam, situada sob a casa dos pais, no andar de baixo de um sobrado. O caso de Isabel é também exemplar: de família de classe média alta,

casou-se com um homem de classe média baixa. Moravam numa casa que ficava no mesmo terreno da *Casa* dos pais dela, e, por conta disso, ela o incentivou a emigrar para tentar uma vida melhor e comprar uma casa própria. O desfecho foi desastroso para a família, resultou na separação e, segundo ela, na instabilidade emocional de suas filhas. A importância da *Casa* nos planos emigratórios é tanta que a Associação de Parentes de Emigrantes da Região Leste de Minas Gerais (em processo de formação) tem como objetivo principal auxiliar as famílias no desenvolvimento de projetos de construção de casas, para evitar o superfaturamento na compra dos materiais de construção.

Contraditoriamente, um dos entrevistados, *Ciro*, destacou que várias pessoas vendem ou hipotecam suas casas para realizar suas viagens. Mas esse ato é sempre o dos outros, nenhum de nossos entrevistados vendeu ou hipotecou a própria casa para financiar a viagem. A única exceção é o de *Conceição*, pois ela e o marido venderam a casa em que moravam para o marido emigrar e juntar dinheiro para comprar uma casa melhor. Diga-se que a casa onde moravam era muito pequena e não comportava a família (nem a constituição de uma *Casa*). Há casos de viagens de pessoas que já têm casa própria, e nesses casos, em geral, apenas um membro da família nuclear está ausente, e o resto da família mora na casa já possuída.

Mas há um discurso moral, entre os entrevistados, que claramente condena esses casos. *Késia*, uma das nossas entrevista-

das, conclui que quem tem casa própria e um carro não deveria tentar a vida fora do país, pois o *risco* e o prejuízo para a família podem ser grandes. Carmem, outra entrevistada, também emite julgamentos morais sobre a emigração: não considera correto uma pessoa que já possui casa e carro emigrar, devido ao risco que isso coloca à manutenção da estrutura familiar. Seja como desejo principal, ou como crítica aberta a quem “ameaça” a família com a migração, apesar de já possuir a *Casa*, os entrevistados estabelecem uma relação entre a *Casa*, a emigração e o perigo que esta impõe ao projeto familiar.

A contradição desse processo é que, durante a ausência de um ou de ambos os membros, a casa (habitação ainda não própria), nas quais as suas relações vinham sendo construídas, resulta incompleta: um marido ausente significa a ausência da produção cotidiana do parentesco, da *cossubstancialidade*, das *relações*. Contra essa incompletude paira o risco constante de esfacelamento e dessubstancialização, e o elemento crucial desse risco é o sêmen alheio (como veremos na parte que discute a *fofoca*) ou a hiperprodução de substância (filhos fora do casamento).

Esse risco não é novidade, nem inconsciente: todos que se arriscam na aventura migratória têm plena consciência desse perigo. Todos sabem que as relações serão colocadas em risco. Isso apenas atesta o valor que a *Casa* própria, como um lugar de reconstrução de centralidades nas relações, tem para os sujeitos. Importa estar livre das relações dos próprios

pais: sair da *Casa* dos pais, às vezes da casa que pertence aos pais. Esse desrelacionamento é a única possibilidade de assumir um lugar central nas relações que se pretende estabelecer, principalmente em relação aos próprios filhos. Basicamente, os aventureiros do projeto migratório familiar querem reproduzir a centralidade de relações que seus pais parecem ter, isso em relação aos próprios filhos.

FILHOS²⁶

Os filhos são para seus pais um grande dilema, fruto de angústias e sofrimentos. O fato é que muitos pais e mães têm que conviver com a ausência de seus filhos, quando partem para o exterior. E os filhos convivem com a ausência de um ou ambos os pais durante longos períodos de tempo, e às vezes a separação é definitiva. Organizar a vida dos filhos na ausência dos pais ou de um deles é um problema muito sério. Quem tomará conta dos filhos? Eles serão bem tratados? Haverá recursos para enviar e sustentar as crianças? Devem-se levar os filhos? Devem-se levar *todos* os filhos?

Narrarei alguns casos relativos a essas escolhas, a título de exemplo. Uma amiga da entrevistada Joelma voltará aos

26 Trato aqui apenas de famílias no começo do “ciclo familiar”, como define Fortes (1974), e de emigração de casados, solteiros com filhos ou divorciados com filhos. Há, obviamente, muitos que emigram solteiros, para os quais esta análise que proponho deve ser reavaliada e ponderada.

EUA levando apenas *uma* das filhas, enquanto a outra ficará com a avó materna, que mora no mesmo bairro. Há um certo conformismo gradual com a distância, e, como nos disse Joelma, os filhos já não sentem tanto a falta. Cláudio, por sua vez, em entrevista nos contou de seu pequeno primo, cujo pai está em Portugal: o menino não conhecia o pai e sempre perguntava por ele, só o via pelas fotos. Outra entrevistada, Lucimar, tem um filho do primeiro casamento, que mora com a avó paterna: a criança foi criada pela avó e visitava a mãe em alguns finais de semana. O atual marido, este em Portugal havia três anos, planejava migrar definitivamente para Portugal e pretendia levar o enteado. Segundo Lucimar, isso era muito bom, “pois lugar de filho é junto ao pai”.

São mais comuns os casos em que o pai está ausente no exterior, seguido do caso no qual ambos os pais estão fora. Os casos de mãe ausente são mais raros, e nessa situação preponderam os casos em que a separação do casal aconteceu anteriormente à migração. Há uma lógica, portanto, na organização do parentesco que dita o “abandono” mais ou menos temporário dos filhos: a ausência do marido é a mais tolerada, seguida da ausência do casal e da ausência da mãe, mas apenas quando ela já está separada. Em nossas entrevistas, encontramos apenas uma história sobre mãe ausente com marido e filhos no Brasil. Assim, há uma determinação do lugar da mãe que é muito forte, pois ela em geral é substituída por uma mãe segunda (no caso, alguma das avós) quando da

migração do casal. Mas a essa importância do lugar da mãe está relacionada uma discriminação latente em relação à mulher do marido ausente: passam a ser tratadas como espécies de “viúvas de maridos vivos” e, portanto, potencialmente perigosas. O lugar de “viúva de marido vivo” é uma ameaça às demais mulheres casadas e à honra do marido ausente. Elas são submetidas à intensa vigilância, portanto.

Os casos em que os filhos não ficam com os avós parecem inspirar pena nos entrevistados, como uma alteração da ordem natural das coisas e como uma situação de potencial desajuste. Mas há outros vários ajustes, em relação aos filhos. Um exemplo é o caso da tia da entrevistada Sabrina: ela e o marido migraram, e os três filhos ficaram no Brasil, morando sozinhos (já tinham mais idade). Esses arranjos são temerários, do ponto de vista dos entrevistados, e acabam sempre em problemas de comportamento dos filhos, vistos como abandonados. Um dos primos de Sabrina, filho dessa tia, começou a se “envolver com drogas”, e o casal decidiu levar os filhos para Portugal: primeiro o mais novo, depois os dois mais velhos.

As histórias que se contam desses arranjos alternativos em geral têm um tom trágico: outra amiga de Sabrina, já mãe de uma filha adolescente, casou-se novamente e teve outra filha. Depois se separou e decidiu migrar para Portugal, deixando a segunda filha com o pai e a primeira morando sozinha. O desfecho também foi preocupante: mediante os comentários de

que a menina se envolvia com prostituição, a amiga de Sabrina voltou para buscá-la. Esses dois exemplos indicam histórias moralizantes, que são quase pedagógicas, pois tendem a desestimular arranjos alternativos para deixar os filhos. Deixar filhos sozinhos é um problema que levará ao envolvimento destes com ambientes recrimináveis. Os pais deverão, no fim das contas, necessariamente resgatá-los e estabelecer a ordem moral de que o lugar dos filhos é junto aos pais.

Outro arranjo alternativo foi o de Mariléia, que, por conta das fofocas de que estaria traindo o marido, decidiu segui-lo na emigração, tendo que deixar os filhos. Primeiramente, deixou-os aos cuidados de uma moça, que foi paga para isso, mas os filhos teriam sido “muito maltratados”. Depois foram morar com a avó materna, e também não deu certo, por motivos que a entrevistada não quis esclarecer. Agora, Mariléia prepara os filhos para morar com uma sua amiga, de quem os filhos, duas meninas e um menino, gostam muito. Mariléia resigna-se ao fato de ficar longe dos filhos, pois acredita que estes já se acostumaram à distância. O caso de Mariléia também é exemplar por demonstrar um pouco da dinâmica da fofoca e do lugar da “viúva de marido vivo”, que é a esposa do migrante ausente. Sob estrita vigilância, partiu para a migração com o marido, para não ver o casamento acabar. Mas deixou os filhos em situações consideradas arriscadas para fazer isso.

Seu Joaquim, por sua vez, ilustra dois casos em relação às crianças e à migração. Seu filho emigrou após se separar

e deixou no Brasil uma filha, que sofreu muito no princípio, “ficando nervosa”. Mas agora, acostumada, já não sente mais falta. Uma ex-namorada de seu Joaquim também migrou, deixando com a mãe três filhos. O fato é contado em tom de desaprovação, mas a ressalva é que ela nunca deixou de mandar o dinheiro para sustentar as crianças, o que significa que ela tem tido o cuidado de manter ativos os laços e as relações com os filhos e com a sua mãe, que toma conta dos pequenos. Também esse exemplo ilustra outra dinâmica comum: quando a mãe (ou o casal) pensa em levar os filhos, em geral não pode levar todos, se tem mais de um. A escolha, então, recai geralmente no mais novo, aquele que é visto como o mais vulnerável dentre os filhos. É por isso que a ex-namorada de seu Joaquim voltará logo, para levar a filha mais nova (então com sete anos) para Portugal.

Quando as famílias, de antemão, estão estruturadas de formas distintas daquela considerada moralmente adequada pelos nossos entrevistados, a migração aparece como uma opção perigosa. É o caso de Tatiana, que embora queira muito emigrar, não o pretende fazer. Separada e com uma filha pequena, não teria como levá-la. Teria que deixá-la com a própria mãe, avó da menina. Mas isso abriria ao ex-marido a possibilidade de pedir a guarda da criança, o que Tatiana teme muito. Assim, para não correr o risco, decidiu não emigrar e ficar perto da filha.

Mas mesmo o arranjo dos filhos que ficam com avós paternos ou maternos não é tão bem recebido assim. Um dos

assistentes sociais, integrante do Conselho Tutelar da cidade, disse-nos que, quando os avós têm idade avançada, estes não conseguem controlar e educar os netos, podendo “ocasionar” situações de prostituição e consumo de drogas, os dois cenários mais temidos. É o caso da sobrinha de Sebastiana, que migrou para Portugal e deixou sua filha com a mãe (avó materna). Mas a irmã de Sebastiana (a avó materna da menina) não “deu conta” de cuidar da menina, que estava dando “muito trabalho”. A mãe, então, decidiu levar a filha para Portugal também. Por outro lado, o caso contrário pode acontecer: uma amiga de Paulo foi para Portugal e deixou o filho com a sua mãe. Em Portugal teve outro filho com um português e não pensa em voltar ao Brasil ou em levar o primeiro filho para Portugal: de toda maneira, segundo Paulo, a avó não permitiria, pois o menino é “como se fosse filho dela” e estava com a avó desde pequenino. Aqui temos o caso em que a migração levou a rupturas definitivas nas relações: a avó “passou à mãe”, e a mãe aceitou o fato.

Os casos que chegam ao Conselho Tutelar relacionados à imigração são muitos e, em geral, tratam de denúncias de maus tratos às crianças de pais ausentes, ou de mães que não cuidam “direito” dos filhos enquanto o marido está ausente. Muitas vezes as denúncias são feitas pelos próprios pais que estão no exterior. O processo da migração, segundo esse assistente social, acarreta também muitas disputas pela posse das crianças. Quando o Conselho Tutelar, por exemplo,

constata que determinadas crianças são bem criadas tanto pelos avós maternos quanto pelos avós paternos, a disputa pela guarda chega à justiça. Há também o caso de pessoas que disputam a posse das crianças apenas pelos recursos que são enviados pelos pais para o seu sustento. Em geral, isso acontece quando se trata de “pessoas mais distantes”, como babás, amigos ou parentes distantes. Com avós, mais frequentemente, isso não acontece.

Aqui temos a evidência de uma lógica relacional no trato com as crianças: elas estão bem se se mantiverem dentro daquelas relações originais das quais os pais pretendem autonomia com a *Casa nova* (aquela dos avós). Mas essas relações são vistas como as que naturalmente acolherão bem as crianças, mesmo com o risco de que, com a idade avançada, os avós não consigam educar os netos. Mas os outros arranjos que fogem a essa lógica são condenados nas duas dimensões: podem levar os filhos para os dois caminhos mais temidos (a droga e a prostituição) e também sujeitam os filhos à ganância e aos maus tratos de quem foi pago para cuidar deles. A constatação que podemos fazer é que cuidar dos filhos não é algo que deve ser pago, ou seja, as relações prescrevem um dever de cuidar dessas crianças. O dinheiro é enviado não para pagar quem cuida, mas para sustentar os filhos e manter a relação. O dinheiro entra como fluxo de substância “a distância”, produzindo o bem-estar material dos filhos (alimentação, roupas, escola, brinquedos, etc.) e amarrando

as relações na ausência física dos pais, que se fazem sempre presentes através do dinheiro.

A contradição desse processo de emigrar para constituir a própria centralidade do casal na migração é que, para fazer isso, muitos acabam por acentuar a centralidade daquelas relações que pretendem abolir: é o caso dos casais que migram e deixam os filhos sob a guarda de uma das avós. São muitos os exemplos em que a migração é feita em dupla, simultaneamente ou não (em geral o marido migra primeiro e depois leva a mulher). Quando isso acontece, via de regra, os filhos do casal (quando existem) são criados pela avó. Como demonstrou Fonseca (2004), a própria ideia de “criação” é uma fabricação de parentesco por vias não necessariamente consanguíneas. No caso das avós, além das formas de “criação”, ou seja, a convivialidade cotidiana, a comensalidade e o cuidado, as relações são intensificadas pelos laços consanguíneos. Nesse caso, os filhos do casal ficam mais e mais ligados às relações dos avós, aquelas das quais os pais pretendem se distanciar para constituir a própria centralidade. Ou seja, o projeto dos pais, de construir a *Casa*, pode submeter a própria família a uma acentuação daquelas relações das quais pretendiam se afastar.

A vontade do casal que migra junto, em geral, é acentuar a capacidade de obter recursos e voltar antes, além de preservar a própria relação dos riscos da separação (o marido ou esposa ausente). Nesses planos não cabem os filhos, num primeiro momento. Isso os leva a uma dependência em relação

àqueles que vão cuidar dos filhos na ausência do casal. O desfecho dessas situações é um retorno que pode se prolongar, e, nesse caso, os filhos vão “passando” cada vez mais para os avós: ou seja, a cossustancialidade amplia-se num grau que já se torna quase irreversível. Mesmo quando o casal volta e constrói a *Casa*, há casos em que os filhos continuam morando com os avós. Ou acontece tudo conforme o planejado, e os pais voltam logo, com os planos realizados e conseguem conquistar a *Casa* própria, tão almejada. Outra saída também frequente é a constatação de que os planos não serão facilmente atingidos ou que, enfim, a vida no exterior pode ser melhor que a vida em Valadares: nesses casos, os planos da *Casa* própria são transferidos para o exterior, como novo lugar de construção das relações centralizadas tão importantes às pessoas. Nessas situações, a primeira atitude dos casais é levar os filhos para o exterior, processo que vai alimentar um mercado paralelo de “transportadores de crianças”, que podem ser desde parentes até pessoas pagas para realizar tal travessia. Há, claro, soluções intermediárias e casos variados: famílias que se estruturam permanentemente a distância, casais que levam apenas alguns dos filhos para o exterior, etc.

FOFOCA

Uma questão importante relaciona-se à ausência dos maridos no cotidiano de suas esposas que permaneceram no Brasil: as entrevistas demonstram como há uma suspei-

ção permanente sobre as mulheres, em geral capitaneada pela família do marido ausente. O mesmo não se pode dizer quando é o marido quem fica, pois tivemos acesso a apenas uma história com esse teor. Quando é o casal que muda, obviamente, não acontece nada disso, embora muitas vezes a mulher emigre posteriormente, para juntar-se ao marido, justamente para se livrar das fofocas que essa situação gera. A *Casa* como centro das relações de um núcleo familiar só funciona se for, na percepção dos entrevistados, completa, isto é, tem que ter o marido, senão é vista como suspeita, ameaçadora, e, assim, os arranjos alternativos que ocorrem durante a migração são também vistos como perigosos. As mulheres nessa situação têm como alternativa uma reordenação da moradia: trazem as próprias mães para morar com elas. De certa forma, a mãe substitui a figura do marido, dando “confiabilidade” àquela casa. A entrevistada Joelma nos conta, por exemplo, como alguém, que ela imagina ser da família do marido, denunciou-a ao Conselho Tutelar, porque não cuidaria bem dos filhos. A visita do Conselho nada pôde provar, mas ela ficou em alerta redobrado contra as fofocas que a sua situação de “viúva de marido vivo” desperta.

A maior fonte de fofoca, como se pode imaginar, é o comportamento sexual da esposa do migrante ausente: suspeitas de traição podem acabar com o relacionamento, fim que é consumado com a interrupção das remessas de dinheiro. Rônio conta-nos que a respeito de sua mulher nunca surgiram

comentários, pois ela preferiu morar com a própria mãe, evitando ficar sozinha com os filhos. Aconteceu com Rônio o contrário, também muito frequente: as fofocas diziam que ele havia arrumado outra família em Portugal. Aqui temos, apenas na aparência, uma situação similar e inversa à traição feminina: a traição masculina não ameaça tanto o casamento, contanto que o dinheiro da remessa continue fluindo. Ou seja, a capacidade de produzir substância que alimente e construa as relações é eminentemente masculina, não cabendo à mulher muito que fazer quando recebe denúncias. Ela não pode *ter certeza*, e enquanto o marido envia o dinheiro há a evidência de que o casamento e os planos originais continuam a existir. O desnível das relações entre homem e mulher fica evidente no peso da traição de cada um: se a mulher trai, o casamento tem grandes chances de acabar; se o homem trai, o casamento não acaba necessariamente. E, acima de tudo, é o fim das remessas que sinaliza o fim das relações, que fica, portanto, por conta da iniciativa do homem.

Em outro caso, a mulher do tio de Gildásio trouxe a irmã para morar com ela quando o marido emigrou: ficar só em uma casa com os filhos parece altamente reprovável numa lógica moral nativa. Às vezes, mesmo morando com outras pessoas, a fofoca ameaça casamentos: foi o caso do irmão mais velho de Sabrina, cuja esposa foi morar com a mãe, mas mesmo assim foi alvo de suspeitas. Mariléia lembra que, quando seu marido foi para Portugal, “colocaram até homem

na minha cama”. O sentimento de falta de proteção foi tão grande que ela preferiu emigrar e deixar os filhos, para salvar o casamento. A vigilância também implica em discriminações às amigas das esposas. Joelma conta-nos que teve de abrir mão de uma amizade com uma mulher cujo marido estava no exterior, já que ela tinha fama de traí-lo, e a família do esposo de Joelma não via com bons olhos essa amizade, que poderia, de certa forma, *contaminá-la*. Creuza contou-nos sobre seu casamento, que ruiu devido à fofoca de vizinhos, atingindo a honra do marido. Embora jurasse inocência, o marido não aceitou suas argumentações, e o casamento acabou.

Waldeci também nos relatou sobre o enorme preconceito que atinge as mulheres cujos maridos emigraram. Ela disse-nos que muitas delas, para evitar qualquer “conversa”, vão morar com as próprias mães, e algumas até chegam a morar com as sogras. Vemos que esse preconceito implica novas configurações de moradia, enquanto o projeto da migração se desenvolve. Acontece uma reorganização da casa, pois a mulher não deve morar sozinha com os filhos. Carmem também nos contou que a presença da mãe sempre ajuda a evitar o surgimento de “conversas” e, além disso, ela ajuda a criar os filhos. É o caso da própria Carmem, cuja mãe mora com ela desde que o marido emigrou.

O sexo da mulher com algum outro homem que não o marido ausente representa uma ameaça à *Casa* que se pretende construir, como uma intrusão de substâncias indesejadas,

como sinal de desonra do homem. Por isso a circulação de boatos sobre a integridade sexual das mulheres que ficam é tão relevante no cenário de Valadares: os boatos podem destruir os projetos de *Casa* de um casal, e a responsabilidade pelo falhanço cabe muito mais à mulher, numa clara assimetria. Os homens podem, ou podem mais que as mulheres, ter relações extraconjugais quando ausentes, pois, segundo as perspectivas dos entrevistados, parece que isso não ameaça os projetos da *Casa*, a não ser que resulte em um abandono do projeto original. O problema da traição masculina é a possibilidade de criar novos filhos e um novo projeto de *Casa*, agora no exterior, às escusas do plano original. Há, nesse caso, uma produção de relações, permeadas pela abundância de substâncias (a produção de filhos), que se superpõe às relações anteriores, geradoras do projeto inicial de migração. O primeiro sintoma da dessubstancialização das relações “originais” é a interrupção do fluxo de dinheiro, aquele substituto simbólico para as relações de substância de um casal (sexo, comensalidade e vida cotidiana compartilhada). Enquanto o fluxo de dinheiro se mantém, ele opera como um substituto para as relações produzidas no interior da *Casa* e como uma espécie de “sangue simbólico”, que prende e mantém as relações operantes e os planos iniciais em vigor.

A traição feminina é mais condenada, pois parece que a desonra que ela implica também dessubstancializa violenta e rapidamente aquelas relações do casamento: é como se o

sêmen alheio fosse uma substância que desonra o marido e contamina definitivamente um conjunto de relações, levando ao seu fim imediato. Nesse caso, o que resta é a briga pela posse dos filhos, as disputas sobre a manutenção legal do fluxo de dinheiro (pensões) e as desavenças entre a ex-mulher e a família do ex-marido ausente. Em muitos momentos, a fofoca causa a suspensão temporária do projeto migratório, e o marido retorna para certificar-se da veracidade ou não dos boatos. Essas voltas são seguidas de grandes rupturas ou da normalização do relacionamento e a subsequente volta do marido para a migração.

É por causa dessa suspeição compulsória da “viúva de marido ausente” que muitas delas adotam a estratégia de morar nas casas (ou melhor, no terreno) dos sogros, para manterem-se conscientemente sob vigilância, ou ainda trazem para morar consigo suas próprias mães, num sinal de que a casa não está vazia. A submissão voluntária a essas estratégias de legitimação do comportamento atestaria publicamente o comprometimento com o projeto migratório da família, no desejo de construir a *Casa* própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos aqui expostos indicam que o império da natureza na produção do parentesco pode ser relativizado por práticas outras de *relatedness*. As relações podem ser fortalecidas ou enfraquecidas com a ausência prolongada, e tudo

depende da manutenção das relações através de outros meios que não o da convivialidade: a circulação de remessas de dinheiro aparece como um substituto simbólico para essas relações que definiriam uma *Casa*. A sua manutenção ao longo do tempo significa que os planos originais de constituir a própria *Casa* estão ainda sendo construídos. A *Casa* significa, nesse contexto limitado que me dispus a analisar, a produção de relações centradas nas pessoas do casal que a constituem, significando uma hierarquização: ou seja, um rompimento não com os próprios pais, mas com as relações que os pais centralizavam. Com a *Casa* própria é possível construir as relações com os filhos como centrais na condução da vida. Assim a *Casa*, nesse contexto, seria um índice de autonomia e centralidade de relações (de parentesco). O processo instaurado por essa necessidade resulta numa fragmentação constante dos núcleos familiares. Porém, esse processo implica mais uma continuidade, na sucessão de *Casas* das quais se faz e fez parte, do que uma descontinuidade.

Percebemos uma tensão constante, na fala dos entrevistados, entre a ideia de desestruturação da família e os planos e projetos familiares. Os fracassos e brigas gerados no seio da emigração são contrastados e contrapostos aos casos em que os planos foram bem-sucedidos, nos quais a casa foi comprada e a família se reorganizou em novos patamares: ou seja, quando a *Casa* própria e a sua sustentação ao longo do tempo garantem uma centralidade nas relações do casal. A

tensão entre um modelo familiar “com ausência” permitida e o desejo de um modelo familiar tradicional resulta numa flexibilização (mesmo que temporária) das formas de viver a conjugalidade e mudanças radicais na educação e criação dos filhos. Persiste também uma constante ameaça de o sonho ruir perante as pressões da situação de migração.

O que fica evidente é a preponderância de um desejo de viver as relações familiares segundo um modelo tradicional, centrado na família nuclear e na *presença* de ambos os pais. Parece que uma *Casa* só pode existir nesse modelo tradicional. Entretanto, vimos que esse modelo é flexibilizado enquanto dura a migração. A *presença* é transformada: não necessariamente algo físico, mas sim a intenção de continuar as relações pelo envio de remessas. Esse modelo flexibilizado, porém, está constantemente envolto numa esfera de perigo, segundo os valadarenses dos bairros pobres que entrevistamos. Esse risco associado à migração pode ser entendido, em grande medida, como endereçado justamente aos arranjos familiares alternativos. Nesse sentido, teríamos uma valorização do modelo “tradicional”, em oposição às alternativas “arriscadas”.

Os riscos na perseguição desse projeto através da emigração ficaram evidentes: o desejo de centralidade de novas relações pode significar o esmaecimento de qualquer relação. Pais podem “sumir” e deixar de enviar dinheiro, encerrando o projeto. Casamentos podem ser rompidos pela fofoca.

Filhos podem ser deixados sob riscos de maus-tratos, ou podem, ao contrário, inserir-se tanto nas relações de seus avós que não mais sairão para constituírem as relações dos pais. Nesses casos, a rigidez do nosso parentesco com suas regras consanguíneas pode ser flexibilizada, pois os avós se transformam em pais por meio da convivialidade, criação e produção de cossustancialidade. O projeto da *Casa* própria via emigração põe em risco as relações que pretende centralizar, mas continua sendo forte o suficiente para estimular a ação de inúmeras pessoas em Governador Valadares.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALDASSAR, L. Transnational families and the provision of moral and emotional support: the relationship between truth and distance. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, London, Routledge, v. 14, n. 4, p. 385-409, Jul. 2007.

BRYCESON, D.; VUORELA, U. *The transnational family: new European frontiers and global networks, cross-cultural perspectives on women*. Oxford: BERG, 2002.

CANALES A. The role of remittances in the transnational family relationships configuration. *Papeles de POBLACIÓN*, CIEAP/UAEM, n. 44, p. 157-158, abr./jun. 2005.

CARSTEN, J. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. *American Ethnologist*, Malden, n. 22, p. 223-241, 2004.

CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (Ed.). *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CHAMBERLAIN, M.; LEYDESDORFF, S. Transnational families: memories and narratives. *Global Networks*, v. 4, n. 3, p. 227–241, 2004.

DUARTE, L. F. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Apresentação. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007.

FORTES, M. *Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Brasília: UnB, 1974. (Textos de Aula, Antropologia 6).

FUSCO, W. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD, 2001. p. 427–445.

GLAZER, N.; MOYNIHAN, D. P. *Beyond the melting pot: the Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: _____ (Org.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York academy of Sciences, 1992. (Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645).

_____. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, Washington, v. 68, n. 1, p. 48–63, 1995.

GUEDES, S.; LIMA, M. Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores. In: BARROS, M. L. *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 131–163.

MACHADO, I. J. R. *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 5–26, 2010.

MACHADO, I. J. R.; REIS, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 16, n. 1, 2007.

MACHADO, I. J. R.; SILVA, C. R.; KEBBE, V. H. Notas sobre a família transnacional. *REMHU*, Brasília, v. 30, p. 79-98, 2008.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1990.

PARK, R. E. *The immigrant press and its control*. New York: Harper, 1922.

PINA-CABRAL, J. *Sons of Adam, daughter of Eve: the peasant worldview of the Alto Minho*. Oxford: Claredon Press, 1986.

----- . *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel, 1991.

REIS, E. R. *Questões sobre a indústria da emigração: conexões Portugal/ Governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHNEIDER, D. *American kinship: a cultural account*. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

----- . *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

SCHNEIDER D.; BOON, J. Kinship vis-a-vis myth contrasts in Levi-Strauss' approaches to cross-cultural comparison. *American Anthropologist*, Malden, v. 76, n. 4, p. 799-815, 1974.

SOARES, W. Emigração e (I)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

STRATHERN, M. *Reproducing the future: Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. New York: Routledge, 1992.

VALLADARES, L. *A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VELHO, G. *Subjetividade e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

----- . Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, n. 2, ano 3, p. 45-52, 2001.

VIEGAS, S. M. *Terra Calada: os Tupinambá no sul da Bahia*. Rio de Janeiro; Lisboa: 7 Letras Almedina, 2007.

WEISMANTEL, M. Making kin: kinship theory and Zumbagua adoption. *American Ethnologist*, Malden, n. 22, p. 685-709, 1995.

YEOH, B.; HUANG, S.; LAM, T. Transnationalizing the 'Asian' family: imaginaries, intimacies and strategic intents. *Global Networks*, v. 5, n. 4, p. 307-315, 2005.

Capítulo 2 – Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares²⁷

Igor José de Renó Machado

Este capítulo pretende expor uma reflexão sobre o complexo tema das fronteiras, ancorado numa perspectiva etnográfica. Aqui interessa a fronteira a partir de sua relevância entre os valadarenses, habitantes da cidade brasileira de Governador Valadares, o mais conhecido centro de emigração internacional no Brasil. Buscaremos não apenas elencar fronteiras que atravessam a experiência de valadarenses, mas estabelecer relações entre elas, uma vez que a etnografia desenvolvida na cidade indica que alguns processos apresentam afinidades com outros, não sendo possível, portanto, apenas

27 Este capítulo é uma versão do artigo originalmente publicado como Machado (2009).

descrever fronteiras. É necessário *explicá-las* em relação aos processos culturais produzidos em Valadares.²⁸

Para atingir tais objetivos, o trabalho é estruturado em duas partes aparentemente distintas, que correspondem a descrições etnográficas de duas ordens de fronteiras. A primeira parte demonstra a relação entre os fluxos migratórios valadarenses e diversas fronteiras geopolíticas que os sujeitos migrantes enfrentam: no caso, a fronteira México-EUA, os vistos para entrada no México e a fronteira europeia. Estabeleço uma ordem entre essas diversas fronteiras, construindo uma espécie de hierarquia de preferências “nativas” entre os candidatos a imigrantes valadarenses.

28 A pesquisa foi realizada em Governador Valadares em cinco momentos: o primeiro realizado em julho de 2005, por Ellem Saraiva Reis e Lara Rezende, o segundo realizado em fevereiro de 2006, por Ellem Saraiva Reis e Alexandra C. Gomes Almeida, o terceiro realizado em fevereiro de 2007, por Thaísa Yamaúe e Arielle Basinello, o quarto em julho de 2007, por Alexandra C. Gomes Almeida e Thaísa Yamaúe, e o quinto em janeiro e fevereiro de 2008, por Fábio Stabelini, Amanda Fernandes Guerreiro e Alexandra C. Gomes Almeida. Essas cinco visitas ao campo resultaram em 11 diários de campo e cerca de 70 entrevistas semiestruturadas nesses cinco momentos. Os entrevistados são, em geral, moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os argumentos desse texto se baseiam nas entrevistas e, principalmente, nos diários de campo. Essas visitas também resultaram em seis relatórios finais de iniciação científica, muito importantes para a sistematização dos argumentos aqui defendidos: Reis (2006) – CNPq, Reis (2007) – CNPq, Almeida (2006) – Propp/UFSCar, Almeida (2007) – Fapesp, Stabelini (2008) – CNPq e Guerreiro (2008) – CNPq.

Em seguida, considerando a descrição apresentada no capítulo anterior, de uma dinâmica cultural característica das camadas pobres em Valadares (e também de outras várias regiões brasileiras e portuguesas, ver, por exemplo Durham (1978)) que aparentemente não se relaciona com a descrição da hierarquia de preferências em relação às fronteiras geopolíticas apresentada anteriormente, desenvolvo nosso argumento principal.²⁹ Porém, com o desenvolvimento do argumento, ficará claro que o processo cultural, nomeadamente a construção de *Casas* em sentido levistraussiano³⁰ entre a população pobre da cidade, permite entender a importância da emigração como uma espécie de atalho para se atingir esse objetivo. A relação entre os dois “processos fronteiriços” é que o segundo, a divisão infundável dos núcleos familiares, impulsiona a intensidade do primeiro, o cruzamento das fronteiras geopolíticas. Há, portanto, uma correlação entre os dois processos: a construção de fronteiras *entre* núcleos familiares impulsiona à emigração internacional.

29 Originalmente, a emigração internacional valadarense era de classe média (ASSIS, 1999), mas o perfil vem mudando ao longo da última década, para uma emigração de classe média baixa e classes desfavorecidas, como atestam os trabalhos de Siqueira (2006, 2007). Nossa pesquisa não se utilizou de surveys para compor um quadro socioeconômico dos entrevistados, mas foi integralmente realizada em bairros carentes da cidade.

30 Na referida parte, explicaremos exatamente como entendemos a ideia de *Casa* em Valadares. Note-se que, quando a grafia utilizar a letra maiúscula e o itálico, estaremos nos referindo ao conceito e ao processo que ele descreve.

Obviamente, a construção das *Casas* não explica a imigração em Valadares de forma absoluta, já que uma série de outros fatores concorre para a promoção de uma sociedade de migração (cf., entre outros, Assis (1999), Fusco (2001), Soares (1999) e Siqueira (2007)), mas entendemos que é um ingrediente sem o qual a dimensão do fenômeno não teria chegado ao que vemos hoje em dia. A importância da descrição dos dois “processos fronteiriços”, um de cruzamento de fronteiras geopolíticas e outro de construção de fronteiras *entre* núcleos familiares, é objeto da discussão na parte final do capítulo. Busco defender a importância da descrição etnográfica de *situações de fronteira*, fugindo da oposição colocada recentemente entre os usos da ideia de fronteira pelos *border studies* e os *estudos culturais*, que discutiremos ao final do capítulo.

O argumento é que a descrição etnográfica permite uma reflexão que estabelece relações de afinidade entre processos culturais; que o entendimento dessas conexões permite entender mais claramente os fenômenos; que o valor da ideia de fronteira não precisa ser relacionada nem aos exageros dos *estudos culturais* nem à necessidade de estudos em sociedades fronteiriças, como pretendem afirmar os defensores dos *border studies*; e, por fim, que uma visão a partir de “dentro” do grupo abre horizontes inesperados para o entendimento desses fenômenos. Assim, esse capítulo tenta trazer para o foco as unidades analíticas nativas como *explicativas* do pro-

cesso migratório, pretendendo entender o que eles consideram como suas fronteiras mais relevantes.

FRONTEIRAS GEOPOLÍTICAS E OS IMPACTOS NOS PROJETOS MIGRATÓRIOS VALADARENSES³¹

Nesta parte pretendemos demonstrar a relevância que as dinâmicas envolvendo a fronteira México-EUA têm para os habitantes de Governador Valadares e as decisões de migração naquela cidade. As decisões políticas de controle de fronteira nos EUA e as decisões sobre a necessidade de emissão de visto pelo México, por exemplo, são fundamentais na configuração dos processos migratórios em Valadares. Essas fronteiras, portanto, constroem a *mobilidade* dos valadarenses e têm implicações que veremos a seguir. Para isso, é necessário construir um rápido panorama da história da migração em Valadares.

A história da cidade de Governador Valadares (Minas Gerais, Brasil) está intrinsecamente ligada ao fluxo emigratório internacional. Desde o último quartel do século passado, tornou-se uma espécie de capital nacional da emigração. Como indicam vários autores (Assis (1999), Soares (1999), Martes (1999), Sales (1999), por exemplo), essa movimentação era destinada principalmente para os EUA. A emigração de valadarenses para os

31 Esta parte é um resumo do argumento apresentado em Machado e Reis (2007).

Estados Unidos ocorreu mais intensamente ao longo das últimas três décadas, causando, devido ao grande fluxo migratório, restrições à entrada e permanência de estrangeiros em solo estadunidense por meio da negação de vistos de forma mais abrangente. Assim, dada essa demanda e a dificuldade de emigração para os Estados Unidos, houve a formação, na cidade, de estruturas e agenciadores que auxiliariam a entrada na tão sonhada “América” e que usariam de meios ilícitos para a inserção dessas pessoas na sociedade norte-americana. A partir de outubro de 2005, o governo mexicano reintroduziu a necessidade de visto para a entrada de brasileiros no país, e, dessa forma, houve, novamente, uma modificação nas formas de atuação dos agenciadores da emigração. Uma das consequências dessa medida foi o aumento do custo e perigos para a aventura da migração não documentada,³² aumentando a busca por novos destinos, dos quais Portugal é o mais importante.

Os agenciadores da emigração constroem estruturas que envolvem, além de sistemas de empréstimos, como o esquema ilícito de agiotagem, segmentos de serviços que apresentam regularidade perante a lei brasileira, como no caso das agências de viagens, que auxiliam a entrada do imigrante no

32 Como também há dificuldades para os valadarenses conseguirem o visto para entrada em território mexicano, as opções são a entrada pela Guatemala, seguida de entrada clandestina no México e viagem clandestina até a fronteira com os EUA, ou a falsificação de documentos para conseguir o visto mexicano.

país de destino. Através das dicas de comportamento, das formulações de novas rotas de entrada dos valadarenses em Portugal e das reservas fictícias em hotéis portugueses, as agências de viagens contribuem para a efetivação dos projetos migratórios e aproveitam-se dessas demandas para extrair seu lucro.

Evidentemente, o fluxo de pessoas não se cria apenas com a intenção de elaborar novas rotas de migração (estas, no caso, menos lucrativas), mas também a partir da própria estruturação gradual de redes migratórias que se direcionam também a Portugal, processo que vem se complexando desde o começo do século. O mesmo processo por qual passou a migração para os EUA acontece agora com Portugal, só que intensificado pela existência prévia das estruturas ilegais de migração. Assim, muito rapidamente, em questão de 10 anos, estruturaram-se redes familiares de migração para Portugal, que estimulam ainda mais a movimentação de pessoas para este país.

Na nossa pesquisa encontramos um grande número de famílias com parentes nos EUA e em Portugal.³³ A grande maioria de nossos entrevistados, além de parentes em Portugal, tinha também parentes nos EUA. Assim, ficou evidente que as redes de migração estão se complexando e se estendendo por mais de um país, oferecendo alternativas diferenciadas para

33 O trabalho de Reis (2006) elaborou uma cuidadosa genealogia de 23 famílias valadarenses, e a maioria delas (cerca de 60%) possuía membros nos EUA e em Portugal.

os migrantes. Quando uma pessoa decide emigrar para outro país, ela geralmente tem condições de “optar” entre os EUA e Portugal e, cada vez mais, tem a opção de emigrar para outros países (como Inglaterra, por exemplo). Ela poderá contar, se não com algum suporte familiar, ao menos com o suporte de conhecidos em cada um desses países.

FRONTEIRAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Geralmente, as pessoas que não possuem condições financeiras para migrarem para os Estados Unidos procuram outros destinos. Os custos de uma migração para Portugal são muito menores, correspondendo apenas ao valor das passagens e o pagamento adiantado de diárias em algum hotel, mais o valor que as pessoas precisam ter em mãos para comprovar a capacidade de se “passarem por turistas”. Portugal consolidou-se, portanto, como uma alternativa mais barata de migração.

Mas nem por isso as pessoas desejam primeiramente ir para Portugal: muitas não conseguem o valor necessário para uma viagem aos EUA e acabam escolhendo aquele país. Alguns relatos salientaram que muitos valadarenses migraram para o solo lusitano com o intuito de conseguir dinheiro para irem para a “América”, e outros para terem registro de viagens no passaporte com o objetivo de facilitar a aquisição do visto no consulado norte-americano. Esses artifícios refletem a consciência da população frente às dificuldades de retirada

do visto para os Estados Unidos, o que muitos moradores enfatizam como preconceito contra os valadarenses.

Portugal é um destino que não está vinculado a nenhuma construção histórico-social da cidade ou enraizado no universo simbólico dos valadarenses, como no caso dos Estados Unidos, mas que se tornou atrativo por estar mais acessível econômica e fisicamente aos emigrantes. Apesar de alguns autores indicarem que o fluxo para Portugal se intensificou a partir de 2001 devido à concessão de autorizações de permanência aos imigrantes com contrato de trabalho, as “APs” (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2006), percebemos que o estímulo à migração de muitos valadarenses em solo lusitano estava também relacionado ao menor custo da viagem e aos menores riscos de morte, como os que existem na travessia ilegal da fronteira entre México e Estados Unidos. A passagem para os EUA pela fronteira mexicana significa uma aventura perigosa: risco de morte, estupro, de prisão em solo mexicano ou americano. A última opção significa um longo período de prisão em presídios normais, lado a lado com criminosos comuns, esperando pela deportação (se for o primeiro caso de migração ilegal; se for um migrante reincidente, ele pode ficar preso e não ter direito à deportação).

As histórias de tragédias são constantes e correm entre os valadarenses, ativando uma espécie de medo coletivo. A viagem a Portugal oferece-se como possibilidade segura, com

nenhum risco à vida e menores riscos financeiros. Como se investe menos dinheiro, o trauma de uma deportação é menor. Este, na verdade, é o único risco: ser deportado e ter a entrada dificultada em toda a Europa.

Assim, vimos que o destino da migração tem se diversificado e Portugal aparece com a segunda opção. Como analisado por Machado (2005 e Capítulo 3 deste livro), a migração de valadarenses para Portugal é um fenômeno recente e relativamente crescente. Assim, se Valadares não é uma “sociedade de fronteira”, afinal se localiza num estado brasileiro que não faz divisa com nenhum país e não tem costa marítima, as implicações dos processos políticos e policiais de controle de entrada e hierarquização de populações, coordenados pelos Estados-Nação que estão nos caminhos migratórios dos valadarenses, são sentidas como se Valadares fosse efetivamente uma zona de fronteira. As condições de *mobilidade* (HEYMAN; CUNNINGHAN, 2004) dos valadarenses têm sido dificultadas no que tange à entrada nos EUA, implicando uma diversificação das movimentações.³⁴

Interessa aqui perceber que as decisões de migrar para os novos destinos são reguladas pelo que acontece no México

34 Pesquisa de campo realizada em Valadares pelos orientandos Fábio Stabelini, Amanda Fernandes Guerreiro, Roberta Morais Mazer e Flora Guimarães Serra, entretanto, tem identificado uma movimentação mais intensa de retorno, por conta da crise econômica mundial que eclodiu em finais de 2008.

e EUA e suas implicações e relações com o tradicional fluxo de trabalhadores para os EUA. Ou seja, para valadarenses, a fronteira México-EUA é próxima, cotidiana e presente. O que ali acontece tem consequências diretas nos planos de muitas famílias, caracterizando uma *situação de fronteira* relevante, determinando nas contas de candidatos a emigrantes e suas famílias a direção a ser tomada. Fronteiras geopolíticas distantes e as respectivas políticas de restrição à mobilidade humana por parte daqueles Estados têm implicações diretas na vida de valadarenses. Essa *situação de fronteira* e seus constrangimentos macroestruturais é caracterizada por diversos níveis entre fronteiras: as várias fronteiras físicas a serem atravessadas e suas distintas restrições, as fronteiras políticas impostas por esses Estados diversos no que tange à restrição da movimentação, a fronteira financeira para os sujeitos que pretendem enfrentar o projeto migratório e fronteiras simbólicas que tornam alguns destinos mais desejados que outros.

FRONTEIRAS SIMBÓLICAS: A FAMÍLIA E O DESEJO DE MIGRAR

No capítulo anterior descrevi um processo cultural que tem relação íntima com a migração, no caso, a construção de *Casas*. Temos verificado que as pessoas migram para construir o projeto futuro de suas famílias e constituir novas centralidades nas suas relações; estando longe, o que produz a

relação (o próprio parentesco) não é mais a convivência e o sangue, mas o envio de sinais diacríticos de presença e interesse no núcleo familiar (remessas, bens, telefonemas, e-mails, vídeos). Esse mecanismo configura-se na principal fronteira a ser analisada, aquela que impulsiona a migração e a sustenta, ou seja, a fronteira que se deseja criar como um *novo núcleo familiar*. As decisões de migrar, influenciadas pelas fronteiras geopolíticas que vimos na primeira parte deste capítulo, têm relações profundas com os processos de fissão e fusão de núcleos familiares, com sua constante movimentação de fronteiras *entre* pessoas de mesmas famílias.

FRONTEIRAS E UM PONTO DE VISTA ETNOGRÁFICO

Nos últimos anos a questão da fronteira enquanto um tema relevante da pesquisa antropológica tem sido uma referência na análise dos processos migratórios (cf. Heyman (1994), Grimson (2006), Donnan e Wilson (1999), entre outros), seja como uma referência a espaços fronteiriços ou como uma metáfora para processos que ocorrem *às margens*, neste sentido uma “antropologia da margem”. Heyman e Cunningham (2004) separam em duas vertentes os *border studies*: uma preocupada com sociedades geograficamente fronteiriças e outra que usa a fronteira como metáfora para processos de construção identitária na pós-modernidade, produzida principalmente pelos *estudos culturais*, mas também por antropólogos interessados na desconexão

entre território, Estado e identidade (os estudos de desterritorialização, por assim dizer). Os processos à margem são em geral conotados por uma análise de hibridizações e/ou mestiçagens, como no trabalho de Rosaldo (1989). O caminho é o movimento da análise de processos de interculturalidade (ou mestiçagens, ou hibridizações) em contextos geopolíticos de fronteira para a descoberta desses processos em outros contextos não geopoliticamente fronteiros, passando, portanto, à análise das margens e fronteiras fluidas das políticas das identidades.

De um deslocamento espacial para o da arena das identidades, temos uma espécie de descoberta entusiasmada da mistura nos processos identitários. O entusiasmo é causado por uma espécie de ingenuidade política muito similar àquela que deu tanto espaço aos *estudos culturais*: encontra-se uma ferramenta teórica que valoriza a identidade das populações em condições de subalternidade de toda ordem. E, de certa maneira, tenta-se “descentrar” as identidades hegemônicas. Em geral as relações de poder intragrupos ficam em segundo plano. Mesmo as dinâmicas culturais (ou identitárias) desses grupos ficam condicionadas ao lugar de confronto, evitação em relação a identidades (ou culturas) tidas como hegemônicas – sobre as quais, aliás, a prática é a construção essencialista de uma unidade indiferenciada.

Assim, as identidades subalternas só existem enquanto uma negação (em vários graus) da identidade hegemônica. Em termos antropológicos é, como diria Sahlins (2001) sobre

o trabalho de Obeyesekere (1997), uma espécie de antiantropologia, pois destitui os “despossuídos” de tudo que não seja um não dominante. Há pouco espaço para etnografias que revelem, portanto, a alteridade na prática. Essa é a proposta que pretendemos aqui elaborar, ou seja, pensar a construção das fronteiras a partir do grupo que emigra, e não em relação preponderante ao Estado e às identidades hegemônicas dos lugares de recepção dos migrantes, no caso de valadarenses em Portugal e de suas famílias em Valadares.

Vários autores chamam, criticamente, a atenção para esse processo de deslumbramento. Em geral o fazem através de etnografias que evidenciam complexidades inesperadas nos processos de hibridização (BALLINGER, 2004, por exemplo). Constatam-se, entre outras coisas, as diferenças históricas nesses processos: Heyman e Cunnighan (2004) e Grimson (2006), por exemplo, destacam a necessidade de fazer os *border studies* voltar às preocupações sócio-históricas e nelas inserir os universos simbólicos, para dar densidade etnográfica à fronteira como metáfora. Ou seja, é realizar os *border studies* enquanto arenas de estudos etnográficos em locais de fronteira *de fato*, dando ênfase ao papel dos estados nacionais nos mecanismos de construção identitária. O remédio para o que se considera exagero da fronteira como metáfora é o estudo histórico-etnográfico nas fronteiras territoriais.

No que se refere ao caso da migração, a tendência tem sido uma preocupação legítima com os processos macroestrutu-

rais que constroem os sujeitos e suas respostas culturais/criativas a essas forças, por um lado, ou, por outro, a análise dos processos de migração como transnacionais, implicando numa outra geografia (física e simbólica) das fronteiras. Assim, o grupo migrante de haitianos cria uma “transnação” *entre* os espaços geográficos nacionais haitianos e americanos, por exemplo (GLICK-SCHILLER; FOURON, 1998). Como algo essencialmente “entre”, esses espaços possuem geografias escorregadias, dinâmicas e vivas, relativas às vivências dos transmigrantes. Ambas as perspectivas são essenciais e trouxeram contribuições relevantes para o entendimento de processos migratórios, no presente ou no passado. Mas esse olhar pode ser complementado por uma perspectiva que, se não as contradiz, traz para perto das considerações as práticas e valores desenvolvidos pelos sujeitos migrantes.

Este capítulo procurou lidar com a questão da fronteira levando em conta essas análises críticas e buscando um olhar etnográfico a partir “de dentro” do grupo estudado (Viveiros de Castro (1999), entre outros). Entretanto, acreditamos que um olhar crítico sobre as fronteiras seja encontrado não somente nas etnografias transfronteiriças, mas também em *situações* fronteiriças. No caso, tratamos de verificar onde estão as fronteiras para os emigrantes brasileiros e seus familiares, na cidade de Governador Valadares. Demonstramos que há uma sucessão de fronteiras vivenciadas pelos sujeitos e tentamos aqui dar conta de duas delas: primeiramente o papel das fronteiras geopolíticas na decisão e no custo de migrar e

suas diversas implicações e, por fim, a questão que impulsiona a necessidade da migração, que é a fronteira entre famílias, o difícil processo de construir limites que definem novos núcleos familiares, também com suas diversas implicações.

Entre as duas fronteiras que analisamos, percebe-se imediatamente uma conexão: as “fronteiras internas”, por assim dizer, produzem a necessidade de cruzar as fronteiras geopolíticas e conduzem à diversificação dos destinos, quando o destino principal, os EUA, se torna cada vez mais inacessível. O jogo constante de produção de núcleos familiares independentes é entrecortado pela migração, que aparece como um atalho eficiente para a concretização desse sonho. Esse atalho é estrangido pelas fronteiras geopolíticas, determinando a intensidade da movimentação e, em certa medida, a direção do fluxo. Mas o atalho é uma necessidade para a construção de novas fronteiras familiares, ou seja, da constituição de núcleos familiares autônomos e potencialmente centralizadores de relações. São essas as fronteiras, portanto, que se conectam complexamente à movimentação. Construir “fronteiras internas” aos grupos familiares tem relações significativas com o cruzamento de fronteiras geopolíticas e com a constituição de fluxos constantes de migrações.

Assim, a própria relação com a movimentação é permeada por universos simbólico-culturais próprios à população migrante. É preciso uma etnografia que reflita sobre a inter-relação da migração com esses valores compartilhados,

como é o projeto da *Casa* própria em Valadares. Esse processo cultural é relevante na análise das movimentações valadarenses e na escolha dos destinos, pois permite entender como a mobilidade não é interrompida pelas políticas americanas de restrição à migração (e também mexicanas), mas apenas reconduzida a outro lugar que possibilite, ainda que menos eficientemente, a continuidade do jogo arriscado da migração. Assim, esperamos ter demonstrado o que significa uma contribuição a partir “de dentro” do grupo estudado: a intenção é entender o fenômeno da migração e circulação através de fronteiras a partir dos valores e símbolos correntes entre os emigrantes, no caso os valadarenses. Aqui chegamos à conclusão de que as “fronteiras externas” são cruzadas num processo conectado à criação de novas “fronteiras internas”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. G. *A formação da identidade do imigrante valadarense em Portugal*. Relatório final de iniciação científica (ProPg – UFSCar), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

_____. *Valadarenses em Portugal: novas identidades e mercado de trabalho*. Relatório final de iniciação científica (Fapesp), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALLINGER, P. “Authentic hybrids” in the Balkan borderlands. *Current Anthropology*, Merced, v. 45, n. 1, Feb. 2004.

DONNAN, H.; WILSON, T. *Borders: frontiers of identity, nation and state*. Oxford; Nova York: Berg, 1999.

- DURHAM, E. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FUSCO, W. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*, Brasil 2000. Brasília: CNPD, 2001. p. 427-445.
- GLICK-SCHILLER, N.; FOURON, G. Transnational lives and national identities: the identity politics of Haitian immigrants. In: SMITH, M.; GUARNIZO, L. *Transnationalism from Below*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998. (Comparative urban community research, v. 6).
- GRIMSON, A. Cultures are more hybrid than identifications: a dialogue on borders from the southern cone. *Latino Studies*, v. 4, n. 1, p. 96-119, 2006.
- GUERREIRO, A. *Os filhos da migração transnacional: novas estruturas familiares e a educação das crianças na região de governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2008.
- HEYMAN, J. The Mexico-United States border in anthropology: a critique and reformulation. *Journal of Political Ecology*, Tucson, v. 1, n. 1, p. 43-65, 1994.
- HEYMAN, J.; CUNNINGHAM, H. Introduction: mobilities and enclosures at borders. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 11, n. 3, p. 289-302, 2004.
- MACHADO, I. J. R. Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de alimentação: o caso dos brasileiros em Portugal. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 187-212, 2005.
- _____. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, p. 167-187, 2009.
- MACHADO, I. J. R.; REIS, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 16, n. 1, 2007.
- MARTES, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- OBEYESEKERE, G. *The apotheosis of Captain Cook*. European mythmaking in the Pacific. Princeton: Princeton University Press, 1997 [1992].
- PEIXOTO, J.; FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Um mar de identidades: imigração brasileira em Portugal*. EdUFSCar: São Carlos, 2006.

REIS, E. R. *Questões sobre a indústria da emigração: conexões Portugal/Governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

_____. *Casamento e família em contexto migratório*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

ROSALDO, R. *Culture and truth*. Boston: Beacon Press, 1989.

SAHLINS, M. *Como pensam os nativos: sobre o Capitão Cook, por exemplo*. São Paulo: Edusp, 2001.

SALES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.

SIQUEIRA, S. Emigrantes da microrregião de Governador Valadares nos EUA: projeto de retorno e investimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú. *Anais...* Campinas: ABEP, 2006.

_____. O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 7, p. 21, 2007.

SOARES, W. Emigração e (I) mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

STABELINI, F. *Parentesco, totemismo e sistemas de classificação no contexto migratório de Governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia brasileira. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo; Sumaré; Brasília: ANPOCS, 1999.

Capítulo 3 – A migração para quem fica: perspectivas das famílias de emigrantes internacionais valadarenses (Brasil)³⁵

Igor José de Renó Machado, Alexandra C. Gomes Almeida, Ellem Saraiva Reis

Este capítulo pretende discutir como as famílias de emigrantes lidam com a saída de seus membros e como imaginam a organização da experiência durante a ausência causada pela emigração.³⁶ Para tanto, organizamos o texto em três partes:

35 Este capítulo foi construído a partir de dois artigos publicados sobre o tema: Machado, Almeida e Reis (2009) e Machado e Reis (2007).

36 A pesquisa foi realizada em Governador Valadares em sete momentos: os cinco primeiros estão indicados na nota de rodapé 28. O sexto e sétimo momentos aconteceram em 2009 (janeiro e julho) e foram realizados por Fábio Stabelini, Amanda Fernandes Guerreiro, Flora Guimarães Serra e Roberta Morais Mazer. Essas sete visitas ao campo resultaram em 16 diários de campo e cerca de 100 entrevistas semiestruturadas nesses vários momentos. Os entrevistados são, em geral, moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os argumentos desse texto se baseiam nas entrevistas e, principalmente, nos diários de campo. Essas visitas também resultaram em oito relatórios finais de iniciação científica, muito importantes para a

a primeira parte explicando a relação de Valadares com a emigração para Portugal, e as duas últimas tratam das dinâmicas que relacionam as experiências de vida dos valadarenses em Portugal e a conexão com as suas famílias em Valadares.

VALADARES E PORTUGAL

De acordo com Fusco (2001), em 1997, 85% dos emigrantes valadarenses tinham como destino os Estados Unidos, enquanto apenas a ínfima parcela de 2,7% escolhia Portugal. Segundo o delegado da Polícia Federal de Governador Valadares, Rui Antônio da Silva, as porcentagens dos destinos dos projetos migratórios valadarenses em 2006 eram: 50% para solo estadunidense e a expressiva marca de 40% dos emigrantes tendo como destino Portugal. Além disso, estudos acadêmicos já apresentados também demonstraram as mudanças de parte do fluxo migratório de valadarenses para Portugal (MACHADO, 2005; CASA DO BRASIL EM LISBOA, 2007; PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2006).

Para além do destino norte-americano, demonstramos a emergência de Portugal como destino importante (MACHADO; REIS, 2007). Se a relevância de Governador Valadares é conhecida de um ponto de vista brasileiro, do ponto de vis-

sistematização dos argumentos aqui defendidos: Reis (2006) – CNPq, Reis (2007) – CNPq, Almeida (2006) – Propg/UFSCar, Almeida (2007) – Fapesp, Stabelini (2008) – CNPq, Guerreiro (2008) – CNPq, Serra (2009) e Mazer (2010).

ta português alguns indícios indicam que ela é relevante: o trabalho conduzido em 2003 pela Casa do Brasil de Lisboa (2007), posteriormente publicado em Malheiros (2007), indica que 31% dos brasileiros entre 15 e 64 anos que habitavam os distritos de Lisboa e Setúbal eram oriundos de Minas Gerais. Rossi (2007), em pesquisa sobre remessas, com uma amostragem de caráter nacional, indicava que Minas Gerais era, em 2004, o estado brasileiro que mais produzia imigrantes em Portugal, com 30,8%, número muito próximo da amostragem da CBL. Pressupõe-se aqui, por conta do volume de imigrantes que a região de Valadares produz entre os imigrantes mineiros (ver Soares (2002, p. 86-92)), que uma parte considerável desses migrantes é da região de Valadares. Essa pressuposição é também amparada no trabalho de Oliveira (2006) e Techio (2006). Oliveira (2006), a partir de sua experiência etnográfica na Costa da Caparica, indica que grande parte dos brasileiros provinha da região de Valadares. Também o trabalho de Techio (2006), baseado em etnografia na Costa da Caparica, aponta para a importância de Valadares como região de significativa emissão de migrantes.

Como analisado em Machado (2005), a migração de valadarenses para Portugal era um fenômeno relativamente crescente. A pesquisa indicou que havia uma relação entre a dificuldade crescente para entrar nos EUA e o aumento da migração para a Europa. Pesquisa realizada durante 2009 revelou que atualmente a crise econômica provocou um refluxo

da emigração, com muitos emigrantes retornando. Entretanto, o fluxo não foi interrompido, e muitos continuam a sair para a aventura da emigração, e agora a Europa parece um destino tão menos atraente quanto os EUA, por conta da severa crise econômica europeia. Não sabemos ainda o lugar de Portugal nesse novo cenário migratório pós-crise e nos atemos aqui a falar sobre a situação antes da crise.

Apesar de o fluxo migratório para Portugal não estar explicitamente ligado a estruturas ilegais de emigração, ao longo do trabalho, percebemos que existe em Governador Valadares uma estrutura básica que permite qualquer tipo de imigração – legal ou ilegal –, a qual apenas se aproveitou da demanda por um destino mais barato e se “organizou” para oferecer este novo produto: Portugal. Diversas vezes citadas nas entrevistas, as agências de viagens, por exemplo, têm um papel de destaque para a efetivação do projeto imigratório, pois, através de seus “serviços”, o emigrante recebe orientações de comportamento, apoio logístico, bem como indicações de diferentes e mais fáceis rotas de entrada na Europa.

Os custos da migração para os EUA estavam cada vez mais elevados, conforme aumentava a restrição e controles por parte deste país, girando em torno de algo como 8 a 10 mil dólares. Essa é uma quantia muito elevada para padrões brasileiros e, em geral, indicava uma grande dívida para aqueles que pretendiam enfrentar a passagem pela fronteira mexicana. O custo total das viagens para Portugal, em comparação,

não passa dos 2 mil dólares. Portugal virou, portanto, uma alternativa mais barata de migração.

Francisco Teixeira – delegado regional da Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV) – explicou que as agências fornecem informações, dicas de comportamento e orientam sobre a documentação necessária para que a imigração seja bem-sucedida. Segundo os diversos relatos, os funcionários das agências de viagens aconselham os emigrantes a não levarem muitas roupas, nem peças que são oferecidas pelos hotéis, como toalhas. Para evitar qualquer suspeita dos policiais, eles pedem também para que essas pessoas não viajem muito arrumadas:

Vai na agência, compra a passagem, eles explicam o que você tem que fazer e o que você não tem que fazer... Uma coisa que não pode levar muito... Na bagagem, é o menos possível; toalha você não pode levar porque no hotel oferece. Então é só o básico, só a roupinha do dia a dia, e não é coisa chique, não, pois turista anda tudo desleixado (Relato de Ma).³⁷

Além disso, e um dos pontos mais interessantes, os entrevistados explicaram que, para encobrir os reais motivos da ida a Portugal, paga-se às agências uma quantia em dinheiro para que seja feita uma reserva fictícia em algum hotel

37 Os relatos de emigrantes retornados e de seus familiares serão citados apenas por meio das iniciais dos entrevistados, buscando resguardar o anonimato dos indivíduos. Todas as entrevistas foram realizadas entre os anos de 2005 e 2007.

português, o qual não será usado e, em alguns casos, nem existe. O imigrante tem consciência de que não poderá usar o hotel e que seu dinheiro não será devolvido. É importante ressaltar também que alguns entrevistados explicaram que adquiriram pacotes turísticos como forma de camuflar a intenção de trabalhar no país, mas todos enfatizaram que também não utilizaram nenhuns dos serviços oferecidos.

Eu paguei, na época, 50 dólares pela reserva do hotel [...] A gente, na verdade, nem sabe onde está este hotel [...]. Esse hotel não existe também. Eles têm vários números de hotel lá, tipo um contrato. Aí, te dão um papel de uma reserva de hotel, mas, se você for no próprio hotel que eles te deram aquilo, não tem seu nome lá (Relato de Ro).

Os relatos esboçam que pessoas de outras cidades ou da própria capital de Minas Gerais – Belo Horizonte – conseguem o visto mais facilmente; muitos são parentes dos próprios entrevistados.

Um deles foi para lá [Portugal] querendo juntar dinheiro para de lá passar para os Estados Unidos (Relato de Cl).

Todos eles têm o sonho de ir para os Estados Unidos. [...] Ele foi para lá [Portugal] porque o pai dele está lá – ele é novo, mas se for para escolher, ele escolheria os Estados Unidos (Relato de Cr).

Através do trabalho de campo e do que foi citado por Francisco Teixeira, percebemos que os emigrantes são, em sua maioria, de classe média baixa ou de classe baixa, relembrando que essas pessoas não dispõem, geralmente, de

recursos financeiros no momento em que decidem emigrar. Assim, os meios relatados como os mais frequentes para obtenção de “capital econômico” para efetivar a viagem foram: o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, os empréstimos de familiares, a venda de bens e o empréstimo de pessoas desconhecidas, os agiotas.

Você paga mil dólares da passagem e mais mil dólares, é a exigência deles, para entrar no país. Então, geralmente, muitos não têm esse dinheiro. E o que que faz? Compra a passagem aqui à prestação e pega esse dinheiro emprestado só para entrar. Assim que chegar lá, devolve ele aqui, mas deve pagar juros para essa pessoa que pegou, um parente ou uma pessoa qualquer (Relato de Ro).

Outra forma de obtenção de recursos para financiar a emigração é o empréstimo de familiares. Muitas vezes, as quantias necessárias são enviadas por parentes que já estão fora do país e que também incentivam a ida de outros membros familiares. Além disso, os relatos indicaram também que algumas pessoas venderam carros, motos ou a própria casa com o intuito de obter mais ou melhores bens através do projeto migratório, objetivo que nem sempre é alcançado.

Na época, ela [irmã] pediu até um dinheiro emprestado para mim para poder ir e vender... e pegou mais um pouco com um, um pouco com outro e foi (Relato de Al).

O nosso objetivo é casa própria. Na verdade, nós tínhamos a nossa casa própria, mas não era aquela casa... não era a dos sonhos na verdade [moram de aluguel atualmente] (Relato de Co).

Além disso, outra ramificação da profissionalização da emigração na cidade, que deve ser analisada como uma das bases de sustentação do processo migratório, é a agiotagem. Em troca do empréstimo, o emigrante deixa móveis e imóveis – sua própria casa – como garantia do reembolso da quantia auferida. Após a chegada ao destino, o dinheiro é pago totalmente ou em parcelas a juros de 10% ao mês, e, caso isso não ocorra, os bens penhorados são subtraídos pelo agiota, mesmo que o valor destes sejam superiores ao emprestado. A partir desse contexto, fica evidente a relação de poder existente entre o agiota e o emigrante, bem como o controle que ele exerce sobre a vida da família que permanece no Brasil. Por necessitarem do dinheiro, são os emigrantes e seus familiares que devem confiar no agiota; até que a quantia não seja totalmente quitada, não há qualquer garantia de que ele não se apossará dos bens penhorados.

No entanto, segundo os relatos, a maioria dos emigrantes consegue pagar as dívidas que contraem no Brasil para a realização da viagem. Quando migram para Portugal, como vimos, os gastos são menores e, portanto, podem ser pagos em menor tempo. Trabalhando em solo lusitano, demoram cerca de seis meses para quitar todas as dívidas; no caso da emigração para os Estados Unidos, por ter um custo bem mais alto, o imigrante trabalha pelo menos por um ano. Assim, o calote das dívidas e a consequente perda do móvel ou imóvel penhorado só ocorrem em casos aparentemente eventuais:

quando o imigrante é preso pela Polícia de Imigração – na fronteira entre o México e os Estados Unidos –, ou quando já imigram com a intenção de construir uma nova vida no país de destino e não pensam em retornar ao Brasil. Neste último caso, geralmente, são solteiros que não possuem família na cidade.

Dessa forma, percebemos que os projetos migratórios em Governador Valadares são efetivados através de redes profissionais de informações e de serviços, as quais viabilizam qualquer que seja o destino desejado. Estruturas que podemos chamar de profissionais, pois buscam auxiliar o emigrante na realização da entrada em determinado país, mas que, em relação ao fluxo de pessoas para Portugal, não são produto do redirecionamento do complexo ligado à imigração ilegal em solo estadunidense, que é realizada por meio de atravessadores e coites – pessoas que conduzem os imigrantes do Brasil até a fronteira México–Estados Unidos. A imigração ilegal em solo norte-americano ainda permanece constante e muito rentável para que haja um deslocamento da atenção de seus “agenciadores” e do aparato existente para outro destino.

Como se pode perceber, Portugal era visto como uma segunda opção, não muito valorizada, mas mesmo assim um local cada vez mais procurado. Portugal era considerado um país muito menos promissor que os EUA, em termos de capacidade de juntar o dinheiro por parte dos migrantes. Muitos consideravam que o sacrifício de uma dívida maior era

compensado pela capacidade de juntar dinheiro nos EUA. Outros migraram para Portugal imaginando trabalhar para conseguir o dinheiro necessário para a viagem aos EUA.

Além disso, apesar do grande contingente de imigrantes valadarenses em solo português que datam suas viagens após 2001, ano também de “endurecimento” das políticas migratórias estadunidenses, não ficou evidente que a intensificação do fluxo migratório para Portugal estivesse ligada aos rearranjos para a rota Brasil-Portugal da estrutura de emigração que visava à entrada nos Estados Unidos. Segundo o delegado Rui Antônio, embora o fluxo valadarense para Portugal tenha tido seu ponto máximo nos anos de 2004 e 2005, não é de conhecimento da Polícia Federal brasileira a existência de qualquer estrutura que auxiliasse ou facilitasse a imigração de brasileiros em Portugal. Para ele, o aumento deve-se mais a não necessidade de visto para entrada neste país, considerando que os delitos que geralmente ocorrem são a falsificação de documentos, como cartões de crédito, comprovantes de renda e comprovantes de endereço, documentos estes que necessitam ser apresentados à Polícia de Imigração portuguesa caso sejam requisitados para certificarem a ida como visitante ao país.

Em Portugal, você pode ser deportado, mas também você pode passar livremente, mas lá [EUA] é mais difícil: você tem que ter o visto, tem que ter várias coisas para entrar legal no país ou, então, tem que correr aquele risco pelo México. [...] Os Estados Unidos, além de ser mais caro, é mais difícil. [...]

Uns morrem no deserto e não podem nem voltar para casa
(Relato de Me).

Por outro lado, a viagem para os EUA é muito arriscada. Os casos de mortes envolvidas na travessia são inúmeros e noticiados constantemente nos jornais nacionais, estaduais e locais. Dadas essas condições era muito frequente que alguns dos migrantes que sonhavam em ir para os EUA desistissem, mesmo conseguindo o dinheiro suficiente para a viagem. Alguns, portanto, optaram por uma aventura mais segura.

Não, ela queria ir para o EUA. [...] Mas eu falei para ela não ir, pois é muito arriscado. E todo mundo da cidadezinha onde ela mora estava indo para Portugal, deste modo, ela resolveu ir para Portugal. O euro é mais alto que o dólar. O euro, no caso, você ganha menos, e dólar você ganha mais, essa é a diferença! (Relato de Al).

Portugal. Porque não tenho condições de ir para a América por causa de visto. E ir para a América já clandestino já é mais... é perigoso. Então, eu acho melhor ir para Portugal, mas se eu tivesse oportunidade de ir para a América eu também ia. No mesmo setor de trabalho meu (Relato de Ro).

Mas a opção significa sempre certa frustração com a impossibilidade de chegar aos EUA, verdadeira Meca valadarense. Vejamos esta fala, que indica as complexidades das escolhas tomadas:

É porque Portugal já está... Por que todo mundo está preferindo Portugal agora? Porque os Estados Unidos já está saturado, além disso, tem as dificuldades: as pessoas têm que passar pelo México, é muito perigoso. Então, Portugal é mais

fácil. Então, as pessoas estão indo para Portugal que tem uma moeda que é o Euro que é mais forte que o nosso dinheiro. Então, antigamente... Porque se EUA fosse fácil de ir, todo mundo estava indo para os Estados Unidos; ninguém quer saber de Portugal, não. Portugal é uma opção que aparece; não é que Portugal é um paraíso, não. Ninguém quer saber de Portugal, ninguém quer saber da Europa. Todo mundo, quando fala em ir embora daqui, só quer ir para os Estados Unidos porque lá você tem uma moeda forte, você tem os direitos civis seus que são respeitados, você pode crescer, você pode montar uma empresa que ninguém vai te perturbar, você está entendendo? (Relato de Gil).

As dificuldades de entrada nos EUA conduziram a outras alternativas, mesmo que à contragosto. O discurso evidencia uma relação mais ou menos mítica com os EUA, como terra dos direitos respeitados, como lugar de tranquilidade, caso se trabalhe duro. Provavelmente, isso faz parte de uma mitologia nativa, que foi se construindo nesse longo processo de criação de redes sociais entre a região de Valadares e os EUA. Qualquer alternativa pareceria “menor”, a se considerar a importância do mito EUA.

Ainda na relação entre escolher Portugal ou EUA, alguns migrantes têm em Portugal uma espécie de “escola da migração”. Esse é um exemplo muito menos frequente em nossas entrevistas, mas apareceu em algumas: um pai ou mãe, diante da insistência do filho ou filha em migrar, decide enviá-lo/a primeiro a Portugal, para ver se ele/a consegue superar as agruras do processo migratório. A escolha envolve menos

gastos para a família e oferece a oportunidade de demonstrar a capacidade de o/a filho/a sair-se bem. Caso consiga emprego e consiga pagar os custos que a família investiu na viagem, esta decidirá por enviá-lo/a aos EUA, o que implica em maiores gastos.

Esse é o caso de famílias em melhor situação financeira, envolvidas a longa data com a migração. Alguns pais não estão dispostos a gastar tanto dinheiro para perceber que o/a filho/a não “aguentou o tranco”. Assim, Portugal vira uma espécie de escola, um teste de tenacidade para jovens migrantes com apoio familiar. Nesses casos, o pagamento dos custos da viagem pelo filho migrante é indício de sucesso na empreitada. Uma vez provada a tenacidade, os planos são feitos: mais um ou dois anos juntando dinheiro em Portugal para a viagem aos EUA, o retorno seguido de um empréstimo familiar para a viagem clandestina aos EUA, etc.

Esses casos, que não são muitos, evidenciam como a emigração para Portugal se constituiu como um fenômeno relevante para a região de Valadares: a extensão das redes já constituídas entre Portugal e Valadares permitiu que virtualmente qualquer pretendente a migrante considerasse a possibilidade de tentar a sorte em terras lusas. Mesmo quando o destino era os EUA, Portugal poderia fazer parte da estratégia de migração.

Outra questão importante, percebida nas entrevistas e que ressalta a importância do fluxo para Portugal, é a

evidência de que alguns dos planos migratórios são construídos não como projetos de vida, mas como imposição e apreensão familiar. Uma de nossas entrevistas revelou a história de um jovem que foi induzido a migrar porque estava envolvido com drogas em Valadares. Os pais logo o mandaram para Portugal, a fim de afastá-lo de um ambiente perigoso em Valadares. Na entrevista afirmavam que a migração é muito dura e reforça o caráter de qualquer pessoa, e que, portanto, decidiram levar o filho a migrar, para que tivesse a experiência de trabalhar duro num país estrangeiro. Portugal passou a contar nos planos familiares também como uma opção para afastar jovens de situações perigosas. Curiosa inversão de perspectivas: em país estrangeiro, em situação ilegal, esses jovens parecem estar mais seguros aos pais que em Valadares.

Outro exemplo de “Portugal refúgio” é o caso dos que migram para “fazer companhia” a algum parente que enfrentou dificuldades no processo migratório. O caso que temos relatado é o de um jovem que foi, a pedido do pai, a acompanhar o tio, que estava sofrendo com uma recente separação. Com medo da reação do irmão perante a separação – a esposa pediu o divórcio após três anos de migração do marido –, o pai decidiu enviar o filho, a fim de ajudar o tio no trabalho (construção civil) e evitar que ele entrasse em depressão. A migração do filho, portanto, era parte de uma estratégia familiar, interessada em proteger seus membros. Esses dois casos peculiares, narrados nas entrevistas, embora menos frequentes, revelam

a dinâmica da migração, a importância das estruturas familiares e como Portugal passa a fazer parte do cotidiano de escolha dos valadarenses, entrando definitivamente nos roteiros das migrações internacionais desses cidadãos.

A CHEGADA E O TRABALHO

Emigrantes valadarenses têm como ocupação no mercado de trabalho português empregos que necessitam de menor qualificação, inserindo-se, principalmente, em setores da construção civil como servente de pedreiro, pedreiro e, em alguns casos, como encarregados de obras. Mulheres valadarenses ocupam cargos relacionados aos trabalhos de limpeza de residências e como acompanhante de idosos ou como babás.

No início desse fluxo migratório, esses valadarenses em geral emigravam sem conhecer ninguém em solo português. Assim, viajavam sozinhos ou, no máximo, acompanhados de um amigo. Atualmente, devido ao grande contingente de brasileiros nesse país, as histórias estão ligadas à ajuda de conhecidos ou parentes, os quais recepcionam os recém-chegados e, em alguns casos, também os indicam para algum emprego.

Eu morei com a minha cunhada, ela me explicou como fazia para arrumar serviço. Eu trabalhei no lar de idosos, trabalhei numa casa também cuidando de um casal de idosos e trabalhei num restaurante (Relato de Reg).

Em geral, é na casa de amigos ou familiares que os novos imigrantes permanecem até se estabilizarem no país. No entanto, essa ajuda não dura muito, e constantes foram os relatos de que o auxílio é apenas por poucos dias, tempo para que o imigrante consiga um emprego e arrume um local para morar.

Ele (sobrinho) ajudou a ajeitar a casa para a gente! E lá moramos eu, minha sobrinha, meu sobrinho e mais um casal, então seis pessoas, isso, seis pessoas! E ficamos naquela casa, ele pagou a primeira renda do primeiro mês, e depois fui procurar emprego. Daí eu achei emprego em restaurante, trabalhei em restaurante lá, lá se fala café. Aí eu fiz faxina, cuidei de idosos, o meu último emprego foi cuidar de idosos (Relato de Riv).

Embora haja a necessidade de muitas pessoas habitarem uma mesma residência devido ao alto custo de vida no país, nem sempre os imigrantes pertencentes a uma mesma família moram juntos ou têm algum contato. A coabitação de parentes é, em alguns casos, dificultada pela mobilidade necessária para obtenção de emprego. Muitos trabalhadores, em busca de serviços, mudam de cidade, morando, inclusive, nos próprios locais de obras, em alojamentos sem nenhuma estrutura: em barracos feitos de madeira, sem sistemas de calefação, dividindo espaço com os materiais de construção.

Nós moramos, meu primeiro mês, 18 pessoas numa casa de três cômodos. Logo em seguida, eu procurei mudar. Nós dividimos [...] quatro pessoas em cada casa de quatro cômodos: sala, cozinha e dois quartos com banheiro [...] eu fiquei

mais ou menos um mês só. Até localizar uma casa boa num local próximo ao trabalho para a gente poder dividir e ir para lá (Relato de Ro).

Entrevistador: A maior parte dos brasileiros sempre divide casa?

Resposta: Quem vai para lá com intenção de ter alguma coisa aqui, sim. Quem vai para viver, não: quem não tem que juntar dinheiro, nem mandar dinheiro (Relato de Ma).

A maior facilidade devido à semelhança do idioma, contrapondo-se à imigração em solo estadunidense, possibilita aos novos imigrantes uma maior independência dos parentes imigrados há mais tempo, permitindo que formem, quando possível, novos vínculos, tanto com brasileiros quanto com portugueses. Dessa forma, podemos inferir que o apoio familiar em Portugal é essencial somente na chegada ao país, tornando-se apenas complemento do contato deixado no Brasil e dispensável ao longo dos meses de imigração.

Num segundo momento, após estarem instalados, os imigrantes começavam a procura por serviços e, embora a maioria dos relatos tenha indicado que não havia garantia de emprego antes da imigração, eles enfatizavam, naquele momento, a facilidade de empregabilidade naquele país.

Eu cheguei lá no sábado, não... no Domingo e comecei a trabalhar na Segunda (Relato de Ma).

Ele chegou, ficou só três dias parado e já começou a trabalhar (Relato de El).

Nota-se que uma das maiores dificuldades da imigração, após as complicadas relações trabalhistas, está relacionada às relações sociais em território português. Tais dificuldades não se tornam um empecilho para a continuidade do fluxo migratório, mas são vistas como experiências de difícil enfrentamento devido à discriminação e à exploração do trabalhador, principalmente quando em condições de não documentados. Dentro de um universo descrito como de preconceito racial e de discriminação, o estereótipo da brasileira/imigrante ligado à prostituição e a imagem do brasileiro/imigrante como “problema” são fundamentais para entendermos o comportamento adotado por esses imigrantes a fim de evitarem ser estigmatizados.

No caso feminino, as imigrantes são constantemente associadas à prostituição devido à imagem corrente da brasileira como sensual, provocando grande dificuldade de relacionamentos conjugais estáveis entre portugueses e brasileiras em solo português (MACHADO, 2003; PISCITELLI, 2008). Além disso, algumas portuguesas consideram a presença das brasileiras uma ameaça para a vida conjugal lusitana, dificultando as amizades entre mulheres brasileiras e portuguesas (PONTES, 2006). Na imigração masculina, por sua vez, os imigrantes brasileiros têm a imagem de arruaceiros, bagunceiros e são associados, até por outros brasileiros, aos atos criminosos que ocorrem nas cidades portuguesas (OLIVEIRA, 2006).

Vemos que a maioria das mulheres brasileiras e de outros países também que estão lá migrando tem esse preconceito: eles

acham que as mulheres estão indo para prostituir. Não acham que elas vão para lá para trabalhar dignamente. Por exemplo: a esposa desse colega meu, a prima dele, a irmã da esposa dele, todas elas trabalhavam em casa de família em umas cinco, seis casas por dia. Então... Mas... É porque uma minoria que foi em busca de vida fácil lá acabou atrapalhando essa grande maioria que vai na boa, entendeu? Vai tentar trabalhar mesmo honestamente, ganhar o seu dinheiro (Relato de Ga).

Nós fomos para lá para trabalhar onde eles não gostavam de trabalhar. E a discriminação que temos de brasileiros lá, não sei se em quase todos os países tem, lá tem assim: no Brasil, esteja passando fome, tem que tomar cuidado, é brasileiro; está passando fome é ladrão. Só isso. Infelizmente, eles têm isso de nós (Relato de Ro).

Quando acontece de ouvir falar em alguma coisa mais... em assassinato ou roubo, pode saber que é o brasileiro. É muito difícil ser um angolano, e, sobre português, você nem vê comentário. Eu fiquei lá por três meses, e, nesse período, reportagens e o jornal não falaram nada sobre português; quando saía alguma coisa feia, ou era brasileiro e muito raramente era um ucraniano ou um angolano – que lá tem muito. (Relato de Lê/Jô).

OS COMPROMISSOS COM A FAMÍLIA

Vejamos um pouco da dinâmica migratória do ponto de vista das famílias que ficam. O movimento de entes familiares implica na constituição de novas formas de organização da família, baseadas em princípios distintos de relacionalidade. No capítulo anterior explicamos a dinâmica das “nanocasas” e o valor das remessas como parentesco a distância.

O processo da emigração internacional em Valadares aciona perspectivas de gênero e de geração, mediadas pelo envio de remessas como índice de continuidade das relações familiares. As perspectivas de gênero dizem respeito principalmente ao caso de homens que emigram deixando esposas como organizadoras do lar. Demonstramos como uma teia de relações que perpassa o controle social da sexualidade da mulher é construída em torno da ideia de fidelidade ao marido e respeito ao seu trabalho, materializado a partir das remessas.

A acusação de infidelidade é imediatamente relacionada a uma noção nativa de “abuso” sobre o trabalho do marido. Essas acusações em geral significam o fim do envio das remessas como sinal do fim da relação familiar. No que tange à relação de geração, analisamos a importância da remessa na organização da relação entre pais e filhos, indicando o que temos chamado de “consumo totêmico”: o fato de que determinado tipo de consumo de bens valorizados entre os jovens justifica a migração dos pais por um lado e, por outro, produz substitutos totêmicos para estes durante sua ausência. Tanto num caso como no outro as remessas operam como estruturadores de relações familiares, assumindo uma dimensão não econômica.

Importante ressaltar que, embora as remessas apareçam como substitutos da presença do ente ausente e operem como continuadores da relação, isso não significa que as pessoas sintam que o fluxo de dinheiro é equivalente à presença de

quem emigrou. No âmbito dos sentimentos a sensação é que o dinheiro não substitui a presença, mas ao menos indica que num futuro qualquer as pessoas da família se reunirão novamente. Ou seja, há uma análise formal de como as relações se estruturam, e afirmamos que o fluxo de dinheiro é fundamental na estruturação destas quando um ou mais entes estão ausentes. Mas essa análise não implica em afirmar que o fluxo de dinheiro e a presença do ente são qualitativamente semelhantes. Do ponto de vista dos sujeitos os bens e o dinheiro são um pálido substituto de quem emigrou. Porém, se são incomparáveis, são também, desse ponto de vista, índices indispensáveis da continuidade da relação.

Esse cenário de emigração indica que o movimento é visto e entendido como um sinônimo de “família”. Ele não aparece como um capital em si, mas como uma forma possível de erguer um núcleo familiar autônomo. Como “família”, essa movimentação supõe formas de agenciamento de uma presença “a distância”: o envio constante de remessas. Supõe uma materialização simbólica do ente ausente: os bens totêmicos, comprados por pais, maridos, noivos, filhos aos seus parentes que permaneceram em Valadares. Como família, a movimentação supõe também um risco de esfacelamento: o casamento pode acabar sob a ameaça de novas relações, traições e fim do envio de remessas.

A volta do ente ausente, ou dos entes ausentes, implica em novos desafios, agora a aventura é reestruturar relações

que aconteciam necessariamente a distância. Em algumas oportunidades isso não é possível, resultando num fim daqueles sonhos que geraram a movimentação, em outras resultam em desajustes sérios de ordem psicológica entre os membros de uma família agora unida fisicamente. O movimento implica em família como sonho e modelo futuro na ida e como reordenação de relações na volta. Algumas vezes tudo funciona a contento, outras vezes vivem-se grandes dramas.

IMPLICAÇÕES DOS PLANOS FAMILIARES NA VIDA DO EMIGRANTE

Passemos, nesta parte final, a observar como vivem os valadarenses em Portugal, tentando estabelecer relações com o que vimos na parte anterior. A primeira observação a se fazer é que a capacidade de manutenção de envio de remessas ao longo do tempo é uma forma de preservar a própria família que permaneceu em Valadares. O envio de presentes e de dinheiro para a compra específica de bens é a forma encontrada de “materializar a ausência”, dando provas sucessivas do comprometimento com os planos familiares que geraram a migração. Assim, manter-se trabalhando é o objetivo principal desses imigrantes.

Diferentemente dos brasileiros que ocupavam cargos voltados à restauração e comércio (MACHADO, 2009), esses imigrantes evitam se aproximar de imagens que sejam sinônimos de “brasilidade”. Eles procuram ter comportamentos

que sejam considerados os mais próximos dos moldes portugueses, buscando se adaptar ao modo de vida em Portugal. No “discurso nativo” pretendem parecer mais comedidos, mais resguardados. Buscam certa “invisibilidade social” enquanto grupo nacional (ou étnico), evitando ser considerados arruaceiros e, portanto, hostilizados e inferiorizados. Essa invisibilidade social é uma forma consciente de se manterem empregados e longe do perigo de deportações, uma vez que muitos se encontram não documentados.

Conheci mulheres dentro de Portugal – brasileiras – que trabalham até hoje, como minha cunhada faz, normalmente, e é tratada como uma pessoa normal dentro de Portugal, como uma pessoa de bem, como uma portuguesa, como uma pessoa comum. E conheci pessoas que são tratadas de maneiras diferentes... Diferentes por quê? O ambiente que ela trabalha, a maneira que ela se comporta... Português é um povo que não gosta de gente muito escandalosa... Entendeu? (Relato de Ad).

Eles falam que é tão ruim, que é tanta solidão, que é do serviço em casa, que não tem tempo para nada... Não tem tempo para ir... Igual aqui: você trabalha, mas você tira um dia, você tem tempo para ir à casa de um amigo, de um parente visitar. E lá não. Lá, não existe isso. Lá, todo mundo... Cada qual do seu serviço para casa, ninguém tem de estar indo na casa de ninguém... Não tem tempo, não! Porque eles trabalham em dobro (Relato de Ir).

Quem tem o visto de trabalho, tem um bom emprego; quem não tem, vai trabalhar para outras firmas clandestinas dentro de Portugal com angolano, africano, cabo-verdiano. Com estes, você corre o risco de trabalhar e não receber no final do mês (Relato de Ro).

Quem vai para lá que não tem o visto de trabalho fica mais difícil porque, quando eu estava lá, a Imigração ia ao setor de trabalho, e as pessoas que não tinham o visto de trabalho, eram pegadas e mandadas embora. Eles não aceitavam. Então, esses aí tinham que trabalhar clandestino. Então, é muito difícil trabalhar lá dessa forma. E, para trabalhar clandestino, você tem que trabalhar com firma que não é de Portugal, e esses pagavam você um mês bem, mas também chegaria mês que não te pagava nada (Relato de Ro).

Os processos de conflitos sociais entre portugueses e brasileiros têm sido apontados pela bibliografia. Machado (2009) aponta para uma série de estereótipos cruzados que são colocados em ação no encontro entre imigrantes brasileiros e portugueses. Torresan (2006) e Padilla (2006), por exemplo, indicam também as tensões entre imigrantes brasileiros e cidadãos portugueses, a partir de posições distintas. Padilla indica as dificuldades e problemas que surgem por conta da discriminação que sofrem no trabalho, na escola, na resolução de problemas cotidianos, enquanto Torresan demonstra a discriminação na esfera da vida afetiva, a dificuldade em constituir amizades e relacionamentos amorosos.

Para além dessas dificuldades enfrentadas coletivamente pela população brasileira, vemos que há também uma clivagem entre aqueles valadarenses que têm estatuto legal ou não. A dimensão de problemas é diferente, e as consequências da discriminação são também distintas em relação a essa clivagem. Os imigrantes não documentados, por exemplo, encontram-se inseridos no mercado de trabalho

informal, em condições de extrema vulnerabilidade. Devido à situação migratória não regulamentada, estão expostos a péssimas condições de trabalho, à exploração por parte dos empregadores, sem contratos de trabalho e impossibilitados de acesso à justiça do trabalho portuguesa. O dia a dia é permeado pelas ameaças de denúncias ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) devido à situação de irregularidade do imigrante, violência simbólica utilizada por pessoas comuns, mas também por patrões a fim de evitar denúncias de exploração no Ministério do Trabalho.

Lá a exploração é muito grande: às vezes, ele chega a trabalhar treze horas por dia e não ganha hora extra. [...] Então, têm vezes que ele trabalha treze horas, mas não recebe horas extras, ganha simplesmente o seco – €30 por dia. Fez hora extra, não paga a mais [...]. Têm brasileiros que trabalham para os portugueses e não recebem, e eles dizem: “Leva para a justiça. Se você levar, vai ganhar como? Você é um forasteiro!” (Relato de Jo).

Além disso, quando esses imigrantes têm a intenção de permanecer no país, procuram morar com poucas pessoas ou sozinhos, evitando uma maior concentração de estrangeiros num mesmo espaço, buscando discrição para dificultar possíveis problemas com os vizinhos ou patrões portugueses. Busca-se criar, por meio do resguardo, uma imagem de seriedade e um ambiente de moralidade frente aos portugueses, tendo em vista a imagem atual da imigração e dos imigrantes brasileiros em Portugal.

Afastando-se dos estereótipos de “brasilidade” e sujeitando-se a qualquer exigência do empregador português, esses trabalhadores buscam sua “invisibilidade social”, objetivando a manutenção do emprego e a garantia de continuidade do “sucesso financeiro” da imigração. No entanto, apesar da insegurança do trabalho não legalizado, os valadarenses enxergam vantagens no mercado de trabalho português. Há o compartilhamento da ideia de que Portugal é melhor, existe “cidadania” (respeito às leis de uma forma geral, não apenas as trabalhistas) e melhor remuneração mesmo para os trabalhos de baixa qualificação profissional. Apesar de os valadarenses aceitarem tais condições de trabalho e inserção social por meio da invisibilidade do mercado de trabalho, não se deve desconsiderar o sofrimento do imigrante durante a busca da “invisibilidade” para se manter aceito na sociedade lusitana. Os novos imigrantes valadarenses que se inserem no ramo da construção civil ou em trabalhos menos qualificados, por exemplo, não recorrem aos estereótipos de brasilidade, como a alegria e a simpatia ao buscarem um trabalho (MACHADO, 2003), ao contrário, evitam os sinônimos com a nacionalidade brasileira. Eles procuram ter o mesmo comportamento que um português, tendo a necessidade de efetuar seu trabalho sem uma “visibilidade”.

Colocar-se em situações de vulnerabilidade possibilita, do ponto de vista de imigrantes e seus familiares, benefícios devido às melhores remunerações se comparadas aos salários

obtidos no Brasil, mesmo levando em conta as dificuldades de aceitação social e de uma subordinação intensa desses imigrantes ao empregador em solo português, além da necessidade de adequação aos padrões da hierarquia de alteridades portuguesas (MACHADO, 2003).

Além disso, de acordo com os relatos, os imigrantes que não têm a situação regularizada afirmam a necessidade de conquista da “confiança” dos empregadores para permanecerem no emprego. Essa “confiança” é obtida por meio da aceitação da dominação e do universo simbólico e moral da sociedade portuguesa (MACHADO, 2004). Com isso, ao encontrar um emprego, esse imigrante brasileiro acaba aceitando todas as exigências do patrão, não questionando as condições de trabalho nem o salário.

É difícil. São muito ignorantes. Eles não sabem chegar: “Ah, você fez isso assim errado”. Eles já chegam te xingando, te humilhando, te pondo no chão. Aí, se você ficar calada, eles montam. No início, eu vivia chorando, chorando, chorando e tomando remédio, que era o remédio que eu tomava para depressão e outro para nervoso (Relato de Ma).

Ele fala que de início os portugueses são muito brutos. Mas muitas coisas precisam ser relevadas, pois se precisa trabalhar, né! Tem que tolerar muita coisa dos portugueses! Os portugueses são muito estúpidos (Relato de Joa).

Os trabalhadores legalizados, por sua vez, não estão sujeitos aos riscos de deportação e obtêm empregos nos quais não estão tão sujeitos aos calotes nem à exploração no

trabalho. Com estatuto regularizado, esses imigrantes obtêm uma condição de vida mais estável, com emprego fixo, além de terem a possibilidade de deslocar a família brasileira para residir em Portugal. Essa situação possibilita a esses trabalhadores condições favoráveis à execução de um projeto migratório de “sucesso”. No entanto, apesar de terem melhores oportunidades durante o projeto migratório, esses valadarenses também enfrentam problemas em suas relações com os portugueses. Dessa forma, buscam, igualmente aos não documentados, certa “invisibilidade social” a fim de evitar problemas que estejam relacionados aos valores sociais e simbólicos portugueses. Dessa maneira, esse grupo de imigrantes procura uma inserção mais discreta na sociedade e no mercado de trabalho português.

Apesar das semelhanças da língua e a ligação com o passado histórico colonial, os brasileiros sabem das diferenças culturais e apontam o comportamento, o “gênio” diferente dos portugueses e a forma de tratar os trabalhadores como uma *prática normal* e, portanto, uma forma aceitável de explicar a exploração dos lusitanos sobre os imigrantes. Acreditam que, por serem nações diferentes, seria normal haver um choque cultural e a não aceitação pelo português da imigração em território luso. A aceitação do processo de exploração dos portugueses sobre os brasileiros ocorre, pois, a partir das diversas experiências migratórias. Definiu-se, ao longo dos anos, um consenso para os valadarenses de que a migração não é uma experiência agradável

nem fácil. Dessa forma, os discursos desses imigrantes marcam uma retórica na qual eles reconhecem que precisam “enfrentar” – não significando questionar – o choque cultural decorrente do contato com a comunidade portuguesa em busca do “sucesso financeiro”. Esse problema deve ser superado por aqueles que almejam o sucesso no projeto migratório, aceitando a diferença cultural e submetendo-se àquilo que consideram valores e comportamentos portugueses.

O português é muito exigente, mas ele é muito gentil. Então, questão de cultura. Então, você vai para um país diferente e você quer ultrapassar a cultura por pouco que você não é nada lá dentro, não significa nada para eles, aí você passa a ser uma pessoa... Como se diz? É... uma má pessoa. Passa a ser visto como uma pessoa má. Então, você sair do país igual o nosso que você tem liberdade, que tem um clima ótimo [...] o nosso país é muito caloroso. E você chegar lá fora e achar que você está dentro da sua casa... Entendeu? Você vai quebrar a cara. Não pode ser assim. Você vai para um país diferente, cultura diferente, fala diferente, ouve dialetos diferentes o que você tem que fazer? Você tem que procurar assimilar a cultura da melhor maneira possível, a maneira de viver, [...] e passar a viver da maneira deles. Certo? Lógico que não esquecendo da sua origem, do seu passado porque você tem que valorizar isso. Mas, nesse meio tempo que você está fora, você tem que valorizar muito mais a cultura da casa onde você está morando no momento. Esse é o problema (Relato de Ad).

Os portugueses... Os brasileiros reclamam que eles são muito ignorantes, mas não é; é a natureza deles, eles são muito francos. Eles não são iguais a nós que, se tiver que falar alguma coisa com você, tem que esperar alguém sair e depois também tem que ficar dando volta para te falar, não. Eles

são curtos e grossos: se tiver que falar, eles falam no meio de qualquer um, do jeito que tiver que falar, eles falam. Eles não dão volta para falar, eles são francos demais e nós somos mais recuados (Relato de Lê/Jô).

Ah, ele falou que é a diferença mesmo... É que o pessoal lá, eles não aceitam muito, não. Mas... Só que se você está totalmente legal, eles não têm muita restrição, não. Entendeu? Mas, se a pessoa é ilegal, eles dão uma explorada legal... Mas é normal, todo lugar... Menos no Brasil que não tem isso, né? (risos) Quando você sai de um país pro outro, sempre eles exploram de vocês, né? Então, isso é normal (Relato de Ke).

Assim, os valadarenses enfatizam que o êxito migratório está diretamente ligado ao enfoque dado pelo imigrante ao trabalho. Manter uma vida social fora da esfera do trabalho, com participação em festas e encontros em bares é se colocar numa situação de possíveis problemas com os portugueses, além de atrasar a finalização do projeto migratório e o retorno a Governador Valadares. Ou seja, significa uma espécie de falta de compromisso com a família. Nesse contexto, percebemos também que os próprios imigrantes valadarenses classificam a si e aos outros imigrantes brasileiros em dois grupos de trabalhadores: aqueles que vão para acumular dinheiro e retornar ao Brasil e os que, apesar de visarem à acumulação monetária, buscam também – como eles próprios denominam – “viver Portugal”, aproveitando os dias de folga para passear e conhecer o país.

No primeiro caso, esses imigrantes consideram-se reservados e responsáveis, pois, por não aproveitarem a esta-

dia em território português, não gastam suas economias em coisas vistas como supérfluas. O salário é usado apenas em necessidades mais básicas, e a maior parte da remuneração é enviada para a família em solo brasileiro. Para uma maior acumulação monetária, esses brasileiros se submetem à dupla jornada de trabalho e às explorações dos patrões portugueses ou mesmos brasileiros. Esses imigrantes explicam que o esforço deve ser visto como necessário, tendo em vista os objetivos da migração. Eles afirmam que, para conseguir retornar rapidamente à cidade natal, é preciso se submeter à situação de um imigrante não documentado, sem reclamações quanto às condições de vida e de exploração e sem gozarem da vida em Portugal, considerada uma vida com mais qualidade. Para eles, não é adequado ou justo aproveitar a vida em solo europeu enquanto a família passa por dificuldades econômicas no Brasil.

A reunião entre brasileiros em festas e churrascos não é considerada um gasto sem sentido apenas quando o intuito é o reencontro, em finais de semana ou feriados, com parentes que também imigraram em Portugal, com amigos/novos imigrantes que trazem notícias de familiares que permanecem em solo brasileiro, ou com amigos/imigrantes que possuem maior contato com outros familiares também imigrantes em território português.

Os imigrantes do segundo grupo, por sua vez, apesar de também acumularem divisas e enviarem dinheiro para os familiares

em solo brasileiro, utilizam uma parte do salário em solo português em um estilo de consumo considerado melhor e, portanto, mais caro. Por esse motivo, a estadia de muitos deles se prolonga, e, dessa forma, são considerados pelo primeiro grupo como esbanjadores de dinheiro. Julgados a partir da ética do trabalho (e da família, numa acepção valadarensense), esses imigrantes são vistos como sem sucesso pelo primeiro grupo, como imigrantes que não sabem aproveitar a oportunidade de trabalho no exterior e de melhores salários. Em contrapartida, os imigrantes do primeiro grupo são, em alguns momentos, considerados “misérrimos” pelos trabalhadores do segundo grupo.

Em contraposição a isso, o conceito desenvolvido sobre o Brasil por parte desses imigrantes é negativo. Eles afirmam que as cidades, as pessoas e o governo apresentam relações sociais e institucionais desorganizadas – constantemente eles citam os casos de corrupção do governo brasileiro e que existiria pouco respeito com os trabalhadores no Brasil, que não há perspectiva de vida e que o país é atrasado econômica e politicamente. Assim, tal situação nos permite analisar que, embora ocorra uma dificuldade na aceitabilidade e a subalternidade desses imigrantes no mercado de trabalho português junto à necessidade de adequação aos padrões da hierarquia de alteridades portuguesas (MACHADO, 2004), essa condição de trabalho não documentado continua, segundo os relatos, trazendo melhores benefícios e compensando as desvantagens da imigração.

A questão não é que vale a pena. Nós é que temos que fazer valer a pena. Certo? Nós é que temos que tentar fazer valer a pena. Não vale a pena nunca você abandonar uma família, os seus familiares. Nunca vai valer a pena. Então, nós temos que tentar o mínimo... o mínimo possível tentar fazer com que valha a pena. Você tem que conseguir um retorno qualquer... Por aí (Relato de Ad).

Pra quem gosta de trabalhar, vale. Para quem não tem preguiça. Se escolher também, não tem como. [...] Por mim, eu ficaria lá, mas meu marido que não quer. Eu gosto de lá, eu não gosto daqui, não. Isso aqui não está com nada, não. A gente trabalha, trabalha e não tem nada (Relato de Ma).³⁸

Ah, final de semana à noite, eles se juntam e vai todo mundo farrear. Os solteiros! Os casados vão para casa! Porque, se você for tomar cerveja lá, saindo à noite assim, você não junta dinheiro nem para vir embora. Eu tenho colegas que estão lá que não têm dinheiro para vir embora. O que fazer é para gastar lá (Relato de Cl).³⁹

Ele é uma pessoa muito econômica – não bebe, só fuma –, e os amigos dele de lá gostam muito de viver Portugal e ele não vive Portugal [...]. Ele contava para mim por telefone assim... que eles [outros brasileiros] tinham meu marido como miserável, pois sexta, sábado e domingo eles não faziam comida, e meu marido fazia. Ele não ia lanchar, não almoçava

38 Esta entrevista refere-se a uma imigrante que está de passagem em Governador Valadares para resolver a questão da custódia dos filhos. Na transcrição presente ela faz referência a Portugal e ao seu desejo de mudar toda a família para lá, mas seu marido ainda deseja retornar para a cidade mineira.

39 Esta entrevista, também, é referente a um imigrante retornado de Portugal.

fora e eles falavam: “Você é muito miserável, Ziba, deixa de ser bobo, você tem que se alimentar”. E, então, ele dizia: “Eu estou me alimentando, já comi minha carninha, meu feijãozinho, meu arrozinho, eu não vou”. Então, ele não ia para os Cafés (Relato de Joe).

O sucesso do projeto migratório é aceito pelos valadarenses quando estes se dedicam exclusivamente ao trabalho. Aqueles que mantêm uma vida social para além desse âmbito, usufruindo o dinheiro em consumo visto como supérfluo, não são aceitos pelos outros migrantes brasileiros, nem pelos portugueses. Pois, de acordo com o ideário criado em Governador Valadares, o emigrante ao sair de seu país objetiva conseguir melhor condição salarial que possibilite uma melhor qualidade de vida não apenas para si, mas para toda a família. Desse modo, notamos como a vida do imigrante é determinada socialmente pela dedicação exclusiva ao trabalho. Em outras palavras, a condição de imigrante – vista pela esfera da moralidade – “obriga” o indivíduo a se dedicar ao trabalho, tendo como finalidade o envio de remessas de dinheiro para os familiares no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo faz parte de uma série de trabalhos sobre a migração de valadarenses para Portugal que temos publicado desde 2005. Num primeiro texto mais especulativo (MACHADO, 2005) indicamos a relação entre a profissionalização

da migração, por meio de estruturas organizadas de envio de emigrantes, e uma inserção diferenciada no mercado de trabalho. Indicávamos que talvez esse processo tivesse relação com a estrutura montada em Valadares para o envio de emigrantes para os EUA, que depois teria sido direcionada para Portugal. Naquele momento especulamos que esse tipo de processo teria implicações para a construção de diferencialidades brasileiras em Portugal, em contraposição aos processos que descrevemos em 2003, a partir de etnografia realizada na cidade do Porto.

Este capítulo, de fato, comprova essa diferença substancial, demonstrando que esses brasileiros articulam uma diferencialidade focada numa “invisibilidade militante”. Se antes (MACHADO, 2003) víamos os brasileiros se inserindo por uma espécie de “mercado do exótico”, vemos entre os valadarenses exatamente o oposto, uma busca pela discrição. Vimos como Portugal transformou-se numa alternativa efetiva à emigração para os EUA, estabelecendo uma tipologia de motivos que explicam essa virada, mesmo que o destino norte-americano continue a ser o preferido.

Procuramos, para além das motivações que explicam as decisões por um destino ou outro, algo da experiência de vida desses migrantes em solo português. A dinâmica que aqui encontramos se refere de forma sistemática àquilo que definimos como a importância da família na constituição dos fluxos, das decisões e das formas de vivenciar a imigração em

solo estrangeiro. Temos notado uma reorganização tensa das formas de constituição da família em Valadares, atravessada pela experiência da migração. Essa reorganização modula a relação de filhos e pais, esposos e esposas separados pela emigração.

Trazemos também informações mais precisas sobre como a questão da família e do retorno, mediada pela remessa de recursos, influencia a forma de estar em Portugal: vimos que o compromisso firme com parte da família que ficou implica em tornar-se “invisível” e em evitar uma experiência de socialização entre imigrantes brasileiros. Poderíamos dizer que se busca uma solidão compulsória, como estratégia de acumular mais recursos e abreviar a volta. Por outro lado, aqueles que têm laços menos intensos se permitem um tipo de socialização discriminado como “inconsequente” pelos valadarenses em Governador Valadares. Inconsequente porque dificulta o acúmulo de recursos e desestimula o imigrante a trabalhar em dois empregos, por exemplo. Ou seja, as opções de trabalho do imigrante em solo português são condicionadas pela forma como um projeto familiar é constituído ainda em Valadares. Pode-se afirmar que os mecanismos de constituição de núcleos familiares em Valadares explicam muito do que acontece em solo estrangeiro, seja português ou norte-americano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. G. *A formação da identidade do imigrante valadarense em Portugal*. Relatório final de iniciação científica (Progp – UFSCar), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

_____. *Valadarenses em Portugal: novas identidades e mercado de trabalho*. Relatório final de iniciação científica (Fapesp), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

CASA DO BRASIL EM LISBOA. A 2ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998–2003): estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal – informação estatística e elementos de análise. In: MALHEIROS, J. (Org.). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.), 2007.

FUSCO, W. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD, 2001. p. 427–445.

GUERREIRO, A. *Os filhos da migração transnacional: novas estruturas familiares e a educação das crianças na região de governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

MACHADO, I. J. R. *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Imigrantes brasileiros no Porto. Aproximação à perenidade de ordens raciais e coloniais portuguesas. *Lusotopie*, Paris, v. 2004, n. 1, p. 121–142, 2004.

_____. Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 7, n. 1–2, p. 187–212, 2005.

_____. *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

MACHADO, I. J. R.; ALMEIDA, A. G.; REIS, E. S. Algumas características do fluxo migratório de brasileiros de Governador Valadares para Portugal. *Antropológicas*, Porto, v. 11, p. 111–126, 2009.

MACHADO, I. J. R.; REIS, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 153-166, 2007.

MALHEIROS, J. et al. *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, IP, 2007.

MAZER, R. M. *O retorno do migrante: o fim das remessas e a ordem das relações*. Relatório de Iniciação Científica (CNPq). São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2010. 37 p.

OLIVEIRA, S. Sem lenço, sem documento: brasileiros não-documentados em Portugal. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

PADILLA, B. Integração dos imigrantes recém-chegados na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

PEIXOTO, J.; FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Um mar de identidades: imigração brasileira em Portugal*. EdUFSCar: São Carlos, 2006.

PISCITELLI, A. G. Sexo Tropical em um país europeu: migração de brasileiras no marco do “turismo sexual” internacional. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 13, 2007.

PONTES, L. Mulheres imigrantes brasileiras em Lisboa. MACHADO, I. J. R. (Org.). *Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

REIS, E. R. *Questões sobre a indústria da emigração: conexões Portugal/ Governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

_____. *Casamento e família em contexto migratório*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

ROSSI, P. L. Remessas de imigrantes: estudo de caso de brasileiros em Portugal. In: MALHEIROS, J. (Org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.), 2007.

SERRA, F. G. *O Fenômeno da migração em Governador Valadares: aspectos da saúde das mulheres*. Relatório de Iniciação Científica (CNPq). São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2009. 38 p.

SOARES, W. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Tese (Doutorado em Demografia)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

STABELINI, F. *Parentesco, totemismo e sistemas de classificação no contexto migratório de Governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq–PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

TECHIO, K. *Pizza sabor identidade: brasileiros evangélicos em um restaurante na Costa da Caparica*. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

TORRESAN, A. *Emoções fora do lugar: negociando amizade em Lisboa*. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 189–228.

Capítulo 4 – Os filhos da migração transnacional

Amanda Fernandes Guerreiro, Alexandra C. Gomes Almeida, Igor José de Renó Machado

Este capítulo busca entender quais são os efeitos e desdobramentos da experiência migratória na vida das crianças, filhos e filhas dos emigrantes, que organizam a vida numa nova configuração com a ida de seus pais⁴⁰ para o exterior. Trataremos de questões sobre como são educadas, como vivenciam a experiência precoce da separação por longos períodos, como lidam com as expectativas de também emigrar, como imaginam sua própria família e o que desejam como projeto familiar próprio.

Este capítulo procura refletir sobre as consequências dos movimentos migratórios internacionais brasileiros para as crianças que ficam do lado de cá da viagem. Em nossas pesquisas identificamos muitas situações em que ou o pai, ou a mãe, ou ambos, partem para a aventura migratória, deixando seus filhos sob cuidados de parentes, amigos ou até sob cuidados de pessoas contratadas para isso. Do ponto de

40 É importante salientar que muitas configurações familiares podem se desenvolver nesse contexto: a ida somente do pai, a ida somente da mãe ou, ainda, a ida de ambos.

vista dos que ficam, como são vistos os arranjos para a criação dos filhos dos migrantes, como se configura esse processo? Que reflexões produzem sobre a educação e desenvolvimento dessas crianças? Como os pais que deixam seus filhos sob os cuidados de terceiros são encarados nessa situação? Quais os custos emocionais envolvidos nesses processos?

A pesquisa foi realizada em Governador Valadares em vários momentos: os entrevistados são, em geral, moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os relatos aqui aparecem, constantemente, em terceira pessoa: o/a entrevistado/a conta histórias de parentes, conhecidos, amigos ou de “ouvir falar”. Evidentemente, não interessa a veracidade dessas histórias, mas a sua verossimilhança para os sujeitos que a contam.

Em um dos períodos de pesquisa (entre 2008 e 2010), preocupamo-nos especificamente com a questão das crianças, tendo sido realizadas entrevistas diretamente com crianças de uma escola pública de ensino básico em bairro de grande tradição migratória. A discussão sobre as consequências da migração para a vida das crianças será exposta aqui em duas partes: a primeira refere-se à perspectiva dos adultos sobre o fato, e a segunda refere-se à perspectiva das próprias crianças. Como o volume de informação que obtivemos dos adultos foi maior, o “ponto de vista dos adultos” sobre o processo terá mais espaço, mas ainda assim é possível ponderar os distintos pontos de vista.

Durante a realização do trabalho de campo, deparamo-nos com grande dificuldade em conversar com crianças, filhas e filhos de emigrantes, sobretudo por ser período de férias e a maioria estar viajando ou “para a rua” – como diziam as mães, avós, tias entrevistadas quando perguntávamos se havia a possibilidade de conversar com seus filhos. Diante dessa dificuldade, buscamos ao longo do período posterior ao campo entrar em contato com bibliografias que se referiam às pesquisas que envolvem crianças para, numa outra ida a Valadares, tentar uma inserção diferente.

As tentativas de aproximação às crianças mostraram-se, na maioria das vezes, vãs, tanto a via “oficial”, burocrática, configurada pelas visitas à Secretaria da Educação para conseguir autorização para entrar nas escolas municipais, quanto a via “informal”, visitando os bairros com grandes números de emigrantes ou contatando pessoas conhecidas dos campos anteriores. Mesmo que a dificuldade de estabelecer relações intersubjetivas com as crianças e de acessar o que elas pensam de suas vidas tenha permanecido no terceiro trabalho de campo, nesta última ocasião, a oportunidade de hospedagem na casa de uma família valadarense facilitou o trabalho.

CRIANÇAS E A TEORIA

É a partir da busca pela casa própria, da *Casa* enquanto unidade central das relações familiares, que as famílias de Governador Valadares se aventuram na experiência

migratória e passam a ter um modo de vida “transnacional”. As chamadas famílias transnacionais compreendem um *modus vivendi* cada vez mais comum nas sociedades contemporâneas. Machado, Silva e Kebbe (2008, p. 88), recorrendo aos estudos de Bryceson e Vuorella, afirmam que “a família transnacional entendida enquanto um constructo social e não um produto da Natureza [...] permite os mais variados arranjos para pensar a sua própria identidade social e seu sentimento de pertencimento a uma comunidade”.

É sob esse pano de fundo que se descortina a realidade dos filhos da migração transnacional e de suas famílias. Claudia Fonseca, em *Caminhos da Adoção*, lançado em 1995, critica, ao comentar as diferentes práticas de circulação de crianças entre as famílias de baixa renda em Porto Alegre-RS, o Estado brasileiro – moderno e democrático –, que toma como ideal uniforme e universal o modelo familiar conjugal, a família nuclear burguesa. Segundo a autora, quando o Estado institui esse padrão ideal, transfere às famílias constituídas diversamente a imagem de desestrutura, de desorganização (FONSECA, 1995). Assim, empreendendo uma análise que chama de “positiva” das inúmeras formas de organização familiar observadas nas chamadas classes populares, afirma:

“As análises antropológicas deste século desfizeram a ideia de que existam formas familiares mais ou menos modernas, mais ou menos atrasadas. Segundo essas análises, é impossível falar de modelos familiares moralmente superiores, culturalmente mais civilizados ou psicologicamente mais saudáveis.”

O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem” (FONSECA, 1995, p. 21).

Nesse mesmo trabalho, Fonseca (1995, p. 25) afirma que a criança “é objeto não de teorização, mas sim de convivência” e, seguindo os pressupostos de Phillippe Ariès, salienta: “insistimos que a noção de ‘infância’, enquanto construção social, só pode ser plenamente compreendida quando situada dentro de um contexto concreto” (FONSECA, 1995, p. 27). Nesse sentido, o mundo das crianças não está dissociado do mundo dos adultos, e as vidas destes estão inextricavelmente ligadas.

Desse modo, pretendemos conjugar as discussões no campo da Antropologia da Criança – a questão da adição das crianças nas análises antropológicas tratando-as como seres verdadeiramente sociais, como os adultos – e as discussões sobre as reestruturações familiares que acontecem no contexto transnacional com as reflexões feitas em campo para, então, apreender as formas pelas quais as crianças valadarenses articulam a reprodução e manutenção de seus laços familiares através do tempo e do espaço.

Os primeiros olhares lançados pela Antropologia às crianças acontecem ainda nas primeiras décadas do século passado, com os estudos de “Cultura e Personalidade” realizados por autores como M. Mead e R. Benedict e outros. Devemos pontuar que estes buscavam responder à pergunta: quando e

como os indivíduos se tornam seres sociais? Essas pesquisas tomavam as crianças como objeto de um “processo de socialização” ou “aculturamento”, que era alheio a sua vontade e subjetividade; nessa perspectiva, as crianças eram, antes de tudo, um adulto em formação. Os estudos de Mead e Benedict remontam às primeiras décadas do século XX e pautam-se no culturalismo norte-americano, que se preocupava, sobretudo, em entender como as pessoas são conformadas, como realidades culturais diversas forjam “personalidades” igualmente múltiplas. É no mesmo sentido do entendimento dos ditos processos de socialização que caminharam alguns estudos estrutural-funcionalistas que levavam em conta a perspectiva da criança. Assim, enquanto no Estrutural-Funcionalismo britânico a criança é inserida em termos do seu processo de socialização, no Culturalismo norte-americano é inserida em relação ao processo de aculturamento. Porém, ambos destacam as crianças em suas análises a partir do resultado último desses processos: a criança em relação, em perspectiva, ao ser social pleno compreendido pelos adultos.

Entretanto, os estudos mais recentes na área da Antropologia da Criança caminham no sentido de questionar essa visão passiva da criança, que a reduz a objeto de uma socialização: para autores como Christina Toren, não se pode discutir esses processos, pois, para ela, as crianças já são seres sociais, desde sempre e, por conseguinte, não passam por quaisquer processos que as socializem. Os autores dos

chamados *New Social Studies of Childhood* caminhavam, na década de 1980, para uma apreensão radicalizada da inclusão das crianças nas análises antropológicas – radicalização esta da qual pretendemos nos distanciar, pois, apesar de levarem em conta as crianças em suas análises às últimas consequências, o fazem sem abdicarem da ideia de socialização em si. Sobre estes, Flávia Pires afirma:

“O principal objetivo destes estudos era estabelecer a compreensão dos fenômenos da infância a partir do social, inaugurando, então, a era do construcionismo social nos estudos infantis. As crianças deixariam de ser vistas como passivas e dependentes do mundo adulto, para serem pensadas como sujeitos plenos, rompendo a relação necessária entre família-socialização-criança a fim de conceber a infância como um objeto de estudos válido em si mesmo. [...] A ideia de socialização, criticada pelos *new social studies*, pressupõe um indivíduo adulto que impõe sua visão de mundo a uma criança. Hoje em dia esta ideia de socialização é considerada ultrapassada. Ao contrário disso, aceita-se que as crianças são agentes da sua própria socialização, paralelamente ao adulto. O problema nesse caso, é que os *new social studies* tenderam a inverter a balança, colocando a criança como sujeito pleno da sua própria socialização. Sem, no entanto, 1) reconhecer o papel do adulto nesse processo e, 2) criticar a própria noção de socialização enquanto aprendizado estático e previsível” (PIRES, 2007, p. 27-29).

Em seu artigo *Making History – The significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind*, Toren (1999) aponta para a necessidade de se afastar de pressupostos teóricos que encaram a criança como um “outro”,

dissociada do mundo social que pertence aos adultos. A partir de experiências e exemplos etnográficos, a autora defende a presença das crianças em trabalhos etnográficos, não etnografias sobre crianças, mas trabalhos que as incluam na análise. Segundo ela, as crianças dizem muito sobre a realidade dos adultos, não estão excluídas do mundo social em que vivem, pelo contrário, estão participando ativamente deste, conferindo-lhe significados constantemente. Já na primeira frase do texto afirma: “*children simply become – with perhaps some minor variations – what their elders already are*” (TOREN, 1999, p. 101).

Nesse sentido, para Toren, os estudos dos processos cognitivos das crianças – partindo de um modelo de mente baseado no reconhecimento desta enquanto um “fenômeno incorporado” (“*embodied phenomenon*”) – são essenciais, não somente por permitirem o entendimento do que os adultos fazem, e negá-los seria um prejuízo para a apreensão de aspectos essenciais da vida adulta. Os processos de socialização não têm inícios e fins definidos e, portanto, não devem ser analisados em termos de uma aprendizagem. Tanto a cognição das crianças quanto a dos adultos são fluidas, inconstantes, pois os indivíduos (sejam eles crianças ou adultos) estão a todo o momento reelaborando os significados de sua existência social.

Fica claro, dessa forma, que as principais discussões acerca das crianças na Antropologia se deram, a princípio, a partir da

discussão da agência do indivíduo em sociedade; a proposta da análise dos filhos da migração transnacional também se dá nesse sentido, contudo, parte do pressuposto de que as crianças são tanto “indivíduo em sociedade” quanto os adultos e, por conseguinte, também são agentes. Não dizemos que sua existência e os significados que atribuem à ela se dissociam dos significados atribuídos pelos adultos a uma mesma realidade: pensamos nas crianças enquanto seres sociais que estão em relações constantes com outras crianças, outros adultos e com sua própria sociedade, construindo significações próprias e legítimas.

A PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS

O cuidado com os filhos dos emigrantes é uma fonte constante de preocupações.⁴¹ Vimos no Capítulo 1 as formas usuais de lidar com a distância implicada no projeto migratório. A distância é uma experiência constante: pais e filhos separados, longas ausências. Nesse contexto, a organização da vida dos filhos a distância é uma questão fundamental. Passemos a considerar como as crianças encaram esse processo.

No que se refere ao ponto de vista das crianças, realizamos, ao todo, 11 entrevistas entre garotas/os de 8 a 16 anos

41 Tratamos aqui apenas de famílias no começo do “ciclo familiar” (FORTES, 1974) e de emigração de casados, solteiros com filhos ou divorciados com filhos. Há, obviamente, muitos que emigram solteiros, para os quais esta análise que propomos deve ser reavaliada e ponderada.

(7 meninas e 4 meninos). A maioria das crianças *aceita* a distância do pai ou da mãe, pois sabem que os pais só querem oferecer melhores condições de vida, mas, apesar de elas admitirem que podem comprar mais coisas e que a vida delas melhorou, todas prefeririam o retorno imediato dos pais para Valadares. De todas as crianças, apenas duas manifestaram intenção futura de migrar. As outras crianças disseram que sofrem com a saudade, que a situação é muito triste e, desse modo, elas não sentem nenhum interesse em morar no exterior. Elas afirmam que *sabem* o quanto é solitária e difícil a vida de imigrante e desejam que os pais retornem para que todos morem no Brasil. A consciência da importância do lugar e das redes de parentela e amizade é impressionantemente alta entre as crianças com pais emigrados: para elas, nada se compara à terra natal e à presença dos amigos e parentes.

Uma das jovens, Janaína,⁴² 16 anos, tem a mãe há 11 anos nos EUA. A própria Janaína morou um tempo com a mãe, mas quis retornar para o Brasil, por não ter se adaptado, e muitos amigos de escola a criticam por ela não ter querido morar no exterior, mas ela afirma:

Eles falam que nós somos bobas em não aproveitar a oportunidade de morar na América, mas esses amigos têm os pais por perto, em Valadares, eles não sabem o que é ter um pai ou uma mãe longe (Relato de Janaína).

42 Os nomes são todos fictícios.

Todas as crianças acabam morando com avós ou tias, principalmente quando os pais são separados e é a mãe quem emigrou. As crianças não reclamam da criação dos avós ou das tias, mas sentem grande falta da figura materna. E quando é o pai quem emigra, as crianças continuam com a mãe, mas a presença da avó é constante, sempre há algum familiar mais próximo que ajuda a família. Durante as entrevistas notamos como essas crianças são mais maduras, principalmente em relação à consciência da falta que faz em suas vidas os pais por perto. E também porque algumas delas têm responsabilidades na criação de irmãos ainda mais novos, antecipando um processo de amadurecimento. Todas as garotas comentaram que ajudam a criar os irmãos e irmãs mais novos enquanto a mãe está ausente, e a responsabilidade delas com a casa e com a família é maior.

Na escola onde realizamos as entrevistas, a escola pública *Arabela de Almeida Costa*, que fica no bairro Vila Mariana, entrevistamos algumas professoras e notamos uma visão muito pessimista sobre o efeito da migração nas “crianças que ficam” (falaremos mais sobre isso na próxima parte). Uma delas, Teresa, falou da dificuldade da escola em tratar a questão das crianças que sofrem com a ausência dos pais emigrados, pois a maioria dos alunos/as possui os pais ou um deles no exterior, e essas crianças têm o comportamento mudado drasticamente. Segundo a professora, os meninos ficam agressivos e as meninas tornam-se reservadas e

introvertidas, além de essas crianças apresentarem uma queda de rendimento no aprendizado. Com o passar do tempo e a distância da presença materna e paterna, as crianças e adolescentes perdem os limites, no sentido de que elas não respeitam e não reconhecem nenhum tipo de autoridade e, geralmente, causam conflitos e confusões na escola. Esse é um discurso recorrente, que causa uma espécie de discriminação moral *a priori* das famílias migrantes: o processo é visto como uma espécie de abandono da família, com potencial para desandar a educação das crianças.

E a continuidade do processo das famílias transnacionais implica em mais ameaças: como a relação com os membros de uma família separados pela migração é mediada pela circulação de presentes e dinheiro, segundo as professoras numa tentativa de diminuir e recompensar a saudade e distância da relação familiar, o resultado é que as crianças ficam “mal-acostumadas”, já que possuem tudo aquilo que desejam. Assim, não aceitam nem toleram que alguma professora ou supervisora da escola tente impor limites que se ajustem às normas da escola. Ou seja, o padrão de estruturação da família, na visão das professoras, impossibilita a percepção de autoridade por parte das crianças, sempre desobedientes.

Selma comentou sobre um garoto que lidava muito bem com a ausência da mãe que trabalhava nos EUA, porém aceitava tal condição porque a mãe enviava muito dinheiro para a criação dele, ou seja, ela mantinha um alto padrão de vida para

o menino. Mas, quando a mãe voltou dos EUA para Governador Valadares e a renda familiar diminuiu, o garoto deixou de ganhar tudo o que desejava. Por conta disso, começou a ter atitudes agressivas com a situação econômica da família e deixou de respeitar a mãe. Selma acredita que o garoto nunca teve nenhuma autoridade de adulto sobre a educação dele, e, mesmo com o retorno da mãe, ela já havia perdido sua autoridade devido aos anos de distância da criação do filho.

Isso seria agravado pelo fato de os avós que criam os netos durante a ausência dos pais não conseguirem impor uma educação com limites. Segundo Teresa, quando ela tenta conversar com o responsável pela criança, sempre é a avó, ou seja, senhoras em média de 70 anos de idade que não demonstram “disposição” para criar crianças na fase de desenvolvimento. E quando a criança é criada por tios ou tias, segundo a professora, eles não se preocupam em educar com valores morais familiares, acham que oferecer uma casa e garantir a alimentação da criança já é o suficiente. Desse modo, as crianças de pais emigrados, segundo esse ponto de vista, crescem com pouco suporte da base familiar, ou seja, sem regras, limites e “carinho” materno e paterno, questões que Teresa julga de extrema importância no desenvolvimento de uma criança e adolescente.

Porém, conversando com as crianças, percebemos um ponto de vista diferente. Notamos que as crianças entendem a ausência dos pais emigrados, pois mesmo com a saudade

elas sabem que o retorno financeiro está sendo benéfico para a família. Algumas das crianças disseram estar “gostando” do pai ou da mãe no exterior, porque elas estão ganhando mais presentes e a situação financeira da família está melhorando. Porém, quando questionados se elas preferiam os pais aqui no Brasil, mas com um pouco de dificuldade financeira, ou os pais longe, mas oferecendo uma vida melhor para a família, *todas* as crianças preferem os pais próximos delas, e, além disso, a maioria não tem vontade de morar no exterior com os pais, preferem que os pais voltem e que a família permaneça no Brasil. E, mesmo os pais oferecendo a opção de toda a família se mudar para o exterior, as crianças preferem continuar no Brasil, porque os pais comentam o quanto é complicado viver no exterior, elas têm consciência de que os pais apenas ficarão trabalhando, não terão tempo para passar com os filhos. E também sabem que os imigrantes sofrem preconceitos por serem imigrantes.

O caso de Fábio é interessante para contrapormos um ponto de vista juvenil ao dos adultos. Fábio mora com a família na Itália e está passando as férias na casa da tia (uma das professoras da escola) em Governador Valadares. Com a vivência na Europa, perguntamos se Fábio deseja trabalhar no exterior quando for adulto, como os seus pais, e o garoto respondeu preferir o Brasil, mesmo sabendo que há melhores oportunidades de crescimento financeiro no exterior. Bem, Fábio tem apenas *nove* anos e mora na Itália há seis anos, com

os pais e boa parte da família, com exceção da avó e da tia. Ele contou que seu pai foi o primeiro a ir para a Itália, e, após algum tempo, ele e a mãe foram ao encontro do pai. Hoje, os pais trabalham porque buscam melhorar as condições da família quando retornarem ao Brasil e estão terminando de construir a casa. Fábio prefere morar no Brasil porque na Itália ele não tem tantas opções de diversão como aqui, mas reconhece que, para trabalhar e estudar, lá é melhor.

Fábio demonstrou maturidade e extrema compreensão da situação de imigração de seus pais, pois ele consegue reconhecer a superioridade econômica da Itália em relação ao Brasil, tanto que a maior parte dos seus familiares (tios, tias, primos) trabalha lá e está conseguindo construir casas e adquirir bens, ou seja, conquistando estabilidade financeira em investimentos no Brasil. Fábio disse que os aspectos positivos da imigração são vinculados ao retorno financeiro e à possibilidade de melhoria da qualidade de vida. Como exemplo, ele falou da situação escolar e das diferenças que percebeu em relação à escola brasileira, pois na Itália as escolas possuem melhor infraestrutura, como laboratórios, computadores, salas e melhor preparação dos professores. Ele nunca sentiu discriminação por parte dos seus colegas italianos, mas acredita que isso ocorra porque ele fala italiano e, desde pequeno, sempre estudou com os mesmos colegas italianos, ou seja, Fábio já está familiarizado com os costumes de lá. Porém, o garoto continua a afirmar que, quando for adulto, deseja

retornar ao Brasil e continuar a sua vida aqui; ele não quer trabalhar como imigrante, pois sabe das dificuldades.

Após a entrevista de Fábio, ficou claro que há diferenças entre as formas de apreensão que as crianças têm do processo da migração: aquela que já passou pela experiência de emigrar ou sabe melhor dos motivos da emigração do pai, mãe ou outro parente próximo tem mais maturidade que as outras crianças que não conhecem exatamente o que acontece com os pais e apenas conhecem a materialização da migração nos presentes e na circulação de remessas. Isso porque as crianças envolvidas com a emigração não desejam passar pela mesma situação que elas já viveram ou sabem que os pais enfrentam, apesar de toda coerção social ao afirmar os benefícios da emigração no aspecto financeiro.

Outros casos demonstram a complexidade das relações de parentesco, quando casamentos e separações anteriores e posteriores à migração tendem a acentuar aspectos dramáticos do processo. Entrevistamos Melissa e Mariano, ela com 11 anos e ele com 12. Melissa tem o pai trabalhando nos EUA há quatro anos e sabe que o motivo para o pai migrar foram as dívidas no Brasil. Atualmente o pai de Melissa trabalha numa pizzaria, mas após dois anos de ausência a mãe pediu divórcio. O resultado é que a mãe de Melissa evita conversar sobre o pai biológico com a filha. Mas Melissa sempre conversa com o pai pelo telefone e internet, pois durante as noites ela fica *na casa da avó paterna*, uma vez que o emprego da mãe

é noturno. Ou seja, vemos aqui que as relações familiares adquirem contornos mais complexos, e o percurso das crianças depende muito do empenho dos parentes emigrados, e da capacidade que têm de articular com parentes que permaneceram na cidade a aproximação com os filhos. A relação, para continuar a existir, tem que ser mediada por alguém, em geral a avó.

A mãe de Melissa já tem filhos com outro homem e não costuma falar para Melissa ou para o irmão mais velho sobre o pai biológico deles. Então, o maior contato dela com o pai é através da avó paterna. A menina afirmou que gostaria que o pai voltasse para o Brasil, já que jamais aceitaria ir morar com ele no exterior, pois não quer se separar da mãe e dos outros irmãos. Ao mesmo tempo, Melissa afirma que o ponto positivo de o pai estar trabalhando nos EUA é poder oferecer mais coisas aos filhos, como presentes, roupas, lazeres que antes a família não tinha condições de realizar.

Mariano, garoto de doze anos, contou-nos que sua mãe emigrou para Portugal há um ano. Logo que a mãe emigrou, Mariano e o irmão menor foram morar com a avó materna, mas ele e o irmão não queriam mudar de escola – a escola Arabela –, então deixaram a casa da avó para ficar na casa da tia, mas o motivo foi somente a escola, pois a avó continua ajudando na criação deles. Eles não têm problemas em morar com a tia, mas gostariam de estar ao lado da mãe. O menino disse que sua mãe liga com frequência para eles porque

procura aconselhar os filhos a terem bom comportamento na escola, a evitarem ficar somente na rua, serem educados com a avó e a tia. A mãe também pede para Mariano ajudar na criação do irmão caçula, ou seja, a mãe mantém constante relação com os filhos. Além do mais, Mariano comentou sobre as ordens da mãe que, mesmo estando distante, é mais severa do que a tia e a avó. O menino também acha bom o fato de a mãe estar trabalhando no exterior, porque ela passou a ganhar mais no trabalho, e isso faz com que a mãe dê mais presentes e envie dinheiro para ele e o seu irmão.

Aqui vemos que, do ponto de vista das crianças, a ausência da mãe não significa necessariamente uma ausência de autoridade, nem que o lugar da autoridade “máxima” seja questionado. Aqui é a mãe quem cobra mais o menino, que quer saber sobre o rendimento escolar, etc. Por outro lado, ele também nos falou que a sua mãe está casada com um português e que ele gosta do seu padrasto, porque ele é “delegado e gosta de ficar conversando”. Além disso, a mãe e o marido luso estão planejando levar ele, o irmão e a avó para todos morarem em Portugal, inclusive a mãe já fez o passaporte dos filhos. A mãe de Mariano separou-se antes da migração, e o ex-marido nunca manteve contato com os filhos. No caso, a migração pode significar a *adição* de uma figura paterna e não a subtração. Aqui temos um caso em que o futuro da organização familiar parece estar em Portugal, com a eminência de um reagrupamento familiar.

A FAMÍLIA TRANSNACIONAL VALADARENSE

É olhando para a realidade valadarense com as lentes do “novo parentesco” que a existência transnacional das famílias naquela sociedade se torna evidente desde as primeiras conversas, ainda em janeiro de 2008; a reconfiguração das relações familiares inseridas no fenômeno da emigração permeia os discursos e compreende, sobretudo, estratégias para a manutenção dos laços com os parentes que se ausentam por longos períodos. A reestruturação familiar é o aspecto mais aparente da realidade dos filhos da migração transnacional, e, como veremos, esta se fundamenta na associação laços de sangue/fluxos de dinheiro e não configura uma mudança definitiva que se sobrepõe à realidade anterior dessas crianças (quando viviam com os pais); são poucos os casos em que as relações dos filhos com seus pais emigrantes cessam por completo e aqueles passam a viver em famílias outras que não suas próprias.

“H.: nasceu nos EUA e veio com a mãe para o Brasil enquanto seu pai (que voltou para o Brasil há menos de um ano) ficou lá trabalhando. Enquanto o pai estava fora, morava com a mãe na casa da tia; agora mora com sua família nuclear. Ele me diz que sente saudades de morar com a tia e que, durante a ausência do pai, conversava com este pelo telefone e, às vezes, pela internet. Também me disse que o pai mandava muitos presentes, principalmente no natal. Quando ele me disse que nasceu nos EUA, foi logo dizendo que até sabia falar inglês, mas esqueceu. H. é um menino muito ativo, falante, uma “figura”, quando me ouviu falar, foi logo perguntando de onde eu vinha porque eu falava diferente, quando eu

respondi que vinha de São Paulo, um outro estado, ele olhou bem para mim e disse: “Já sei! Se você é de outro estado, você é dos Estados Unidos!

[...]

N.: nasceu nos EUA. Só de olhar para a menina, pode-se notar que é filha de emigrantes: estava toda arrumadinha, com uma roupa bonita, vistosa, cheia de bordadinhos, um tênis bacana, etc. Seu pai e sua mãe estão nos EUA, ela morou lá até esse ano, quando sua mãe a trouxe de volta para Valadares juntamente com sua irmã mais velha; as duas moram com os avós desde então. Ela me disse que gosta de morar com a avó, mas que, às vezes, elas brigam. Disse também que fala diariamente com os pais por telefone e pela internet. N. é a mais empolgada dos três ao responder sobre os presentes que os pais mandam: fala-me das caixas, dos tamanhos das caixas, da quantidade de coisas que chegam dos EUA para ela e a irmã. Ela me diz que a mãe voltará no dia de natal com o pai; disse que os pais compraram uma casa e que a família morará junta. Quando pergunto se preferia que os pais estivessem aqui me responde categoricamente: “preferia ir morar com todo mundo [pai, mãe e irmã] nos Estados Unidos, mas sem a minha avó. Só a gente. E nos Estados Unidos porque lá é mais legal que aqui”. Ela então descreve o quão grande era sua casa lá, quão bonitas eram as praias da Flórida e enche a boca ao falar que nasceu nos EUA e que falava inglês na escola.

[...]

D.: completará 10 anos na próxima semana, e sua mãe mora, em situação legal, na Itália há 8 anos. Ela me disse que morou lá com a mãe durante quatro anos e que voltou no ano passado, pois, em suas próprias palavras, “estava passando mal de saudades” da tia e da avó, com quem sempre morou desde a partida da mãe, deixando claro que prefere morar com elas a

morar com a mãe. Quando pergunto sobre presentes, ela me diz que a mãe manda muitas coisas (roupas, brinquedos, celulares, etc.), além de mandar dinheiro para ela gastar aqui no Brasil. Ela me disse que, embora goste muito de morar com a avó e com a tia, “amor de mãe não tem igual” e que, por isso, sente muitas saudades da mãe, mesmo falando com ela no telefone e na internet diariamente. D. diz que tem dois irmãos mais velhos (uma garota de 12 anos e um garoto de 17) e que sua irmã não conversa com a mãe há dois anos, por causa de brigas, “mas mesmo assim minha irmã pede um monte de coisa para minha mãe. Mas minha mãe não dá tudo o que ela quer porque elas não estão se falando”, me informa a menina. A mãe vem para o Brasil pelo menos duas vezes por ano e fala que se a menina quiser poderá voltar a morar com ela na Itália no ano que vem — o irmão mais velho irá encontrar a mãe quando completar 18 anos. Quando pergunto se este é seu desejo, D. diz que ainda está pensando, mas acha que vai preferir continuar morando aqui com sua avó e sua tia. A mãe de D. é divorciada de seu pai (que mora em Valadares) e só deixa a menina vê-lo uma vez por mês” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

O relato dessas três crianças é apenas um exemplo da forma como as famílias de emigrantes se estruturam no contexto transnacional: a todo momento, em toda a cidade, nos ônibus, restaurantes, escolas e bairros, ouvem-se e se conhecem histórias como essas. Governador Valadares, a capital nacional da emigração, é uma sociedade de remessas por excelência e o é não somente devido à relevância econômica das cifras que chegam do exterior, mas também devido às relações que se engendram a partir do envio e recebimento constante delas. O transnacionalismo enquanto fenômeno

que liga pessoas através de fronteiras é responsável também pelo desenvolvimento de “novos parentescos”, “novas famílias” que se reproduzem e se mantêm ao longo do tempo.

“Nós definimos transnacionalismo como o processo no qual imigrantes constroem campos sociais que ligam seus países de origem e os países que os recebem. Imigrantes que constroem tais campos sociais são designados “transmigrantes”. Transmigrantes desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que expandem fronteiras. Transmigrantes atuam, tomam decisões, se preocupam e desenvolvem identidades dentro de uma rede social que os conecta a duas ou mais sociedades simultaneamente.” (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992, p. 1-2).

O transnacionalismo como brevemente definido acima inaugura novas formas de relações sociais e principalmente familiares que dissolvem fronteiras e distâncias ao conectar uma ou mais sociedades. Esse “estreitamento fronteiriço” decorre de diversas mudanças globais que reestruturaram o mundo nas últimas duas décadas – o capitalismo financeiro desloca os centros de poder para uma esfera mundial, que está acima das sociedades nacionais. Nesse contexto surge o advento das chamadas “sociedades de remessas” (ver Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992), Panagakos (2004), Sahlins (1997), Soares (1999)), que dependem economicamente do fluxo de dinheiro ocorrido entre seus moradores locais e seus parentes emigrantes. Sobre isso, Rouse em *Making Sense of Settlement: Class Transformation, Cultural*

Struggle, and Transnationalism among Mexicans Migrants in the United States, constata: “De meados dos anos 60 para cá, entretanto, o nível de migrações cresceu significativamente e a economia do município tornou-se, cada vez mais, dependente da entrada de dólares” (ROUSE, 1992, p. 29).

Descrevendo o mesmo fenômeno, agora em Governador Valadares, Weber Soares cita um montante de 153.727.000 dólares em investimentos realizados por emigrantes no período entre 1984 e 1993, para o autor,

“fato que dimensiona a importância dessas aplicações para a economia valadarense, permitindo inferir que o dinamismo do mercado de compra e venda de imóveis urbanos, em Valadares, está intimamente ligado à emigração expressiva de parcela da força de trabalho, ou melhor, às aquisições, em moeda estrangeira, realizadas pelos emigrantes” (SOARES, 1999, p. 147).

Essa breve discussão sobre as novas formas de migração e as “sociedades de remessas” exemplifica as formas como se dão as relações entre muitas famílias em Governador Valadares, o imenso número de famílias transnacionais serve como espelho dessas novas formas de relações pessoais intermediadas pelo dinheiro. Algumas suposições sobre a substituição das relações de parentesco pelo envio constante de remessas e presentes tornaram-se mais claras, compreensíveis e consolidadas. Todas as pessoas com quem conversamos, sem exceção, adultos ou crianças, afirmam que a única maneira que os parentes no exterior têm de se fazerem presentes é

através do envio de lembranças em datas comemorativas e de remessas constantes de dinheiro que constituem, muitas vezes, a única fonte de renda para parte da família que ficou no Brasil. Como já atentamos anteriormente, quando os valadarenses contam histórias de emigrantes, sobretudo as de fracasso, tocam na questão da cessão desse envio; quando essas histórias trazem em si casos de traição amorosa, muitas vezes observamos que existem mais julgamentos morais negativos aos emigrantes que deixam de mandar dinheiro para seus familiares do que àqueles que traem suas esposas.

Em um episódio vivido em campo também pudemos observar como, em parte, o envio de remessas sugere uma elevação no grau de comprometimento daqueles que são apenas namorados. Jaime contou que um amigo seu do Orkut tinha começado a namorar uma menina de Valadares pela internet; o rapaz está nos EUA; ele disse que, há mais ou menos um mês, o amigo perguntou se ela se incomodaria em receber um dinheiro que ele iria mandar da América, e ela aceitou; mas, ao contar a história, disse que achou um absurdo o rapaz começar a mandar dinheiro para a menina que ele conhecia há poucos meses.

Sobre uma possível substituição da ausência de familiares por remessas e presentes enviados por estes, Assis (1999) afirma:

“Com relação aos filhos que estão no Brasil, aos cuidados dos avós, a vontade de se fazer presente e de compensar a ausência

faz com que os pais mandem inúmeros presentes e procurem agradar os filhos com festas e passeios” (ASSIS, 1999, p. 160).

Ainda sobre esse aspecto das migrações transnacionais, Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) sustentam, enquanto comentam a institucionalização das remessas de dinheiro realizada pelo governo das Filipinas em relação aos imigrantes nos EUA, que “assim, veem como o campo social transnacional é, em parte, composto de laços familiares sustentados por remessas de dinheiros e presentes” (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992, p. 31).

Essa ideia provou-se verdadeira quando pudemos conversar com mais crianças e adolescentes diretamente, tendo acesso às suas próprias opiniões a despeito da opinião dos adultos. Se, em um primeiro momento, pensamos que esses presentes e remessas poderiam ser “atenuantes” das saudades, vemos, agora, que são antes disso a forma pela qual a própria ideia de família, da figura paterna ou materna, se faz presente mesmo num contexto de ausência física; as saudades persistem, os filhos da migração transnacional não deixam de senti-las. Quando recebem presentes, embora a saudade não seja aliviada, a existência de laços familiares se reforça, se faz presente e, de certa maneira, conforta a ausência.

Loretta Baldassar (2007) comenta a importância da noção “stay in touch”⁴³ para as famílias transnacionais por ela

43 Expressão traduzida para o português como “manter contato”.

estudadas na Austrália e na Itália, nas quais os filhos emigraram para a Oceania e os pais continuaram na Europa: a noção “stay in touch” significa comprometer-se a dar continuidade aos laços familiares e às obrigações neles implícitos, apesar da distância que impossibilita o convívio presencial diário (BALDASSAR, 2007). Para a autora, o fenômeno migratório é o fator que exige o desenvolvimento de outras formas de “relacionalidade”: com a emigração, torna-se clara a necessária busca por outros meios de suprir a carga emocional contida nas relações familiares (entre pais e filhos, por exemplo). A autora afirma:

“Eu estou particularmente interessada em explorar as tensões associadas com a troca de apoios moral e emocional entre pais e filhos migrantes nas famílias transnacionais. Esse tipo de apoio é a pedra fundamental das relações familiares e é caracterizado pelo compromisso de membros dessas famílias de se empenhar em ‘stay in touch’. Eu argumento que a noção de ‘stay in touch’ é, primeiramente, uma referência à aspiração de não somente manter canais de comunicação abertos, mas também de manter algum nível de relação emocional” (BALDASSAR, 2007, p. 387).

Consideramos, a partir do que escreve Baldassar, que em Valadares essa noção de “*stay in touch*” se conjuga com a importância dada aos presentes e remessas pelos familiares que aqui ficam: enquanto para os emigrantes italianos na Austrália observados pela autora o permanecer em contato, através da comunicação constante pelos diversos meios existentes, é o fundamento da reprodução das relações familiares naquele

contexto, no contexto valadarense é o recebimento de presentes que faz esse papel.

Sobre essa questão, apresentamos a seguir um trecho do diário do terceiro campo em Governador Valadares que se refere a uma conversa com sete adolescentes, com idade entre 13 e 14 anos, numa escola estadual:

“Quando conversamos sobre as remessas, todos ficam muito empolgados ao falar dos presentes que recebem dos pais que estão fora e todos dão muita importância a essa questão, reforçando a ideia de que os laços familiares são mantidos nesse contexto através do envio constante de dinheiro e presentes. H., que apenas reclama de seus irmãos mais novos que o ‘pentelham’, diz que adora quando o pai manda caixa de presentes para ele e pontua: ‘eu só fico sabendo que ele vai mandar a caixa, porque ele avisa, mas nem fico sabendo o que é, o que tem dentro’. S. diz que o pai manda dinheiro e alguns presentes, sua mãe, entretanto, não tem mandado muitas coisas, pois o emprego está difícil em Portugal, onde ela está. E. enumera os presentes que já ganhou, juntamente com M.: as meninas contam que os pais enviam roupas, acessórios de cabelo, perfumes, maquiagens, aparelhos eletrônicos. C. foi a mais categórica quando o assunto são as remessas, ela diz que gosta muito dos presentes que o pai manda de Londres e do dinheiro também, ela não pensa duas vezes ao contar que uma vez seu pai não pôde enviar o dinheiro do mês – ligou para ela avisando que não tinha como, não tinha conseguido o dinheiro; ela não se deu por satisfeita, esperou uns 15 dias e ligou para o pai dizendo que, se no próximo mês ele não enviasse a quantia dos dois meses acumulados, ela o denunciaria para a polícia, ou até mesmo para a imigração inglesa, se conseguisse, ameaçando o pai que está em situação ilegal no ,país pois tinha certeza de que ele poderia continuar mandando o

dinheiro religiosamente. Ela diz: ‘eu não quero saber se ele não conseguiu, ele tem que me dar’.

Todos os adolescentes mostraram-se muito empolgados com o fato de terem essa conexão com exterior e muito preocupados, sobretudo, com as remessas (de dinheiro ou presentes), reforçando a ideia de que os laços se mantêm através das mesmas. Os motivos de conflitos com padrastos e madrastas se dão por causa das remessas e da influência desses “não parentes” nas mesmas como se fosse um risco iminente de rompimento desses laços. Em nenhum momento expressaram qualquer mágoa ou qualquer outro sentimento dito negativo em relação à decisão dos pais de emigrar (um forte contraponto com a visão dos educadores). São unânimes em dizer que a partida se deu em busca de melhores condições de vida das quais usufruem hoje, apesar da ausência física. [...] Quando comentam os conflitos com suas madrastas ou irmãos, sempre o fazem no plano da diferença no envio de presentes e dinheiro. Todos exigem igualdade nessa questão, quando M. fala sobre seu irmão menor que está na América ela afirma: ‘Um dia falei pro meu pai: você gosta mais dele do que de mim? Se você diz que gosta igual tem que me dar as coisas igual’.

Em relação às madrastas, penso que o crucial nos conflitos é o receio dos adolescentes em perder seus pais para essas mulheres outras, que não são suas mães; eles associam essa possível perda ao risco da cessão das remessas e, dessa forma, a cessão das relações, dos laços, que mantêm com seus pais mesmo ausentes” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Essa questão se põe em evidência não somente quando conversamos com adolescentes, mas também quando conversamos com crianças menores, como é o caso dessas irmãs gêmeas, de 7 anos, cujo pai está em Portugal:

“As meninas eram supertímidas, mas, depois de alguma conversa, se soltaram um pouco. Disseram que ele manda muitos presentes (roupas, sapatos, brinquedos), o preferido delas foi um par de patins, para cada. Segundo L., ela e a irmã estavam brigando muito, então o pai disse, num telefonema, que, se elas se comportassem e parassem de brigar, ele mandaria os patins para as duas. Foi o que aconteceu, elas obedeceram e receberam o presente.

Neste caso, a relação laços de sangue/fluxo de dinheiro é nítida; a todo o momento as irmãs mostravam que sua relação com o pai está baseada no recebimento de remessas. Quando perguntei se elas falavam sempre com o pai, elas me disseram que falam quase todo dia; pelo telefone e pela internet; quando quis saber o que conversam com o pai, elas disseram que ele sempre pergunta se elas estão estudando direito e aí diz, segundo La: ‘se vocês não estiverem estudando direitinho, não mando mais nada para vocês’. Fica clara a forma que o pai encontrou para continuar se relacionando com as filhas e de manter uma figura de autoridade e respeito mesmo ausente fisicamente há anos.

Elas disseram, também, que não lembram direito da partida do pai, mas sabem que ‘ele foi para trabalhar e ganhar dinheiro para a gente e minha mãe’, acrescenta L. Também me contaram, muito animadas, que o pai deve voltar este ano e que vão se mudar para uma casa nova – está terminando de ser construída. Como elas disseram que o pai vai voltar, aproveitei para perguntar se ficam pensando como vai ser viver com o pai depois desse tempo; as meninas me responderam que acham que vai ser legal e que, quando o pai voltou de Portugal (antes de ir aos EUA), elas não o reconheceram: ‘a gente via ele e saía correndo, a gente não conhecia ele, aí ele deu três reais para mim, três reais para L., aí ficou tudo bem’ (disse La)” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

As remessas – não somente na forma de presentes, brinquedos, mas também como dinheiro que custeará a melhora de vida das famílias –, além de compreenderem ponto de calorosas discussões entre os filhos de emigrantes que entrevistamos, são também acionadas em falas que tentam explicar o porquê de os pais terem partido; isso aconteceu principalmente quando conversamos com crianças bem pequenas (de 5, 6 anos) – quando pergunto se sabem por que seus pais emigraram, uma garotinha de 5 anos responde: “meu pai foi para comprar presente para mim”; um outro garoto, da mesma idade, diz quase incrédulo: “meu pai foi para construir uma casa para gente, ué?!”.

Inseridas nesse mesmo panorama das “sociedades de remessas” e das presenças substituídas e aliviadas por presentes e dinheiro, estão outras peculiaridades das famílias transnacionais: as diferentes formas de sentir e de conviver entre familiares, apesar da distância que os separa fisicamente, desenvolvidas pelos “transmigrantes”. O caso valadarense é um exemplo da forma como se dão essas relações que passam a ser intermediadas pelo dinheiro – seguindo o pressuposto de que o fluxo de dinheiro opera como substituto para as relações familiares (MACHADO, 2006, 2010).

À luz dessas considerações, sugerimos uma retomada da noção “*stay in touch*” desenvolvida por Baldassar (2007) ao analisar as formas de apoio emocional desenvolvidas por famílias transnacionais. Reproduzindo o que Finch (apud BAL-

DASSAR, 2007, p. 389) identificou como coisas/comportamentos que se trocam entre familiares, Baldassar afirma que as famílias transnacionais criam formas diversas para estabelecer essas trocas. “*Stay in touch*” é uma dessas formas e depende de tecnologias de comunicação e de transporte para a sua efetiva realização.⁴⁴ A partir desse “pressuposto nativo”, Baldassar diferencia os emigrantes que deixaram a Itália há mais de 30 anos dos que deixaram a Europa há menos de 20, levando em conta os instrumentos disponíveis para a viabilização do contato permanente (de viabilização do “*stay in touch*”) nesses dois momentos.

A profunda revolução tecnológica das telecomunicações observada nas últimas duas décadas provoca o que a autora chama “morte da distância”: com a internet, os celulares, etc., é possível haver comunicações rotineiras entre os membros das famílias transnacionais. Como já disse anteriormente, o ponto fundamental da manutenção das famílias transnacionais valadarenses deve ser a convergência laços de sangue/fluxos de dinheiro, entretanto, a questão concernente à dita “morte da distância” é muito presente na realidade

44 No caso valadarenses, as tecnologias de transporte não importam tanto, pois, como se trata de migrações irregulares em sua maioria, os emigrantes que deixam Governador Valadares não podem ir e voltar dos seus países de destino quando bem entenderem; além disso, os projetos migratórios analisados configuram histórias de vida de pessoas carentes que arriscam o pouco que têm na vida para buscar alguma melhoria na sua terra de origem.

dessa sociedade. Inúmeros namoros virtuais são descritos pelos valadarenses, alguns que se transformam em noivados antes mesmo do contato físico; quando conversávamos com as crianças, todas diziam que falavam com seus pais diariamente, sobretudo pela *internet* e telefone; além disso, com as *webcams* – item quase obrigatório nos computadores das *lan-houses* da cidade – podem até ver seus pais, mostrar trabalhos de escola, etc. O advento dos novos meios de comunicação inauguram novas formas de sociabilidade que, somadas ao envio e recebimento contínuo de remessas, corroboram a existência das famílias no contexto transnacional. Em alguns casos, essa comunicação constante pode compreender amostra de afeto e carinho por parte dos pais em relação a seus filhos no Brasil:

“C. diz que seu pai não gosta nem um pouco da possibilidade de ela namorar algum garoto aqui em Valadares, ela diz que quando ele fica sabendo de alguma coisa brinca com ela dizendo que vai sair do telefone e esganá-la caso ela se envolva com alguém; entretanto, depois de muito reclamar desse comportamento do pai, a menina afirma: ‘no fundo eu até gosto que ele tenha ciúmes, eu me sinto protegida, sabe?’” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Em outros casos, a possibilidade de ver o parente ausente pela tela do computador pode trazer, ao invés de conforto, mais saudades, como vemos na fala de C., cujo marido estava nos EUA e o filho, segundo ela, não estava lidando tranquilamente com a situação:

Porque o irmão dele até tem uma internet... Ele foi lá semana passada ver o pai dele, e eu achei que foi pior. Sabe? É assim... Durante esta semana mesmo... Já é a segunda vez que ele dá essa recaída pelo telefone, mas eu acho que é devido à internet da semana passada. Eu não sei, né, se pode ser isso, mas eu creio que sim (Relato de C.).

Para L., de 9 anos, a *webcam* possibilitou rever os pais, que não via há muitos anos, e, segundo ele, relembrar a figura deles, pois já havia esquecido:

“os pais moram nos Estados Unidos desde quando ele era bem pequeno, bebê, segundo ele. Ele não se lembra muito dos pais e vive com os tios, primos e irmão mais novo – seus irmãos mais velhos moram com os avós. Disse que não conversa muito com os pais: ‘eles trabalham muito’. E disse que ficou muito feliz quando os viu pela *webcam* pois não lembrava como eles eram” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Claudia Fonseca (2007) comenta a modificação do conceito de distância proporcionada por essas novas tecnologias que ampliam as redes de comunicação e contato entre as pessoas: “Dessa forma, muitos migrantes exercem uma autoridade influente, participando de forma rotineira nas decisões da vida doméstica de pessoas morando a milhares de quilômetros de distância” (FONSECA, 2007, p. 29).

A participação dos emigrantes que estão no exterior na vida doméstica em seus países de origem é vista quando conversamos com as crianças sobre a forma como os pais conduzem a sua educação – se deixam sair muito, brincar

na rua, etc. Os adolescentes são os mais queixosos, e suas queixas dizem respeito, principalmente, às dificuldades de conseguir a permissão para sair de casa tanto do pai quanto da mãe (quando somente um deles está fora), ou dos avós e tios que cuidam deles (quando pai e mãe emigraram), pois os responsáveis por eles em Governador Valadares se sentem receosos em relação a possíveis incidentes e, sobretudo, com a opinião dos pais ausentes (que podem não concordar com as decisões tomadas). Além disso, quando conversamos com algumas mães de crianças cujos pais estão no exterior, muitas disseram que têm suas decisões refutadas, colocadas em xeque, por seus maridos (ou ex-maridos), que mesmo a milhares de quilômetros de distância permitem seus filhos fazer o que a mãe os tinha proibido.

“Disse-me, ainda, que as crianças ficam felizes com os presentes e que é muito difícil ser a mãe que fica no Brasil nessa situação, pois, além de ter que criar os filhos sozinha, precisa conviver com uma suposta autoridade que o pai insiste em reiterar mesmo de longe e que muitas vezes ele a desautoriza perante as crianças.

[...]

Antes de deixar a escola, conversei um pouco com J. e a diretora, mãe de dois filhos, cujo marido está nos EUA há 4 anos – as duas comentam a dificuldade que é ser mãe nesse contexto e que o grande problema está no fato de os pais ausentes serem muito condescendentes com seus filhos que estão no Brasil e que, muitas vezes, eles desautorizam as mães presentes: F. diz que no dia anterior havia proibido a filha de fazer um passeio, não satisfeita com a ordem da mãe, a meni-

na ligou para o pai nos EUA e pediu sua autorização, o pai a concedeu na mesma hora e lá foi a menina para o tal passeio. Ao fim da história, J., cujo marido viveu em Portugal por 3 anos, disse que o mesmo acontecia com ela.

[...]

No fim da conversa, L. [14 anos] diz sobre como é viver com o pai e conviver com a ausência da mãe: ‘pela minha mãe, eu não faço nada, só fico em casa. Meu pai também não deixa eu fazer nada, porque acha que se acontecer alguma coisa comigo a culpa vai cair tudo nele. Aí é chato né? Mas eu não fico em casa, não!’” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Anteriormente, caminhávamos em direção a um debate acerca da noção da saudade em Governador Valadares. O primeiro campo trouxe algumas reflexões nesse sentido, uma vez que a forma como as pessoas que entrevistamos encaravam o “sentir saudades” era substancialmente diferente da forma como fazíamos, o que trouxe à tona suposições sobre uma maneira particular valadarense de lidar com a ausência de parentes próximos por anos e, por conseguinte, com o sentimento de saudade advindo dessa ausência. No entanto, abandonamos, em partes, tais suposições à medida que identificávamos nos discursos que ouvimos inúmeras evidências as quais levaram a crer que, até certo ponto, os valadarenses sentem saudades como nós sentimos, como todos “devem” sentir. Sobre essa questão, apresentamos um trecho de diário de campo:

“Além disso, o que nos chamou atenção foi o fato de o psicólogo nos dizer que não é somente a ausência problemática, como também o retorno problemático, pois grande parte das crianças viu o pai e/ou a mãe partir para o exterior quando eram muito pequenos; assim, quando há o retorno de figuras que, durante tantos anos, não passaram de virtualidade, as crianças se veem em meio a estranhos, pessoas com quem não têm intimidade alguma, uma vez que mal as conhecem. Em muitos casos os filhos não reconhecem na mãe biológica a figura materna, mas, sim, na pessoa que os criou. Sobre esta questão, C. observa que, quando os pais partem, os filhos são muito novos, as crianças nem chegam a sentir saudades deles” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Neste momento, sustentamos que a reestruturação familiar observada em Governador Valadares, dada, essencialmente, pela substituição de relações de parentesco por envio de remessas, não só corrobora a manutenção desses laços familiares através do tempo e da distância, como também “mascara” a saudade provocada pela ausência física, em certa medida, pois a compensa com uma presença simbólica e com a dita “morte da distância”, os parentes podem se tornar presentes virtualmente. Como já observamos, o grande avanço tecnológico vivido nos últimos 15 anos, principalmente no âmbito das comunicações, proporciona um redimensionamento do mundo. Isso exemplifica diversas falas de familiares de emigrantes: “ele (ela) continua presente” é uma frase rotineira em entrevistas; outra evidência desse fato é a enorme quantidade de *lan-houses* na cidade, que estão sempre lotadas.

Os filhos da migração transnacional passam pelas reestruturas familiares ocasionadas pela ida de seus pais para o exterior e por outros desdobramentos dessa experiência, desenvolvendo formas de atribuir significações a essas questões. Quando recebem presentes e remessas, recebem, como já afirmamos, a prova da sobrevivência de seu núcleo familiar. Tanto as crianças menores quanto os adolescentes afirmam a todo momento que sua condição atual é apenas temporária – mesmo que morem por longos períodos com avós, tios e/ou outros parentes e que não saibam como serão efetivamente suas vidas quando os pais voltarem à cidade, deixam claro que esperam pelo dia em que a família se reunirá novamente, em que o parente ausente retornará ao país.

“C, tem 5 anos e é o irmão mais novo de L. (8 anos), quando perguntei com quem ele morava ele me respondeu: ‘com minha mãe’; nesse momento, o irmão mais velho o corrigiu, dizendo: ‘com a tia! É tia! A mãe tá nos Estados Unidos’. Os pais dos dois estão nos Estados Unidos desde quando C. era bebê” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Esse episódio relatado no diário de campo é muito elucidativo; o irmão mais velho repreende o mais novo quando este nomeia de “mãe” a tia que os cria e o faz no sentido de estabelecer que a mãe, biológica, existe e está presente de alguma maneira em suas vidas a despeito de sua ausência durante cinco anos; a tia não se tornou a mãe, é isso que o irmão mais velho quis esclarecer: haverá o momento em que

seus pais retornarão e terão a mãe cumprindo seu papel, que, neste momento, se transferiu à tia.

Além dessa “presença simbólica” oferecida pelas remessas e presentes, há a centralidade dessa questão para a existência das famílias transnacionais valadarenses, na medida em que observamos ser este o eixo central das relações entre os filhos que estão na cidade e seus pais no exterior:

“Fui então conversar com os alunos, eram 7 ao total, todos mais ou menos da mesma idade (entre 13 e 14 anos); como pareciam se conhecer, perguntei se os incomodava conversarmos todos juntos, eles disseram que não. Fomos então para a sala de leitura da biblioteca da escola, onde conversamos por uns 40 minutos; eram todos muito falantes e descontraídos. Eram eles: E., de 13 anos, seu pai está nos EUA há 8 anos; H., 14 anos, o pai está nos EUA há 9; A., seu pai está há 10 anos nos EUA, e ela tem 14; C., de 14 anos também, o pai está em Londres há 4 anos; M., 13 anos, o pai está nos EUA há 9 anos; S., 14 anos, sua mãe está em Portugal e seu pai está na Espanha, há cerca de 6 anos e; V., 16 anos, seu pai está em Portugal há 7 anos.

Todos têm inúmeros casos de emigrantes na família, segundo M.: ‘é mais fácil você perguntar quem da minha família não tá na América do que eu dizer quem tá lá!’. São tios, primos, primas, além dos pais, claro; e, na maioria das vezes, os familiares moram próximos no exterior (em alguns casos, moram na mesma casa). Quando eu perguntei o que eles sentiram, acharam, quando os pais partiram, todos disseram que pouco se lembram, porque eram bem pequenos; somente E. diz que o pai falou que iria sair para comprar queijo e nunca mais voltou – segundo ela, ‘foi tranquilo, quando vi ele já tinha ido, não fiquei triste, não’; S. é, ela própria, uma emigrante – quando seus pais foram para Portugal pela primeira vez a levaram, e a menina, de apenas 14 anos, já foi e voltou de lá umas três vezes;

hoje mora com a tia e com os primos e diz que se dá muito bem com eles e que não pretende voltar para Portugal.

O que há de comum entre todos esses adolescentes é o fato de seus pais serem divorciados/separados (somente os pais de A. são casados), e, assim, a todo momento reclamam de suas madrastas ou padrastos em suas falas – madrastas principalmente. M. e E. são as que demonstram mais indignação e revolta em relação às outras mulheres de seus pais, essas reclamações veementes pautam-se sobretudo na questão de as madrastas, que também estão no exterior, controlarem e, em alguns casos, impedirem o envio de dinheiro e remessas destinadas às adolescentes. E. diz que muitas vezes a madrasta ‘rouba’ os presentes que o pai lhe mandaria; M. diz que muitas vezes, quando liga para pedir dinheiro ao pai, sua madrasta não passa seus recados ou simplesmente diz que o pai não enviará nada a ela. V. é o único a alegar não ter problemas com a madrasta, pelo contrário, diz ele: ‘é ela quem me ajuda a pedir mais coisas para o meu pai’ – nesse caso, a mulher de seu pai está aqui em Valadares e, provavelmente, também vive do envio das remessas do marido que está em Portugal.

Outro ponto problemático na vida familiar desses adolescentes, segundo eles mesmos, são os ‘meios-irmãos’ – todos os que os têm sentem ciúmes e exigem dos pais ausentes tratamento igual e indiferenciado. M. expressa a raiva que tem da madrasta e do seu irmãozinho fazendo gestos com a mão e dizendo: ‘você não acredita! Minha madrasta compra biscoitinho de 12 dólares pro meu irmão que mora na América’; logo depois diz: ‘eu falo pro meu pai que eu nem quero saber... ele tem que me dar tudo o que ele dá para ele [o irmãozinho], igualzinho’. E. também reclama dizendo ter descoberto que na planta da casa que o pai pretende construir aqui não tem um quarto só para ela, enquanto seu meio-irmão terá um quarto só seu” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Para os filhos da migração transnacional, a convivência com as decorrências da experiência emigratória de seus pais é o custo da possibilidade de alguma ascensão financeira – que, segundo eles mesmos, é compensatória. É claro que em algum momento sofrem com a ausência dos pais por longos anos (alguns desenvolvem problemas sérios de depressão, outros rompem as relações com os pais), porém, o comum é que eles entendam a decisão dos pais, sendo o recebimento de presentes e remessas uma espécie de “prestação de contas” destes que estão ausentes, como amostra de que, mesmo longe, vivem em função de seus filhos.

Assim, pensamos que, sob a perspectiva das crianças e adolescentes, a experiência emigratória dos pais não constitui, necessariamente, um malefício na vida dos filhos que ficam em Governador Valadares; entretanto, sob a perspectiva de professores/as, pedagogos/as, psicólogos/as e outros adultos que convivem com estas crianças, os pais que decidem emigrar cometem um “crime” contra a vida de seus filhos. Por quê?

O OLHAR DOS ADULTOS SOBRE AS CRIANÇAS

Ao longo dos trabalhos de campo realizados em Governador Valadares, desenvolvemos estratégias diversas para empreender a pesquisa etnográfica; antes de uma questão metodológica sobre como analisar os discursos das crianças e como estabelecer relações de intersubjetividade com estas,

as dificuldades compreendiam uma questão de inserção propriamente dita: como pensar nas formas de analisar, observar e apreender a realidade dessas crianças se o maior desafio que se apresentava era encontrá-las e ouvi-las?

A Antropologia da Criança, como já discutido anteriormente, propõe-se a incluir as crianças nas análises antropológicas na medida em que são tomadas como seres sociais plenos – em oposição à visão do ser social a se tornar pleno – e inseridas em relações sociais múltiplas às quais concebem significado continuamente. Sendo assim, tomar sua perspectiva é tão válido quanto tomar a dos adultos quando se intenta compreender um fenômeno. As dificuldades de inserção entre as crianças durante as visitas a Governador Valadares se deram, sobretudo, no sentido da autorização que precisávamos dos adultos para chegar até elas; esses adultos eram seus pais – que diziam que seus filhos não tinham nada a falar e questionavam a intenção de estabelecer relações com estes para tratar do assunto da emigração. Os professores, coordenadores pedagógicos, diretores das escolas que visitamos e os educadores, funcionários da Secretaria Municipal de Educação não entendiam por que estávamos ali e diziam que os filhos da migração transnacional são alunos como outros quaisquer.

Foi principalmente no segundo trabalho de campo que tivemos contato com o que chamaremos “olhar dos adultos sobre as crianças”: enquanto na primeira ida à cidade

pensamos que a impossibilidade de inserção entre os filhos dos emigrantes se referia às dificuldades referentes à inserção no campo em si, percebemos, na segunda, que essa defesa por parte dos adultos em relação às reticências de conversar com crianças constituía um dado relevante em si mesmo. Foi somente diante da impossibilidade de conversar com os alunos que nos dedicamos a ouvir os responsáveis pela sua educação e, então, tivemos acesso a discursos que, majoritariamente, tratavam da emigração como um problema e se opunham, claramente, aos discursos dos filhos da migração transnacional com quem, ainda que por caminhos inesperados, conversamos.

“Quando saímos de lá [da Secretaria da Educação] foi como estivéssemos emergindo de um mar de burocracias: foi somente em minha terceira visita à SMED⁴⁵ que consegui estabelecer um contato direto com o órgão através de alguns de seus funcionários (funcionárias, primordialmente). A visão de todas é muito crítica em relação ao fenômeno da emigração que permeia a cidade, porém a inexistência de formalidades – tanto de reclamações como de projetos educacionais voltados para esta questão – nos deixou intrigados. Se existem tantos problemas, que são do conhecimento de todos na SMED, por que não existe qualquer iniciativa por parte do órgão para lidar com estes? Pensamos que pode ser falta de vontade política; ou pouca vontade de encarar a emigração, fenômeno tão presente nas histórias de vida de todos que trabalham lá (uma vez que são valadarenses), como algo que apesar de estar arraigado na realidade da cidade traz

45 Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares.

desdobramentos nem sempre positivos. Pensamos em várias possibilidades, mas não chegamos a nenhuma consideração bem definida – ainda. Os discursos das funcionárias, ex-professoras, mostraram-se bem afinados quando dizem respeito aos problemas dos alunos filhos de migrantes, entretanto, quando diz respeito aos questionamentos destes problemas com a intenção de minimizá-los, tornam-se discursos pouco eloquentes, vazios e descontraídos. Após esta tarde, estamos mais instigados: a realidade dos ‘filhos da migração transnacional’ se descortina, aos poucos, começando pelo olhar de quem os educa e se mostra problemática a partir do momento que suas dificuldades, ao invés de serem sanadas, transformam-se em casos exemplares trazidos à tona em falas permeadas de moralidade.

[...]

Ontem houve uma reunião na SMED, e um dos pontos discutidos foi a questão do ensino e aprendizagem das crianças filhas de emigrantes – segundo ela, há um déficit real no aprendizado destas; além disso, essas crianças são vistas como tristes e com baixa autoestima. L., enquanto educadora, mostra em sua fala o que pensa, em certo sentido, a maioria dos educadores, ou pelo menos, a SMED. Esse pensamento segue o que já havíamos observado no último campo: há um discurso moralizante por parte dessas pessoas, que associa a emigração a um erro, uma opção que degrada as famílias e sobretudo a vida das crianças envolvidas no processo” (Trecho diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Como descrito na sessão anterior, a existência transnacional das famílias valadarenses se apoia na relação laços de sangue/fluxos de dinheiro, e, para os filhos dessas famílias, o recebimento constante de presentes e remessas constitui a

principal maneira de manter e reproduzir relações com seus pais ausentes. Mesmo que em alguns momentos reclamem da distância e das saudades, essa construção de relações de parentesco baseadas nas remessas não é questionada por eles em termos de uma condição desfavorável em relação às famílias ditas normais. Quando conversamos com os professores e educadores, a manutenção dos laços de sangue através dos fluxos de dinheiro no contexto migratório transnacional se confirma. Entretanto, seus olhares dirigidos a essas famílias revestem-se de moralidades; suas falas se ancoram na oposição dessa constituição familiar em relação à constituição familiar tida, por estas, como normal. Nesse sentido, elas seguem o que mostra Claudia Fonseca quando aborda a problemática que envolve a análise das famílias em classes populares: estas são sempre analisadas em termos da falta, da diferença, em relação à primazia da família nuclear burguesa enquanto modelo a ser seguido.

Sobre essa questão, apresentamos a fala de uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação e um trecho do diário do segundo trabalho de campo referente a uma conversa com um psicólogo que trata de crianças – sendo alguns de seus pacientes, filhos de emigrantes:

Lugar de pai e mãe é ao lado do filho. As crianças ficam perdidas (Relato de uma funcionária da SMED).

São crianças mimadas, indisciplinadas e que são colocadas na ‘confusão feita pela família’ quando os pais decidem sair daqui (Relato de um assistente social da SMED).

“O psicólogo ainda nos disse que essas crianças filhas de emigrantes perdem a referência do modelo de família, pois convivem com avós, tios e primos” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Quando julgam a normalidade dessas famílias em relação a outras, esses adultos colocam os filhos da migração transnacional numa posição de vítima em seus discursos: para eles, não há a possibilidade de entendimento por parte de uma criança em relação aos significados da emigração de seus pais. Há, nesse momento, uma imbricação desses discursos com a maneira pela qual as primeiras análises antropológicas que incluíam crianças pensavam a infância e a agência infantil – é como se, ao deslegitimar a naturalidade com que as crianças pensam sobre a própria realidade, os professores, educadores, funcionários deslegitimassem a própria capacidade destas de refletirem sobre suas próprias experiências enquanto seres sociais. Os filhos de emigrantes em Governador Valadares são vistos pelos adultos responsáveis por sua educação formal como joguetes apenas, que sofrem a partir de uma decisão tomada por seus pais e, mesmo que digam entender, de fato, não entendem. Sobre essa questão:

“Nesse momento, há um contraponto claro entre o que dizem os adultos e o que dizem as crianças. Este discurso divergente se aproxima, em algum sentido, das discussões acerca da sexualidade entre as crianças [em alguns textos da disciplina Antropologia da Criança]: como se os adultos,

revestidos de valores morais e de comportamentos esperados, ignorassem a capacidade das crianças em atribuir sentido e significado às próprias experiências – significados estes que nem sempre condizem com a conduta moralizante esperada pelos adultos. Há a saudade dos pais, mas há, também, a aceitação dessa condição, uma certa naturalização que vai ao encontro das experiências que estes meninos e meninas têm na vida. Elas têm pais, porém seus pais não são como os outros – ou, ainda, não são como os educadores esperam que os pais sejam. O absurdo desta condição, observado pelos professores, não é notado pelas crianças, que, apenas ressignificam sua ideia de relacionalidade a partir da experiência da ausência de seus pais” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

O ponto de vista das crianças tende a ser desconsiderado, e é nesse sentido que se encaminham os discursos dos adultos sobre a forma como as crianças compreendem a experiência emigratória de seus pais. A fala a seguir exemplifica muito bem essa questão concernente à deslegitimação da elaboração de entendimento sobre a vida social realizada pelas crianças:

[as crianças] podem até te falar que por elas tudo bem viver sem os pais. Isso é o que elas falam, não é o que elas sentem (Relato de uma professora e funcionária da SMED).

É a partir desta ideia de que a emigração traz desestrutura familiar e que os filhos dos emigrantes não são capazes de compreender efetivamente essa experiência em suas vidas que os adultos reproduzem falas muito bem alinhadas, re-

ferindo-se aos inúmeros transtornos ocasionados pela emigração na vida dessas crianças. Como os adultos com quem conversamos são, sobretudo, profissionais da área de educação – uma vez que as visitas se concentravam nas escolas dos bairros e na Secretaria da Educação –, os problemas trazidos à tona por eles remontam a questões concernentes à vida escolar dessas crianças (ordem disciplinar, aprendizagem). A problemática do abandono, da ausência, da presença insubstituível dos pais para o bom desenvolvimento dos filhos e enquanto provocador de problemas na vida escolar se radicaliza, para esses adultos, quando discutem as remessas e os presentes: para eles o dinheiro se apresenta na vida dessas crianças como uma substituição ilusória que as transforma em pessoas “mimadas e arrogantes”. Assim, é fazendo alusão ao fluxo constante de remessas que as professoras e diretoras justificam o mau comportamento, a indisciplina, a introspecção, a quietude – ou seja, quaisquer anormalidades – dos alunos cujos pais emigraram. Os inúmeros trechos do diário do segundo campo apresentados a seguir elucidam essa questão:

“A ausência dos pais e a criação dos avós contribuem para a formação dos ‘adolescentes-problema’, como elas mesmas classificam: o choque geracional presente na relação avós/netos, sem a intermediação dos pais, acaba por formar crianças e adolescentes sem limites. Conjugada com este ‘choque’ está a compensação material da ausência realizada pelos pais – segundo elas, as crianças filhas de emigrantes são ‘mimadas e arrogantes’; são criadas por avós que já não têm energia para

fazê-lo e recebem dos pais tudo o que desejam no plano material. Quando estão na escola não respeitam a autoridade do professor e se sentem superiores aos outros alunos (sem pais emigrantes), pois possuem os melhores celulares e video games, os tênis da moda, os cadernos e mochilas mais bonitos, etc. São estas crianças ‘mimadas e arrogantes’ que se tornam ‘adolescentes-problema’ [...]

[segundo a diretora da escola] Embora recebam muitos presentes com a ida de seus pais ao exterior, convivem com questões em si mesmas que refletem o abandono a qual foram submetidas tão cedo; há tentativas de compensação, mas a presença é insubstituível. [...]

Nas escolas e na Secretaria da Educação, o discurso das profissionais é unânime: a única ‘coisa’ que as crianças, filhas de emigrantes, têm dos pais são os presentes e o dinheiro que lhes possibilitava comprar diversas coisas. [...]

A fala crítica recorrente destas mesmas pessoas é a de que a presença é insubstituível, que não bastam presentes e que a vida/o desenvolvimento sobretudo emocional destas crianças é prejudicado pela manutenção desta ‘convivência ilusória’ por anos; outro agravamento, segundo elas, é o interesse financeiro das pessoas que se dispõem a cuidar delas, uma vez que são elas quem recebem e administram o dinheiro que é enviado do exterior para educá-las” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Esta associação entre a ausência dos pais que emigraram, a indisciplina de seus filhos na escola e a ideia de que presenças são insubstituíveis pode ser vista claramente na revista em quadrinhos “Um presente especial” (MENDONÇA, 2008), desenvolvida pelo Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT) na cidade e que foi distribuída na rede escolar muni-

cipal. Trata-se da história de Richard, um garoto cujos pais estão nos EUA e que mora com a avó, e de Augusto, amigo de Richard, que mora com os pais em Valadares. A história gira em torno do fato de o primeiro ter acesso a todo e qualquer modelo de brinquedo – afinal, os pais não param de mandar presentes – e o outro não. Richard pede aos pais que estão na América um floco de neve de presente, os pais tentam explicar que seria impossível, mas, para o menino, nenhum presente é impossível para os seus pais, e, assim, a relação laços de sangue/fluxos de dinheiro enquanto índice mantenedor das famílias no contexto transnacional valadarense é apresentada às crianças revestida de inúmeros julgamentos morais acerca da aproximação família-dinheiro. Apresentamos, a seguir, a reprodução de um diálogo presente em um dos quadrinhos da revista:

“Amigo: – Floco de neve? Ficou doido? Não tem como!

Richard: – Em dólar, meu amigo, meu pai compra até a neve inteira!

Amiga: – Minha nova coleção de Barbie deve chegar esta semana. Não aguento mais esperar!” (MENDONÇA, 2008).

Nesse momento, as discussões de Viviana Zelizer, socióloga econômica, se fazem pertinentes: a autora realizou inúmeras pesquisas em torno da questão do dinheiro enquanto algo que sempre foi relegado à esfera da economia, nunca se aproximando de questões efetivamente sociais, culturais. Em seu artigo *The Social Meaning of Money: “Special Monies”*, a

autora retoma inúmeros trabalhos que faziam referência ao dinheiro, indicando que estes davam ênfase à ideia do dinheiro em termos de mercado, excluindo qualquer possibilidade de aproximação com questões concernentes às relações sociais, religiosas, pessoais.

“Uma clara dicotomia é estabelecida entre dinheiro e valores morais. O dinheiro na sociedade moderna é definido como essencialmente profano e utilitário em contraste a valores não instrumentais. O dinheiro é qualitativamente neutro; os valores pessoais, sociais e sagrados são qualitativamente distintos, imutáveis e indivisíveis” (ZELIZER, 1989, p. 347).

É a partir desses pressupostos, dessas visões que demarcam claramente o dinheiro como pertencente ao campo das relações econômicas estritamente que Zelizer propõe novas apreensões das análises tanto sociológicas quanto antropológicas que tragam o dinheiro em suas discussões. Essa interdependência é necessária, segundo a autora, pois não se pode dissociar o dinheiro da dimensão social que o engendra; antes de mero índice mercadológico, quantitativo e fetichista, o dinheiro “profano” pode compreender valores qualitativos, morais, pessoais e adentrar as esferas “sagradas” da vida social.

“Está faltando uma conexão, uma interdependência na abordagem tradicional ao dinheiro. Impressionados pelas características fungíveis e impessoais do dinheiro, os pensadores sociais tradicionais enfatizam sua racionalidade instrumental e capacidade aparentemente ilimitada de trans-

formar produtos, relações e, às vezes, até mesmo emoções em um equivalente numérico abstrato e objetivo. Ele pode ‘corromper’ valores em números, mas valores e sentimento reciprocamente corrompem o dinheiro ao investi-lo de significados moral, social e religioso” (ZELIZER, 1989, p. 347-348).

Assim, pensamos que o discurso dos adultos sobre a realidade dos filhos da migração transnacional articula tanto a ideia de que não se deve levar em conta o que as crianças dizem sobre suas próprias realidades – uma vez que são crianças – quanto a ideia de que o dinheiro, o monetário, corrompe toda e qualquer relação subjetiva que se estabelece a partir dele. Para os professores, educadores e diretores, a suposta naturalização, pelas crianças, da ausência dos pais e da ideia de que suas famílias existem transnacionalmente através do fluxo contínuo de dinheiro é absurda, incompreensível, inaceitável e responsável pela correlação que eles fazem entre emigração e problema. E, como num movimento que se retroalimenta, essas visões não cessam: a sobrevivência das famílias transnacionais é deslegitimada, pois se ancora na lógica “laços de sangue/ fluxos de dinheiro”, que aproxima dinheiro e relações familiares. As crianças, por sua vez, não devem ser levadas em conta, primeiro, por serem crianças e, depois, porque não veem na aproximação dinheiro/relações familiares algum tipo de problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procuramos indicar a complexidade dos processos migratórios no que se refere aos filhos que permanecem no Brasil, no caso, na cidade de Governador Valadares. A primeira constatação é que há uma diferença entre o ponto de vista dos adultos que pensam o processo, principalmente as professoras envolvidas na educação formal da criança, e o ponto de vista das próprias crianças. Os mecanismos que os “pais ausentes” têm para manter a relação (envio de presentes e de remessas) e os arranjos familiares para o cuidado com a criança (criação por avós ou tias, mais frequentemente) são condenados pela sociedade mais abrangente. Os arranjos familiares são vistos como fracos, pois não dão conta de impor autoridade sobre as crianças, e os mecanismos de manutenção da relação são considerados como potenciais “estragadores” de crianças, pois acabam por mimá-las demais. O mimo excessivo e a falta de autoridade causariam um desajuste juvenil.

Mas, quando ouvimos as crianças, percebemos que elas, com diferenças óbvias devido à variação de suas idades, não condenam os pais pela ausência e sabem que os presentes e dinheiro são uma forma de eles se manterem próximos. O valor do presente, para as crianças, é menos o presente em si e mais a constante reafirmação de que a relação continua a *existir*. Por outro lado, todas na nossa pequena amostra sentiam como naturais os arranjos feitos para a criação delas na

ausência dos pais, sem identificar com isso uma ausência de autoridade por parte da mãe, que em geral continua a exercer o papel que se espera dela mesmo a distância. Percebemos também que algumas das crianças que passaram pela experiência da migração têm muita consciência do esforço que fazem os pais e se sentem reconfortadas por isso, num reconhecimento da vontade deles em investir no futuro da família.

O amadurecimento precoce dessas crianças parece também ser uma consequência da movimentação dos pais, pois desde cedo são confrontadas com situações que exigem uma reflexão sobre a natureza da família, a importância das relações e a responsabilidade com irmãos mais novos. Sem contar que a ausência, embora aceita, é sempre vivida como um sofrimento, uma espécie de desequilíbrio constante que precisa ser enfrentado, vivido.

Como vimos no primeiro capítulo, a migração aparece como uma espécie de “jogo arriscado”, que impõe riscos à família e, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de melhor estruturar o núcleo familiar num lugar de poucas opções econômicas. Os riscos podem levar à própria dissolução familiar, à separação, a dificuldades de vários tipos, mas eles têm sido vistos em Valadares como menores que o desejo de estabelecer melhores condições a essa mesma família que se “ameaça” ao emigrar. Certamente, muitos são os casos dramáticos propiciados por essa aventura arriscada, e temos visto que estes acabam por se tornar paradigmáticos,

tendo uma reverberação muito grande. Cabe agora investigar a relação exata entre o “discurso pessimista” dos adultos e os fatos efetivos da migração.

A importância da experiência migratória na sociedade valadarense é clara: o fenômeno, que se reproduz há décadas, apresenta-se como parte do imaginário popular inerente a essa sociedade, e, portanto, é inegável sua existência transnacional, que ultrapassa fronteiras e subtrai distâncias. A imensa rede que liga Governador Valadares a vários lugares do mundo, principalmente EUA e Portugal, gera não somente facilitações para a emigração, mas, sobretudo, modifica as formas de relações pessoais nessa sociedade – que se dão, a todo momento, entre países através de seus familiares que subtraem as ausências em conversas de vídeo pela internet e, ainda, são materializadas em benefícios financeiros (presenças, remessas de dinheiro, viagens, passeios, etc.).

Sobre essa materialização, Sahlins afirma, ao discorrer sobre o trabalho de Hauófa sobre o caráter transcultural que caracteriza as sociedades insulares do Pacífico: “aquilo que aparece como ‘remessas’ e ‘pagamentos’ é apenas a dimensão material de uma circulação de pessoas, direitos e cuidados entre as ilhas natais e os lares alhures” (SAHLINS, 1997, p. 140). Os bens, o dinheiro apresentam-se no contexto valadarense como fator de troca que estabelece a perpetuação das relações entre os emigrantes e seus familiares – entre os emigrantes e seu país natal.

As razões que levam os valadarenses a emigrar tornam-se cada vez mais complexas – não são somente as redes de facilidades, tampouco os benefícios financeiros que conduzem esses cidadãos ao exterior para trabalhar; outros fatores se engendram para a reprodução desse fenômeno que não deve ter seu fim decretado por causa da crise econômica global, como acreditam alguns representantes das classes médias e altas da cidade. O que se vê nas periferias é a contínua ida de valadarenses para Portugal, EUA e outros países. O que importa nessa perspectiva é a possibilidade, ou não, de enviar remessas do exterior para familiares em Valadares. Dessa forma, a perpetuação dos projetos migratórios não depende de crises econômicas, exclusivamente; depende, prioritariamente, da persistência da circulação de bens, do envio de remessas em geral.

Os filhos de emigrantes valadarenses constroem, assim, suas relações de parentesco incessantemente: a cada conversa via internet, a cada caixa de presentes recebida, a cada viagem ou passeio proporcionado pelos dólares, ou euros, enviados por seus pais. Retomamos aqui a afirmação de Viviana Zelizer de que, da mesma forma que o dinheiro pode corromper relações pessoais (como afirma a grande maioria dos trabalhos em Ciências Sociais que abordam o dinheiro e as transações econômicas), as relações pessoais também podem corrompê-lo, agregando valor simbólico a ele. Consideramos que é esse movimento “corrupto” que os filhos da migração transnacional fazem ao reelaborar suas relações familiares a partir da ida

do pai, mãe ou ambos ao exterior. Não pretendemos aqui, contudo, afirmar que os custos da experiência migratória são baixos ou irrelevantes; é claro que existem desdobramentos indesejáveis, sofrimento e questões emocionais implicadas. Afinal, essas famílias convivem com o risco iminente de se esvaír em meio à distância, ao tempo e à ausência.

Enquanto as crianças articulam a associação laços de sangue/fluxos de dinheiro, naturalizando-a como forma de manutenção de suas relações com seus pais, os adultos encaram essa configuração familiar específica revestindo-a de moralidade, vendo-a como um problema sem precedentes. Essa visão vai ao encontro das perspectivas que Zelizer denominou “esferas separadas” e “mundos hostis”, nas quais:

“Durante 200 anos os teóricos sociais se preocuparam com a incompatibilidade, a incomensurabilidade, ou a contradição entre relações de intimidade e relações impessoais. Desde o século XIX, os analistas sociais repetidamente assumiram que o mundo social se organiza em torno de princípios incompatíveis e que competem entre si: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, atribuição e realização, sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse próprio. Podemos chamá-los de teorias das *esferas separadas* e dos *mundos hostis* (ver Zelizer 2005a; 2005b). A teoria das esferas separadas diz que há dois domínios distintos que operam segundo diferentes princípios: racionalidade, eficiência e planejamento, de um lado, e solidariedade, sentimento e impulso, do outro. Deveríamos, prossegue a teoria, esperar que diferentes resultados e compensações emergam destes dois tipos de organização. Sobre os mundos hostis, a teoria diz algo diferente: quando tais esferas entram em contato, contaminam uma à outra. Sua mistura,

atesta a teoria, corrompe ambas; a invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental resseca aquele mundo, enquanto a introdução do sentimento nas transações racionais produz ineficiência, favoritismo, proteção aos amigos e outras formas de corrupção. Nesta perspectiva, existe uma aguda divisão entre as relações sociais íntimas e as transações econômicas, tornando qualquer contato entre as duas esferas moralmente contaminado. Dessa forma, a intimidade só prospera se as pessoas erigem barreiras eficazes em torno dela. Assim, continua o raciocínio, sistemas sociais bem ordenados mantêm os domínios separados” (ZELIZER, 2009, p. 238).

A impossibilidade da convivência diária imposta pela experiência migratória acaba por produzir consubstancialidades outras, fundamentadas no envio de remessas, e é dessa maneira que os filhos da migração transnacional constroem relacionalidades (MACHADO, 2010; CARSTEN, 2004; FONSECA, 2007). Entretanto, essas relações familiares baseadas em trocas materiais são vistas como cruciais para o desenvolvimento de inúmeros problemas na vida dessas crianças. Durante o segundo trabalho de campo, quando conversamos, sobretudo com adultos (professores, funcionários da área de educação, etc.), fomos convencidos, por um momento, que a emigração de pais e mães é prejudicial à vida de seus filhos – esses profissionais descreviam inúmeros problemas que acometem essas crianças física e emocionalmente – e, questionávamos o porquê da inexistência de ações efetivas por parte da prefeitura em lidar com essa problemática. Foi somente quando conversamos primordialmente com os filhos da migração transnacional,

quando do último campo, que notamos que, para eles, esses prejuízos não são tão corriqueiros assim e referem-se a alguns poucos casos. É evidente que há uma energia, um trabalho emocional despendido para a manutenção da centralidade familiar, mas, para aqueles que empreendem esse movimento (as crianças, neste caso), este não compreende um problema a ser sanado, combatido. Aqui, vemos como a inclusão da perspectiva da criança em trabalhos antropológicos é profícua: enquanto tínhamos acesso somente ao que diziam os adultos sobre determinada realidade, a análise seguia um rumo distinto daquele que tomou a partir do momento em que, finalmente, conversamos com os filhos da migração transnacional sobre suas próprias realidades.

Em Governador Valadares, os professores, funcionários, psicólogos, adultos em geral, afirmam que os filhos de emigrantes “têm tudo menos o mais importante que é a presença dos pais”⁴⁶ – nas escolas os discursos desses profissionais reproduzem a ideia de que essas crianças são mimadas, arrogantes e indisciplinadas porque os pais tentam suprir sua ausência por meio do envio de presentes e dinheiro, fazendo todas as vontades dos filhos. Estes, por sua vez, compreendem a decisão dos pais em emigrar e, apesar de sofrerem com isso, dizem saber quais são as motivações e encaram as remessas como uma maneira de os pais se fazerem presen-

46 Afirmação de uma funcionária da SMED ouvida durante trabalho de campo na cidade.

tes, afirmarem sua posição de pai e mãe naquela família que existe sem que haja a convivência física entre seus membros. Esta é a chave para o entendimento da divergência entre as falas das crianças e dos adultos: estes últimos não se desprendem das ideias de que, primeiro, existe uma configuração familiar “adequada” (FONSECA, 1995), reflexo do modelo burguês de família nuclear e, segundo, de que toda e qualquer aproximação que se faça entre dinheiro, transações econômicas e relações pessoais, íntimas e familiares, é feita no sentido de corromper estas últimas (ZELIZER, 1989, 2009). Em contrapartida, as crianças, que são elas mesmas filhas de emigrantes, veem que suas famílias são diferentes das outras, mas não pensam que as suas são disformes, desestruturadas, não pensam em termos de uma falta e sim de uma diferença – fazem parte de uma configuração familiar outra que se sustenta no contexto transnacional durante anos; por mais que seus pais se divorciem ao longo desse processo, são raros os casos em que os filhos perdem o contato completamente com aquele que está no exterior. Portanto, dessa maneira, os filhos da migração transnacional valadareense conjugam a ausência dos pais com os presentes que recebem – seus pais ausentes se fazem presentes através do dinheiro que enviam aos parentes que os cuidam; das caixas recheadas de brinquedos, roupas, material escolar, que recebem regularmente; dos presentes que ganham quando se comportam bem. Os pais ausentes constroem suas presenças na vida de

seus filhos por intermédio dos presentes; assim, a realidade, as reestruturações familiares dessas crianças, filhas de emigrantes, fundamentam-se na afirmação de que, embora possa parecer contraditória etimologicamente, é convergente quando observamos Governador Valadares: são pais ausentes, presentes através dos presentes.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALDASSAR, L. Transnational families and the provision of moral and emotional support: the relationship between truth and distance. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, London, Routledge, v. 14, n. 4, p. 385-409, Jul. 2007.

CARSTEN, J. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. *American Ethnologist*, Malden, n. 22, p. 223-241, 2004.

_____. Apresentação. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007.

FONSECA, C. *Nos caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

FORTES, M. *Ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília: UnB, 1974. (Textos de Aula, Antropologia 6).

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: _____ (Org.). *Towards a transnacional perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York academy of Sciences, 1992. (Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645).

MACHADO, I. J. R. Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o parente ausente no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 2006. 1 CD-ROM.

_____. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 5–26, 2010.

MACHADO, I. J. R.; SILVA, C. R.; KEBBE, V. H. Notas sobre a família transnacional. *REMHU*, Brasília, v. 30, p. 79–98, 2008.

MENDONÇA, J. M. P. *Um presente especial*. Governador Valadares: Univale, 2008.

PANAGAKOS, A. N. Recycled odyssey: creating transnational families in the Greek diaspora. *Global Networks*, v. 4, n. 3, p. 299–311, 2004.

PIRES, F. F. *Quem tem medo de mal-assombro? Religião e Infância no semi-árido nordestino*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ROUSE, R. Making sense of settlement: class transformation, cultural struggle, and transnationalism among Mexican migrants in the United States. In: GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. (Ed.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences, 1992. (Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645).

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I e II). *Mana: Revista de Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1–2, 1997.

SOARES, W. Emigração e (I)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

TOREN, C. Making History – The significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. In: _____. *Mind, materiality and history: explorations in Fijian ethnography*. New York: Routledge, 1999.

ZELIZER, V. The Social Meaning of Money: “Special Monies”. *American Journal of Sociology*, Chicago, Chicago University Press, v. 95, n. 2, p. 347, Sep. 1989.

_____. Dualidades perigosas. *Mana: Revista de Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009.

Capítulo 5 – A saúde e a emigração em Valadares: a visão das instituições e dos emigrantes e familiares

*Flora Guimarães Serra, Tassiana Barreto,
Roberta Morais Mazer, Igor José de Renó Machado*

O objetivo deste capítulo é compreender a relação entre saúde e emigração em Valadares, e o fazemos levando em conta alguns aspectos principais: o universo de valores sociais valadarenses a partir do contexto migratório, o ideal de mulher nos bairros que estudamos, a relação entre emigração do marido/pai, a “crise de nervos” atribuída às mulheres e, ainda, o papel da religião como recurso terapêutico.

Como vimos, o intuito dos emigrantes valadarenses, geralmente, consiste em um projeto temporário de trabalhar fora do país para obter uma quantia em dinheiro que lhes seja suficiente para melhorar de vida quando voltarem ao país de origem. Tal projeto envolve, portanto, além da pessoa que se aventurou no estrangeiro, também seus familiares, que no Brasil ficam aguardando seu retorno para a realização de seus

sonhos. Por isso, o projeto de emigrar para os valadarenses é entendido como um projeto familiar e não individual, e as funções de mantê-lo em vigor cabem não só ao emigrante, mas também aos seus parentes.

Nesse contexto de relações há a circulação de remessas de dinheiro ou de presentes que, de certa forma, substitui a ausência de um membro da família por substâncias que operam como mantenedores do projeto familiar de emigração e organizam, dessa forma, as relações familiares, estabelecendo sua continuidade (MACHADO, 2010, e no Capítulo 1 deste livro).

Nota-se que o ato de emigrar resulta em uma reorganização e reestruturação da vida das pessoas. Todas as relações sofrem rearranjos, afinal, os entes devem agora aprender a lidar com novas categorias, como a distância e a saudade de alguém querido, que antes não assombravam seus cotidianos. A situação se agrava pelo fato de que os parentes que vão embora representam um papel na constituição familiar fundamental, e os rearranjos feitos devem preencher essa lacuna. Como vimos até aqui, o mais recorrente é a emigração dos maridos, que buscam conseguir recursos para a construção de seu próprio núcleo de relações familiares e que acabam por deixar suas esposas e filhos no Brasil com a incumbência de se reestruturarem para ajustar o papel de pai, que estará ausente da vida do filho, e de marido, ausente da vida de sua mulher.

PESSOA VALADARENSE

É importante destacar que a emigração que ocorre atualmente na cidade é realizada por pessoas das camadas populares de Governador Valadares, ou seja, pertencentes à classe média baixa ou classe baixa. Além disso, apesar de poder ser considerada um ato pessoal, a emigração no caso estudado deve ser apreendida como um projeto não individual; deve ser vista como um projeto que envolve não só aquele que emigra, mas também outras pessoas próximas – principalmente familiares, um projeto que a bibliografia especializada intitula como familiar.

A partir dos conceitos utilizados por Gilberto Velho, o projeto migratório pode ser intitulado também como um projeto social, ou seja, um projeto que “englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de interesses comuns que podem ser mais ou menos variados” (VELHO, 1981, p. 33). Esse interesse comum dos vários membros de uma família valadarense é, geralmente, a compra de uma casa ou de bens, como motos e carros.

O desejo do casal em obter a casa própria é analisado por Machado (2006, 2010 e neste livro) como uma forma de busca de centralidade das próprias relações e, portanto, de autonomia e independência desse novo grupo familiar que está formado ou em formação. A busca pela casa material é vista como um meio de realização da “Casa” enquanto autonomia de relações sociais e formação de valores morais “próprios”

do casal. O sonho da casa própria, em geral, é o motivo alegado para a emigração, considerado como uma justificativa legítima para a ausência de um membro familiar que é considerado vital para a moralidade do lar, o homem/marido, como veremos a seguir.

No entanto, nas palavras de Gilberto Velho a respeito dos projetos sociais, “a estabilidade e a continuidade desses projetos supraindividuais dependerão de sua capacidade de estabelecer uma definição de realidade convincente coerente e gratificante” (VELHO, 1981, p. 33). Assim, no caso valadarense, a rentabilidade do emprego no exterior não é suficiente para a permanência do homem em terras estrangeiras e para o completo sucesso do projeto migratório. Este depende também da manutenção dos padrões e códigos morais estabelecidos naquela sociedade por parte das mulheres/esposas que permanecem em solo brasileiro.

A partir disso veremos qual o universo de valores nos bairros valadarenses que estudamos e quais os códigos morais que devem ser seguidos por homens e mulheres. Qual é o *ethos* recorrente daqueles bairros e qual o seu ideal de pessoa? Partindo do mesmo princípio que Duarte (1986), procuraremos estudar o “Valor-Pessoa” formulado pelas famílias envolvidas em projetos migratórios⁴⁷ a partir da ideia de fa-

47 Uma concepção que também pode ser estendida aos outros moradores valadarenses desta mesma camada social, mas que não participam de projetos migratórios.

mília como núcleo estruturador das relações sociais e instituição que pauta a construção das diferencialidades, ou seja,

“Observar a construção diferencial da Pessoa a partir do ‘Valor-Família’ significa ‘conceber atenção não apenas a seus aspectos estruturados, aos modos como se espelha numa classificação social, mas também ao seu caráter situacional e hierárquico, aos deslocamentos, inversões e ênfases com que lastreia o curso da vida social” (DUARTE, 1986, p. 174).

Para este autor, a instituição Família desempenha um papel de “reprodução físico-moral”, pois implica “[...] não só a ideia de procriação e do provimento às condições de maturação física da prole [...], como a ideia de que esta reprodução ‘física’ deve obedecer a certas condições culturalmente determinadas” (DUARTE, 1986, p. 175). Assim, veremos quais os componentes ou características valorizadas que permitem aos indivíduos ocuparem certa posição social.

Influenciado pelas concepções dumontianas sobre hierarquia/individualismo, Duarte enfatiza que o binômio homem/mulher ou marido/mulher (esposa) deve ser entendido como a articulação fundamental no contexto familiar. Nesse binômio, há uma relação básica de oposição que é abordada como hierárquica, mas complementar, tanto em âmbito interno quanto externo entre seus membros. Nesse sentido, há a subordinação da mulher em relação ao homem/marido internamente; bem como a posição mais pública do homem, reservando às mulheres os espaços privados, a residência e as tarefas que a eles estão relacionados (relação interno/externo).

Para os homens, por exemplo, suas experiências são pautadas na imagem do homem provedor, e, portanto, é ele quem deve sustentar a mulher e os filhos, o batalhador. Além disso, são fontes de prestígio masculinas: a bravura, a coragem, a virilidade, a conquista sexual, a generosidade, a solidariedade para com o grupo e a proteção tanto física quanto moral da unidade familiar – proteção que visa também ao controle das mulheres. No caso feminino, a questão da honra está ligada à eficiência no desenvolvimento das atividades domésticas: ser uma boa dona de casa, uma “mãe devota” e ter uma completa fidelidade conjugal. É a partir disso – da sua honra, reputação ou prestígio – que a mulher constrói suas relações sociais (FONSECA, 2004; DUARTE, 1986).

Assim, enquanto ao homem cabe a reprodução física da família através de sua manutenção ou provimento econômico, à mulher está entregue o “desenvolvimento moral dos filhos” e a “reprodução do modelo ideal de pessoa” por meio do seu “bom exemplo” (DUARTE, 1986). Portanto, torna-se grande o controle social e a coerção para que haja um enquadramento dessas mulheres ao padrão de conduta adotado por determinada sociedade. No entanto, o caso valadarense, apesar de coadunar com a ideologia hierárquica apresentada, demonstra que, devido à ausência do marido/homem, a esposa/mulher passa a ocupar uma relação central nas tarefas públicas, ou seja, uma espécie de invasão de um espaço legitimamente masculino, o que provoca alguns desdobramentos.

Embora o provimento econômico do lar seja ainda estabelecido pelo marido através de suas remessas de dinheiro, são as esposas que desenvolvem as atividades de cunho público, antes realizadas pelos maridos. Cabem a elas o controle das finanças e a administração do dinheiro enviado, seja para o pagamento das contas, construção de uma casa ou apenas compra de objetos, ligando o emigrante/homem/marido ao mercado consumidor na cidade ou espaço público, posição que, ao longo do tempo, vai permitindo à mulher independência e autonomia, mas que para a sociedade valadarense é vista como “perturbadora”, pois a ocupação da mulher do espaço público ameaça seu “corpo de qualidades estruturais” por estar em uma condição irregular, ou seja, “porque pública, porque externa, porque antimoral” (DUARTE, 1986, p. 181).

Além disso, a situação da mulher de emigrante parece causar certo desconforto na vizinhança que habita, pois a ausência do marido na unidade residencial não torna visível sua situação de casada e, portanto, obscurece o controle de um sujeito masculino. De acordo com Fonseca (2004), o casamento estabelece um status respeitável às mulheres, permitindo também certa harmonia no grupo, tendo em vista que uma mulher solteira – nesse caso, sozinha – pode desafiar a virilidade masculina e supostamente intensificar o ciúme de outras mulheres. Por isso, os comportamentos dessas mulheres são vigiados principalmente pela família e, quando não correspondem ao esperado pela sociedade, são censurados.

Dessa forma, elas evitam receber pessoas em suas casas e procuram não sair para festas sem a companhia dos filhos ou de algum parente. Além disso, cuidar da própria aparência na ausência do marido pode ser visto também como uma intenção de adultério e, portanto, passível de críticas.

Um exemplo desse controle, vemos no relato a seguir:

A família entrou muito na nossa vida, e ele veio sem eu saber que ele estava retornado. Ele veio para nós nos separarmos e para conhecer os meus amantes. A família dele que eu digo são três irmãs e uma sobrinha; foram as que vieram aqui na minha casa. Mas, graças a Deus, eu tenho minha consciência limpa para com Deus e com o povo [...], ele com minha família também nos damos muito bem, mas eu com a família dele não. [...] O que eles fizeram foi muito feio, foi xingando na rua de um lado ao outro (Relato de Jo).

As sanções são, geralmente, realizadas através de boatos relacionados aos seus comportamentos. As fofocas são educativas, estabelecendo os princípios morais do grupo e expressando as condutas que não devem ser seguidas e as formas de comportamentos “adequadas”. É o meio pelo qual os valores morais valadarenses são disseminados.

[...] a gente procura não dar oportunidade para esse tipo de coisa [fofoca]. Tipo assim: se eu não... Como que fala? Se eu vou numa festa: se eu posso ficar sem ir nesta festa, eu fico sem ir nesta festa. Por quê? Porque é a oportunidade que faz o ladrão. É o que o povo fala. Então, a gente fica assim... meio que evitando certo tipo de coisa. [...] Mas, como eu falei antes e repito: a gente procura não estar onde o povo comenta. Se antes eu não ia no barzinho, para que eu vou no

barzinho? Entendeu? Se eu não vou em festinha sem ele, para que eu vou agora que estou sozinha? Então, a gente procura não ter as oportunidades. Agora, questão de falar ou não, vizinho sempre fala. [...] eu vou de casa para igreja, da igreja para casa, pro trabalho, do trabalho para minha casa. E eu não dou assim... o que, na verdade, o pessoal falar (Relato de Co).

Eu tenho amigo de cidade vizinha que foi... Rapidinho gera conversa. Se a pessoa sair: “Ah, Fulano foi para os EUA”, “Já vi a esposa dele lá no bar”. Talvez a pessoa fosse comprar um refrigerante. Correto? Aí, já começa: “Nossa, a pessoa já... tem um mês que já foi lá, a mulher dele já está lá no bar”. Então, rola preconceito sim (Relato de Wa).

Isso ocorre, pois, a infidelidade feminina, diferente da masculina, não é tolerada. Quando o adultério é por parte da mulher, “[...] dessubstancializa violenta e rapidamente as relações de casamento” (MACHADO, 2006, p. 18). Diferentemente disso, quando é uma atitude masculina, quando o homem coabita no exterior com outra mulher, mas retorna para o lar após a realização do projeto migratório, o casamento não está necessariamente em perigo.

Pra homem é normal. Homem é... Eu acho assim: é certo que os dois sexos são a mesma... a mesma importância que tem o homem tem a mulher. Mas só que no meio... ser humano mesmo, o homem é o típico de um garanhão, como... Ou, então, se acontece com um homem, a pessoa fala, mas não fala muito. Já mulher, já é mais talhada (Relato de Iu).

O trecho que segue é de uma entrevistada que descobriu pouco antes da entrevista que seu marido tinha um filho em Portugal. Segundo ela, não seria possível supor há quanto

tempo ele a trai, pois manteve o envio de remessas, o que para ela simbolizava que o marido mantinha os compromissos firmados ainda no Brasil.

A gente nunca sabe, é muito difícil ter que ficar longe, já faz seis anos que não vejo, quando saiu daqui eu ainda era uma menina. A gente sempre desconfia, não tem como, mas como ele mandava dinheiro, sempre ligava, dava atenção para as crianças, sempre acreditei que voltaria e a gente ia ficar junto. Agora não sei o que vai acontecer (Relato de Ze).

Durante as visitas a Governador Valadares, no bairro Vila dos Montes, logo nas primeiras conversas a questão das mulheres do bairro que têm ou tiveram marido fora e “pularam a cerca” era colocada. Inclusive, várias vezes as casas dessas mulheres foram apontadas para que se soubesse onde elas moram, e há conversas a todo o momento sobre suas vestimentas ou comportamento “na rua”.

Em uma entrevista com L. – homem, morador do bairro Vila dos Montes – comentamos o interesse em conhecer as mulheres que permaneceram em Governador Valadares enquanto os maridos emigraram. Segundo ele, havia as mulheres que “não prestavam”, gastavam o dinheiro que o marido mandava e o traficavam, e disse que gostaria de nos apresentar a elas e estar presente durante a entrevista para que ele soubesse “as mentiras que elas iriam contar”.

Tem um monte dessas mulheres aqui, a maioria não vale nada, só querem saber de gastar o dinheiro do marido e ficar de prosa por aí. Quero só ver o que elas vão te falar sobre os maridos, vou te apresentar e aí você vai ver (Relato de L.).

As “viúvas de maridos vivos”, assim como sugerem esses dados de campo, são vigiadas e sofrem uma sanção pela ausência de seus maridos, por passarem a ocupar o espaço público e por terem a obrigação de resguardar a moral familiar. Ainda durante a entrevista com L., ele nos conta sobre o caso de C., cujo marido está há oito anos nos EUA. Ela é citada como um exemplo de esposa, não sai para nada – até para ir à igreja chama a sogra –, não gasta o dinheiro que o marido manda com roupas ou no cabeleireiro. Quando seu marido foi pego pela polícia, foi obrigado a voltar para o Brasil, porém, não tinha dinheiro; foi então que descobriu que todo o dinheiro que ele mandou para Governador Valadares estava intacto, pois sua mulher o havia guardado.

Em contraponto a esse ideal de esposa, há o relato sobre a J., que, segundo L., nunca teve vaidade, era “crente” e só usava saia comprida. Mas, depois de dois anos que o marido emigrou, passou a querer comprar roupa e atualmente vai “até” à academia de ginástica. Ainda segundo L., o marido de J. é “bobo”, pois trabalha “duro” para enviar dinheiro para sua mulher, que não é confiável e está gastando com coisas supérfluas e com má intenção. O fato de a mulher demonstrar interesse por se arrumar, pelo seu corpo, corresponde, na leitura nativa, a estar interessada numa relação extraconjugal.

Faço questão de te apresentar a C., aquela lá é para quem tem sorte, respeita o marido, é uma mulher muito séria. Só gosta de ir à igreja, é tranquila. Agora a J., depois que o marido foi embora, parece que esqueceu da saia comprida, anda toda toda por aí, faz até academia (Relato de L.).

Neste trecho de entrevista, é possível observar o ideal de esposa esperado tanto pelos maridos como pela sociedade. Essas mulheres passam a seguir determinadas condutas para que a possibilidade de alguma “fofoca” sobre uma infidelidade ao marido não ocorra. Para que haja a confiança do marido no envio de remessas, parentes e amigos “rondam” a casa da esposa com o intuito de verificar sua honestidade.

As mulheres valadarenses que ficam no Brasil à espera do retorno dos seus maridos que emigraram em busca do sonho de ambos – a casa própria – devem zelar pela sua moral. Para isso, elas precisam evitar as situações constrangedoras que podem dar espaço a especulações sobre seu casamento pelas ruas. Em inúmeros casos, as esposas preferem morar com seus pais ou mesmo com a família dos maridos, pelo tempo em que estes estiverem fora. Dessa forma, elas ficam mais protegidas das fofocas que surgem pela cidade e que podem destruir seus sonhos da casa própria, assim como acabar com os casamentos.

É preciso que a mulher se comporte da maneira esperada pela sociedade. Ou seja, sair para festas sem a companhia de seus filhos ou familiares não é bem visto. Até o fato de cuidar da aparência na ausência do marido pode ser visto com maus olhos. Enquanto a mulher deve se preocupar com os boatos que surgem em solo brasileiro, o homem/marido representa o papel de provedor do lar. Envia remessas de dinheiro que ajudam no sustento da casa e são fundamentais para a criação dos filhos.

Associamos essa separação de papéis por gênero ao caso da diferenciação hierárquica entre homem e mulher relatada por Duarte (1986) a respeito das classes trabalhadoras. Pois, em Duarte, assim como no caso valadarense, é possível observarmos a condição de subordinação da mulher em relação ao homem. Em Governador Valadares, a fidelidade feminina é de fundamental importância, e o não cumprimento dessa promessa (ou dever perante a sociedade toda) é motivo para o fim imediato do casamento. Esse é um aspecto que, visivelmente, prova a subordinação da mulher ao homem, já que, no caso de a traição ser masculina, o fato é visto com menos relevância, menos gravidade.

Em outra entrevista, M. nos conta que, mesmo com vontade de emigrar com amigas e primas que foram para Portugal, optou por ficar no Brasil pela responsabilidade que tem com suas filhas:

Eu mesmo não fui por causa das filhas, mesmo comigo cuidando às vezes fica difícil e elas engravidam cedo, imagina com outros cuidando (Relato de M.).

Nessa conversa fica claro o papel da mulher na criação dos filhos e na manutenção da honra da família – posta em risco em caso de gravidez na adolescência. Outro ponto é a importância da presença cotidiana na vida dos filhos e a demonstração do exemplo. Em várias outras conversas com valadarenenses, como com a M., é salientado como é penoso e arriscado deixar os filhos para emigrar.

Mesmo com a reestruturação familiar causada pela ausência, o marido continua participando das atividades familiares, principalmente através de remessas simbólicas e materiais. Inclusive, a autoridade paterna é influente na casa, ele participa ativamente da vida familiar e cobra a esposa pelo mau comportamento dos filhos, despesas, etc., como pode ser demonstrado com o relato a seguir:

Ele [o filho adolescente] é muito rebelde, não respeita ninguém, só traz problema, responde dentro de casa, para mim e para minha mãe. E o pai dele vive ligando, ele sabe de tudo, acho que se ele tivesse ficado aqui ia ser melhor, mas ele não tá. Só que quando ele liga é só para ficar me cobrando, acha que eu que deixo o Le. ser assim. Eles conversam no telefone também, e aí ele dá uma acalmada, fico contente, mas às vezes prefiro nem atender o telefone quando sei que é ele porque sei que vamos acabar brigando (Relato de Jo).

Podemos perceber que em Governador Valadares, onde a ausência do homem na unidade residencial possibilita uma maior relação das mulheres com a esfera pública, o ideal feminino de pessoa não se distingue daquele esperado pelas camadas populares em contextos nos quais o fluxo migratório não é tão intenso. Os papéis desempenhados pelos maridos podem ser desenvolvidos pelas esposas no caso da ausência deles. No entanto, apesar da maior interação com a rua, a mulher cujo marido emigrou não deve subverter a hierarquia de gênero preexistente. Sua autonomia frente aos afazeres da casa e na rua não pode ser encarada como autonomia de suas relações.

As mulheres nesses bairros pobres, além de terem o dever moral da fidelidade conjugal, precisam cuidar do lar, têm o dever de serem boas donas de casa. Conclui-se que as mulheres, em ambos os casos, constroem suas relações sociais a partir da manutenção de sua honra, reputação, prestígio. A figura masculina, por sua vez, é associada à imagem de provedor da casa, de protetor do lar e, conseqüentemente, da centralidade das relações familiares. Então, ao homem cabe a reprodução física da família, papel este que não contém valores tão moralizantes quanto a função da mulher de sempre estar enquadrada nos padrões de conduta de seus comportamentos. Esse é o prisma de gênero descrito por Luiz Fernando Duarte em seu estudo sobre as classes trabalhadoras, que agora identificamos na situação valadarense.

No caso específico dessas mulheres, a reestruturação deve ser realizada no âmbito de seus comportamentos perante a sociedade. Tal enquadramento aos padrões exigidos em Valadares pode ser acompanhado de muito sofrimento, e, além disso, como já se sabe, a ameaça do fim do casamento, das remessas de dinheiro e do plano inicial da obtenção da casa própria é constante.

O PONTO DE VISTA MÉDICO

Ir à cidade de Governador Valadares em janeiro de 2009 e permanecer alguns dias em um PSF (Programa de Saúde da Família) possibilitaram a constatação de que perturbações

emocionais são, realmente, corriqueiras, apesar de nem sempre relacionadas ao fenômeno da emigração; mas de fato existem e misturam o que é a princípio entendido como de caráter físico com o que é de caráter moral. Trata-se de, ao contrário do que faz a lógica biomédica, articular ambas as partes de outra forma, na qual não é mais possível dissociá-las ou apreendê-las separadamente (DUARTE, 1999).

É a partir da compreensão do universo simbólico que rodeia e estrutura as relações das esposas de emigrantes de Governador Valadares que buscaremos apreender aspectos do sistema de saúde e das representações sociais de dor, saudade e sofrimento próprias dessas mulheres. Portanto, tratamos o sistema de saúde como um sistema cultural, tal qual o faz Langdon (1995).

Além do PSF, nossa etnografia também se dedicou a entender a *Clínica de Todos*, onde os frequentadores são pessoas de uma classe menos baixa que aquelas que procuram por postos de saúde e onde encontramos mais famílias de emigrantes. Supostamente, os emigrantes adquirem condição financeira que os possibilita a obterem um plano de saúde. Consequentemente, não mais dependem do atendimento precário dos postos de saúde da cidade. Além do mais, atingem um status social de portadores de convênio médico, que permite acesso a um tratamento de saúde de melhor qualidade.

Em um primeiro período na cidade de Governador Valadares, tivemos a oportunidade de passar dois dias em um Posto

de Saúde, acompanhando a incidência desses casos relacionados à imigração e aos relatos de mulheres. Dessa forma, pudemos conhecer o funcionamento do sistema de saúde público da cidade, que será abordado a seguir. Gi é uma enfermeira formada pela Universidade Vale do Rio Doce e foi um contato importante para a compreensão do funcionamento do sistema público de saúde da cidade. Gi trabalha no Posto de Saúde do Jardim Ipê, que na verdade leva o nome de PSF Ipê (Programa de Saúde da Família do Jardim Ipê). Ao chegar ao bairro pudemos perceber a condição precária em que se encontram suas ruas e casas. Ruas de terra, esburacadas, com muito barro por causa da chuva que sempre cai nas tardes valadarenses durante o verão.

Chegamos por volta das 9 horas da manhã, e a fila para o atendimento já estava bem grande. Gi apresentou-nos para sua equipe, composta de cinco agentes sociais e uma mulher que fazia serviços gerais. Ela permitiu-nos acompanhá-la nos atendimentos que realiza há um bom tempo, pois o posto estava sem médico – o último havia pedido demissão, pois havia passado na residência médica. Vê-se que os postos de Valadares, em geral, são abastecidos com serviços de médicos recém-formados e com pouca experiência.

O sistema público de saúde de Governador Valadares conta com quatro Nasf (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), unidades centrais responsáveis, cada um deles, por cerca de 8 a 20 PSFs, separados por região. No caso do Jardim Ipê, são

nove PSFs que são assistidos por um Nasf, que fornece os profissionais em rotatividade para todos estes nove da região do Jardim Ipê.⁴⁸ O PSF do Jardim Ipê atende aproximadamente 900 famílias (em torno de 4 mil pessoas). Essas famílias são mapeadas e divididas em cinco microrregiões. Assim sendo, cada uma das cinco agentes sociais fica responsável pelas famílias localizadas em uma determinada microrregião.

O esquema fica exposto em forma de maquete em umas das paredes do posto – o chamado “Mapa Inteligente”. As famílias são representadas por casinhas de papel pregadas com miçangas coloridas. Cada cor de miçanga representa um caso de doença que há na família, como diabetes, tuberculose, hipertensão, gestação, hanseníase, desnutrição, sofrimento mental, ou puericultura (crianças de zero a quatro anos) e acamado (pessoa impossibilitada de se locomover). Dessa forma, as agentes sabem exatamente como devem auxiliar nos cuidados com cada ambiente, que devem ser organizados conforme as especificidades de cada caso dos pacientes.

Além dessa organização generalizada do sistema de saúde da cidade de Governador Valadares, o PSF do Jardim Ipê particularmente tem um projeto, chamado Grasi (Geração de Renda Autossustentável do Ipê). Tal projeto consiste em oficinas e ba-

48 O Nasf é composto de um nutricionista, educador físico, psicólogo, assistente social e fisioterapeuta. Cada um desses profissionais percorre os PSFs da cidade. Cada profissional faz visitas semanais aos PSF, com duração de quatro horas.

zares, organizados e oferecidos por qualquer pessoa da comunidade Ipê que se voluntarie para tal. A ideia é que os artesanatos ensinados nas oficinas possam ajudar na renda familiar. Obviamente, ainda mais quando se trata da sociedade valadarense, as mulheres são as únicas que frequentam. Gi também nos disse que há alguns casos de mulheres que procuram participar do projeto não para ajudar na renda, mas para se distrair e sair de casa, lugar onde se lembram de seus maridos ausentes e se “entristecem”. Participar de oficinas desse tipo, principalmente por serem frequentadas apenas por mulheres, é algo bem-aceito pela sociedade, como no caso de Ila, que procura trabalho para se ocupar no tempo livre e evitar ficar em casa, onde se lembra de seu marido e se comove.

Sobre saúde mental, Eli⁴⁹ nos explica que esses casos, quando diagnosticados pelo PSF, são encaminhados para o Cersam (Centro de Referência em Saúde Mental).⁵⁰ Trata-se de um local especializado em cuidar de pacientes que apresentem surtos psicóticos. Tal tratamento consiste no sistema de internação-dia, o que quer dizer que os pacientes retornam para suas casas ao anoitecer. Segundo E., o Cersam em Valadares sofre com a falta de psiquiatras, que se recusam a vir trabalhar, mesmo sendo um trabalho realizado em apenas um dia da semana, com salário alto.

49 Outra entrevistada, também da área da saúde.

50 Ver: <<http://www.cersamgv.com>>.

No caso da Clínica, descobrimos que apresentava o nome de “Nossa Clínica”, e não de “Clínica de Todos”. Quando perguntamos sobre isso à gerente, ela explicou que Clínica de Todos é, na verdade, um nome referente a uma ideologia, e que, portanto, cada unidade tem autonomia para resolver o nome que dará ao local. Trata-se de um desejo de criar um determinado sistema de saúde de qualidade que seja acessível a classes mais baixas da sociedade. Tal sistema foi criado, segundo o que disse a gerente, por um senhor da cidade de Ipatinga-MG (próxima a Valadares), que, depois de tê-lo implantado em sua cidade, o difundiu pelo estado, e assim o sistema tornou-se uma rede que espalhada por todo o Brasil.

A Nossa Clínica representa um posto de atendimento médico aos seus conveniados. Estes pagam uma mensalidade de aproximadamente R\$10,00,⁵¹ além de pequenas taxas que lhes são cobradas a cada consulta e exame. O valor mensal é automaticamente anexado à conta de luz ou de água e é relativamente baixo, já que todos os membros da família residentes da casa estão incluídos no plano. Tal fato faz com que esse plano de saúde seja acessível à parte da população de classe média baixa e baixa,⁵² além das classes mais privilegiadas.⁵³

51 Valores praticados em 2009.

52 Sabe-se que são destas classes sociais que se origina o maior contingente de imigrantes da cidade de Governador Valadares (SOARES, 1999).

53 Atingir classes sociais menos privilegiadas e fornecer a elas acesso

Pudemos notar que, realmente, o público que frequenta a Nossa Clínica é proveniente de diferentes classes sociais.

Os profissionais atendem em determinados períodos, ou seja, cada profissional da saúde tem o seu horário disposto em um mural em uma das paredes da clínica (similar à lógica do Nasf). Nesses horários eles atendem seus pacientes previamente marcados, além das consultas particulares que também costumam agendar, com menos frequência, entretanto. A Nossa Clínica, que por fora parece pequena e mal conservada, revela-se limpa, bem preservado, com quatro salas de espera e uma quantidade suficiente de salas para consulta. Ao lado da recepção há uma porta que dá acesso ao teleatendimento: cerca de três teleatendentes marcam e desmarcam as consultas dos pacientes. Após a recepção, chega-se então à sala de arquivos, onde todos os documentos e relatos das consultas ficam guardados dentro das gavetas e organizados em ordem alfabética. Depois, finalmente, entramos no vasto e revelador universo das salas de espera. As salas de espera são numeradas, o que facilita a disposição dos pacientes, de forma a deixá-los mais próximos à sala do médico, para ouvirem quando forem chamados.

a um sistema de saúde de mais qualidade, ao menos supostamente, configura o que se desejava. A gerente contou que há certo conflito com a Unimed local pelo fato de que esta perdeu muitos de seus clientes conveniados para a Nossa Clínica, que oferecia um melhor preço e, praticamente, a mesma qualidade de serviço.

A gerente da clínica nos informou que a maioria dos convênios da Nossa Clínica é, provavelmente, do bairro Santa Rita – fato que pode ser explicado pela grande quantidade de migrantes advindos desse bairro (conhecido pela participação em massa no fenômeno), à parte do fato de ser um bairro grande com população numerosa. Nota-se que os convênios de saúde aparecem e são utilizados pelos migrantes e suas famílias como um instrumento de demonstração de status social, uma forma de que eles dispõem para comprovarem o sucesso de seus projetos migratórios frente à sociedade valadarense – quem, de fato, confere valor à ação social de demonstração de status.

Os médicos com quem conversamos se dividiam em duas opiniões acerca do fenômeno da emigração e seus aspectos relacionados à saúde: alguns diziam que não tratavam da vida pessoal de nenhum de seus pacientes, pois isso não era necessário para a realização da consulta nem influenciaria no diagnóstico do problema e muito menos na cura dos pacientes. Por outro lado, a maioria dos médicos com os quais pudemos conversar dizia que questões envolvendo a saúde dos pacientes com o fato de terem parentes morando fora do país eram constantes e deviam ser motivo de preocupação e cautela.

A psicóloga salientou a construção de um presente que significa, pelo contrário, ausência. Para ela a emigração rompe a convivência e transforma o cotidiano das pessoas envolvidas. E essa convivência é algo fundamental em um rela-

cionamento, especialmente entre homem e mulher, pois este não se fortalece por nenhum outro aspecto. Tal configuração resulta em casos muito comuns, como os de homens que comecem outra família no exterior, mulheres que não aguentam a distância e se envolvem com outros homens no Brasil. Do ponto de vista da psicóloga do plano de saúde, a distância em si estimulava a desestruturação dos núcleos familiares.

Estas e tantas outras histórias são caracterizadas pelo que a psicóloga diz ser “luto de um vir a ser”, como se a dor da perda fosse sofrida por antecipação, durante o momento em que ainda se nutre a esperança do retorno e da realização do projeto inicial, que normalmente dura até o momento do rompimento com este. Essa categoria, “luto de um vir a ser”, revela também o que pode ser chamado de descrença na manutenção dos planos do casal até o fim do processo migratório. Pois o “vir a ser” se configura justamente na separação do casal que, antes, pretendia realizar o sonho da casa própria por meio da emigração. Além de haver toda uma reconfiguração e reestruturação do espaço, das relações e do cotidiano das pessoas da família que ficam no Brasil, o emigrante, normalmente, estende seu período no exterior, o que mais uma vez adia a realização do projeto da casa própria e prolonga os riscos consequentes da reestruturação.

Segundo alguns desses médicos, as esposas de emigrados eram as que sofriam mais, pois, como a psicóloga disse, o único vínculo que possuem com seus cônjuges é o afetivo.

Perguntamos à médica: “A imigração afeta a saúde dos que no Brasil ficam?” Ela responde, imediatamente: “Totalmente!” (Trecho do diário de campo de Flora Guimarães Serra).

Nota-se que alguns médicos da Nossa Clínica entendem os transtornos e distúrbios das mulheres como possíveis perturbações que conectam intimamente aspectos físicos a aspectos psicológicos. Não extrapolam suas análises, entretanto, para perturbações físico-*morais*, como havia feito Duarte, apesar de reconhecerem a impossibilidade de tratar os problemas de suas pacientes de forma isolada.

O neurologista chamou essas esposas de *mulheres sintomáticas*, pois apresentam queixas de dores nas costas e em outras partes do corpo, dores de cabeça, tontura, e algumas alegam até terem sofrido desmaios. Tais sintomas representam, segundo o médico, a somatização de outros problemas, como a ausência de seus maridos. A ausência aparece, em si, como uma doença, produtora de efeitos (que são chamados de somatização).

As chamadas *viúvas de marido vivo* são, normalmente, mulheres recém-casadas, pois os homens buscam imigrar na faixa de 20 a 50 anos de idade, quando são economicamente produtivos. Elas, então, deparam-se com uma cama vazia logo após o casamento, além de terem filhos para criar sozinhas, em muitos dos casos. É a partir dessa nova configuração de seu cotidiano que essas mulheres sintomáticas “somatizam” seus problemas e suas saudades em dores físicas, segundo o discurso médico.

Quando perguntamos ao neurologista como é preciso cuidar de um desses casos de psicossomatização, ele responde que é fundamental acreditar nos sintomas da paciente, pois essas dores, para ela, são reais e não são, de forma alguma, fruto de algum tipo de fantasia psicológica. Faz-se necessária a realização de múltiplos exames para que a paciente se certifique de que sua dor física é, na verdade, resultado de um processo de psicossomatização, que pode ter conexão com a situação atual de sua vida, de *viúva de marido vivo*, além de ter que ser mãe e pai ao mesmo tempo. Depois de ser realizada a bateria de exames e caso nada de anormal tenha sido verificado, a mulher, finalmente, é encaminhada a um psiquiatra ou psicólogo.

Nota-se que, segundo o relato da maioria dos médicos entrevistados, as mulheres sentem dores físicas, mas elas próprias *não as associam* à saudade de seus maridos ou à sua condição atual de vida – quando todas as relações e possibilidades de se obter o próprio núcleo familiar foram colocadas em suspenso. Aqui, a teoria de que a imigração causa sintomas psicossomáticos é construída pelo corpo médico.

Passamos a compreender a decepção diante da sala de espera: as mulheres não entendem suas dores físicas como advindas da tristeza, da saudade, da solidão. Não há a percepção imediata nem posterior de que a situação social em que se encontram, o fato de estarem longe de seus maridos que emigraram para a realização do sonho e as deixaram diante de um contexto de reestruturação social obrigatória,

ou inevitável, pode estar, de certa forma, interferindo em alguns de seus aspectos psicológicos, causando-lhes dores ou desconfortos sentidos fisicamente.

Para os médicos, procurar ajuda, no caso específico das esposas de emigrados que sentem dores, é uma escolha orientada pela possibilidade de alívio de seus sintomas, que é, por sua vez, depositada nos medicamentos. Consideramos, *a priori*, que essas mulheres, assim como as pessoas das classes trabalhadoras estudadas por Duarte (1986), se orientam por concepções distintas da biomédica nos processos de saúde e doença, mas que, no entanto, a alternativa de cura ou alívio, por meio dos medicamentos, é relevante. Suas concepções são originadas através de uma percepção holista dos processos corporais e dos processos sociais, e é através dessa via de entendimento que a escolha biomédica é realizada.

As queixas de dores físicas que chegavam aos médicos, frequentemente, tinham teor psicológico, segundo o ponto de vista deles, pois advinham de sentimentos de solidão, saudade de seus cônjuges. Os profissionais da saúde orientavam-nas no sentido de procurar estabelecer uma boa rede de amizade, uma vida social mais ativa. Também recomendavam exercícios físicos, caminhadas e, principalmente, encaminhavam-nas a um acompanhamento terapêutico. Ou seja, a cura médica proposta era uma cura sociológica que, veremos, seguia em sentido contrário à sociologia das relações de gênero instauradas no processo migratório.

RESGUARDO E SOCIEDADE

Dentro desse universo moralmente hierarquizado, a saúde do membro ausente foi sempre abordada nas entrevistas, tanto por parte dos emigrantes quanto daqueles que permanecem no Brasil. A ausência do marido, principalmente, foi descrita pelas mulheres como uma situação que gera tensão, “nervoso” e uma sensação de falta de companheirismo. A saudade foi sempre relacionada à solidão, o que as deixava com um sentimento de intensa tristeza. Por isso, em diversos casos, muitas dessas mulheres faziam usos de medicamentos receitados por psiquiatras para dormirem ou sentirem-se “mais calmas”. No entanto, apesar da constante ida aos médicos, a palavra depressão não é correntemente utilizada e se limita a alguns discursos.

Eu fui porque eu fiquei doente. Eu cheguei ao médico, e o médico falou comigo que a qualquer hora eu podia ter um piripaque e morrer. Eu fiquei doente mesmo. Fiquei em depressão profunda. Aí, ele falou: “Ou você vai para lá, ou seu marido vem, ou vocês se separam”. Porque aí eu ia começar a viver de novo. Eu ia poder sair, namorar, essas coisas assim. Coisas que eu estava sentindo falta (Relato de Ma).

Tem dia que eu estou numa enorme solidão, e, nesses últimos dias, eu chorei muito. Na consulta, eu falei para a médica que parecia que eu iria ficar doida. [...] Estou tomando o remédio: calmante (risos). Além do remédio para a pressão que eu tomo controlado, eu estou tomando calmante também, que é para ansiedade. Estou tomando chá de alecrim também para melhorar. Esses dias eu não estava bem mesmo, e ele ficou até preocupado. Ele [o marido] mandou este telefone

(celular) para eu mandar mensagens, e eu faço isso duas vezes ao dia. Então eu contei o jeito que eu estava e, assim que chegou a mensagem, ele me ligou. Eu falei para ele: “Eu não sei o que está acontecendo”. E ele falou: “Deve ser falta de mim”. Eu falei: “Talvez, não é?”. É tanta coisa para nós nos preocuparmos e, junta-se a isto, ele estar fora. Então, deve ser isso que ajudou tudo... (Relato de El).

Depressão não, mas ela fica muito nervosa, rouca (Relato de Al).

As situações dela foram sempre emocionais mesmo. Só chorando, essas coisas assim, perguntando sempre como que eu estava lá, se eu estava comendo direito, se eu estava dormindo direito, essas coisas de mãe. E minha esposa também, as reações dela, às vezes, também era assim: choro, de tristeza, ela perguntava muito quando ela iria, se ia demorar muito. Então... Mas, passando esse período de adaptação aqui, ela... aí as coisas começaram a se equilibrar a nível emocional (Relato de Ga).

A saudade que a mulher sente de seu marido ausente é frequentemente presente nos relatos das entrevistadas. A saudade relacionada à solidão é interpretada e sentida por algumas mulheres como uma tristeza profunda. Esse fato resulta em uma crescente procura por ajuda médica que prescreva receitas de medicamentos, como os antidepressivos (psicotrópicos), os quais “acalmam” as pacientes.

Tal aspecto foi observado em uma das conversas no balcão da secretaria do Posto de Saúde do bairro Ipê: R. (a mulher que realiza serviços gerais no posto) nos contou a história de sua irmã, que há oito anos está longe de seu marido, o qual foi

trabalhar nos EUA. Disse que ela vai frequentemente ao médico por se encontrar constantemente com problemas físicos, dores diversas. Problemas estes que na opinião de R. são todos decorrentes da sua instabilidade psicológica por motivos da ausência do marido. Entretanto, manifestar a dor da ausência de seu companheiro tem certo teor de obrigatoriedade social, corresponde às expectativas da sociedade, e, por isso, senti-lo é tido como positivo para a mulher e toda sua família. “Sentir saudade” é, então, fundamental para legitimar o ideal de pessoa feminina frente às exigências dessa sociedade.

No caso das mulheres vimos que a fidelidade ao marido que partiu é fundamental para dar continuidade tanto ao casamento quanto ao projeto familiar, motivo da emigração. Além de se preocuparem com aspectos de sua vida moral, alguns trabalhos de campo realizados em períodos anteriores vêm demonstrando que, frequentemente, algumas dessas mulheres se diziam muito tristes com a ausência dos maridos. Essas mulheres se queixavam de tensão, insônia, pressão alta, sintomas vistos como somatizações (ou demonstrações públicas) de sua tristeza, da saudade que sentem durante a ausência de seus cônjuges. Nota-se que esses sintomas são tanto de ordem física (como a tensão e a pressão alta) quanto de ordem moral (a saudade e a tristeza). São, portanto, perturbações físico-morais, tais como as descritas por Duarte sobre as classes trabalhadoras e também por Marina Cardoso (1999) em sua pesquisa no Vale do Jequitinhonha (Minas

Gerais). Tais perturbações são explicadas por essa duplicidade fundamental entre o físico e o moral, já que, se tentarmos explicá-las do ponto de vista biomédico e curá-las da mesma forma, talvez as explicações não sejam suficientemente convincentes para que a cura, de fato, se conclua.

A psicóloga que entrevistamos na Nossa Clínica contou um caso curioso: certa menina, residente no Brasil, casou com um rapaz que morava nos EUA, o qual havia conhecido pela internet. Como o rapaz não pôde vir ao casamento, seu pai assinou a certidão de casamento em seu lugar – casaram-se por meio de uma procuração. Esse caso ilustra bem a duplicidade do espaço das relações sociais e familiares que a emigração constrói. Após terem-se casado, o marido, mesmo estando no exterior, tentava controlar a vida de sua mulher, que esperava por uma chance de migrar: ela largou seu emprego e não saía mais de casa para cumprir as ordens de seu marido e não causar conflitos em seu recém-casamento. Vê-se que, de fato, fazer-se presente é possível e ao mesmo tempo aceitável no cotidiano valadarense. As avançadas tecnologias dos meios de comunicação atuais tornam essas aproximações e interações possíveis e cada vez mais fáceis de ocorrer. Também podemos notar como o cotidiano destes que estabelecem relações que ultrapassam os limites do território nacional passa por um processo de reestruturação.

A partir dos relatos acima podemos perceber que os sintomas apresentados são tanto físicos quanto morais. Se dispu-

sermos as palavras obtidas nas diversas entrevistas, seguindo o mesmo modelo proposto por Duarte, temos:

| Físicas | Morais |
|--------------|-------------------------|
| Nervoso | Tristeza |
| Tensão | Solidão |
| Insônia | Falta de companheirismo |
| Pressão alta | Saudade |
| Choro | |

Assim, podemos também classificar as perturbações, os nervosos ou os quadros clínicos – intitulados pelo universo médico-psiquiátrico como depressivos – como explicações da “doença” a partir de categorias físico-morais (DUARTE, 1986) e talvez, podemos inferir, mais diretamente ligadas ao plano moral que às alterações fisiológicas.

Além disso, é importante ressaltar que, diferentemente do abordado por Cardoso (1999) e Duarte (1986), no caso valadarense, os comportamentos “nervosos” não estão relacionados à incapacidade para o trabalho ou às obrigações diárias, não estão ligados à ausência de alguma habilidade, capacidade, destreza ou não realização de algo. O “nervosismo” em alguns relatos relaciona-se à solidão e tristeza devido à ausência do marido. Dessa forma, os discursos não demonstram que “estar depressiva” ou “estar nervosa” seja, nesse universo moral, visto como uma doença no significado

mais pejorativo da palavra. Estar “depressiva” ou “nervosa” devido à saudade do marido é tratado como uma espécie de expressão, à sociedade, do sentimento de pesar em relação a essa ausência e, portanto, pode ser inferido como uma *manifestação de seu resguardo*.

No entanto, podemos considerar que é implícita e socialmente tida como obrigatória essa expressão de sentimentos, principalmente para os membros do círculo de relações mais íntimas, como as esposas (DEBIAGGI, 2005). Assim, as lágrimas e certo estado de resguardo são esperados dessas mulheres por parte de seus familiares consanguíneos, afins e também de seus vizinhos após a emigração do marido.

Essa obrigatoriedade de a mulher expressar a saudade do marido por meio de um comportamento menos expositivo e da tristeza deve-se, de certa maneira, ao fato de ela ser considerada a responsável pela ida do marido ao exterior: ele emigrou para dar à família melhores condições de vida. Assim, quando esses sentimentos não são expressos ou são, por outro lado, facilmente superados, o grupo social passa a suspeitar do comportamento daquele membro que era “responsável” por manter a saudade em prática, pois “[...] sentir a separação, elaborar o luto das perdas ocorridas é visto como natural a esse processo de deslocamento, para todos os membros familiares” (DEBIAGGI, 2005, p. 19).

Quando esses sentimentos de tristeza não são cultivados, a sociedade passa a aplicar sanções a essas mulheres, e isso

pode ser uma das causas das fofocas que circulam a partir de uma desconfiança com relação à fidelidade feminina. Esse processo pode gerar forte tensão na relação conjugal e culminar nos casos de separação e divórcio. Assim, os casos de “nervoso” e de quadros clínicos intitulados como depressivos não são apenas uma expressão de cunho físico-psicológico. Mais que isso, no contexto migratório valadarense, os discursos médicos – através da “psiquiatrização da doença” ou medicalização dos quadros apresentados – *são utilizados também como uma forma de legitimar o “estado de luto” que deve ser incorporado por essas mulheres* e reforçar o ideal de pessoa feminina esperado pela sociedade.

Entende-se que, enquanto o marido emigra em busca da realização da almejada casa própria, a mulher deve se comportar da maneira como é esperado que ela o faça, da forma como demanda a sociedade. Segundo depoimentos de entrevistados, as mulheres só são consideradas sérias e íntegras quando se mostram fiéis aos seus cônjuges ausentes e, de alguma forma, provam isso à coletividade, que as legitima como tais.

Pudemos perceber esse processo de reestruturação do cotidiano e, mais do que isso, pudemos notar como essas mulheres lidam com tal situação. Suas vidas se transformam, assim como elas próprias também. Os rearranjos realizados por aqueles que ficam no Brasil representam o caráter transnacional que perpassa o fenômeno da emigração desde seu

início. Esses rearranjos permitem que as relações familiares cruzem as fronteiras dos países de origem e de destino e se mantenham pelo espaço de tempo necessário para que o projeto familiar seja concluído.

O que vimos na parte anterior é que o registro que liga a expressão de um pesar público em relação à ausência do marido não é levada em conta na ótica médica: para esta, a conexão entre dores variadas e a vida das pacientes está na ausência do marido. Os médicos olham para a situação social apenas para diagnosticar uma nova doença: a ausência (poderíamos falar em solidão). Essa doença sociológica, digamos, causa os efeitos físicos. As mulheres, entretanto, pouco destacam ou se referem à ausência do marido como um problema em si. Elas falam da tristeza profunda, mas não a relacionam com a migração. De fato, não há como a ausência ser um problema de saúde, pois ela é necessária para produzir justamente a família no futuro. A ausência é um mal temporário, que exige, além disso, por motivos sociais, uma manifestação pública de pesar. O pesar público facilita a vida da família nesses momentos de separação causada pela migração, pois evidencia o comportamento “correto” das mulheres.

Procuramos demonstrar que a procura por tratamento médico realizada pelas mulheres dos emigrados também faz parte de aspectos que são entendidos como morais frente à sociedade valadarense. Pois, mesmo que procurem um médico e depositem nos remédios esperança de sanarem suas

dores físicas, vivem diariamente o processo de reestruturarem suas ações para se comportarem da forma idealizada pela sociedade. Todas essas novas formas de se portarem, que fazem jus ao casamento e demonstram a fidelidade que mantêm aos seus cônjuges são configuradas no fato de sentirem a ausência, a saudade e a solidão. Portanto, manifestar a dor da ausência de seu companheiro tem certo teor de obrigatoriedade social, corresponde às expectativas da sociedade, e, por isso, senti-la é tido como positivo para a mulher e toda sua família.

A procura por um médico, pautada pela crença de que sua doença é, de fato, física e pelo valor dadivoso que é concebido aos fármacos, retrata a primeira medida a ser tomada pelas mulheres. No entanto, acreditamos que tal medida não tem como objetivo final a cura de uma doença ou distúrbio. Nota-se que essas mulheres recebem orientações que significam um acompanhamento contínuo de seu estado de saúde por um profissional. Dessa forma, mais uma vez, pode-se legitimar frente à coletividade que a ausência de seu cônjuge é sentida e afeta a esposa de emigrado, transformando seu cotidiano. Esse é o ideal de pessoa construído em torno da figura da esposa de emigrado na sociedade de Governador Valadares, ou seja, *a tristeza das mulheres é a sua condição ideal*. Sendo assim, suas perturbações físico-morais fazem-nas ficarem aprisionadas a tal condição, que as idealiza e as legitima como esposas, mulheres sérias e íntegras, vítimas da emigração.

Diante dessa exposição, vai-se configurando o esforço de tentar apreender algo a respeito desse universo de relações tangíveis e influenciáveis pelo fenômeno da emigração e tão demarcado por um prisma de gênero, à maneira como o definiu Luis F. Duarte. Partimos, então, da existência desse prisma de gênero e procuramos observar aspectos da vida daquelas mulheres que ficam no Brasil à espera do retorno de seus cônjuges e que, enquanto isso não ocorre, devem reestruturar suas relações cotidianas de tal forma a legitimarem suas ações frente à coletividade.

Outro mecanismo “terapêutico” constantemente citado pelas mulheres é o amparo da religião. O Brasil vive um momento religioso que foi denominado pela sociologia de “trânsito religioso” – pois há um intenso fluxo de fiéis entre as diferentes religiões e instituições –, pelas mudanças das religiões e suas práticas conforme o sincretismo com demais crenças (ALMEIDA, 2004; MONTERO, 2004). Há uma intensa pluralidade religiosa, e pode-se dizer que a população está menos fiel a uma religião só, principalmente os fiéis dos centros urbanos, como a população do Sudeste (ALMEIDA, 2004). Esses autores destacam três fatores que demonstram o pluralismo religioso: a) o enfraquecimento do catolicismo e de sua influência na organização social brasileira, b) o crescimento de religiões com práticas mais subjetivas (pentecostais, espíritas, renovação carismática católica) e c) o crescimento da população que se autodenomina “sem religião”.

Mesmo com o crescimento do grupo intitulado “sem religião”, Minas Gerais continua sendo um estado extremamente religioso e católico em números absolutos, onde predomina o catolicismo tradicional – como no Nordeste –, com suas festas e rituais (70,2%, segundo o censo 2010). Como observado durante as idas a campo em Governador Valadares, o cristianismo esteve presente em praticamente todas as entrevistas, tanto no discurso como na ornamentação dos espaços.

As novas características da religião no Brasil – pluralismo, trânsito religioso – e a forma globalizante da religião no contexto internacional implicam uma nova relação com a religião em contextos transnacionais. A utilização da religião como método terapêutico – ao invés do método “*médico-psiquiátrico*” – já foi demonstrado por Duarte (1986) como típico da classe trabalhadora. O que nos interessa nesse momento é, a partir do trabalho de campo, compreender como isso ocorre num contexto de migração.

Se vimos até aqui principalmente o ponto de vista “oficial” sobre a saúde das mulheres, tentamos também compreender e apreender o discurso nativo sobre as sensações, anseios e relação com o corpo que as próprias mulheres que vivem nessa situação sentem, a fim de possibilitar uma melhor percepção do fenômeno, compreender como elas próprias entendem os rearranjos familiares e de que forma (se é que) relacionam o que sentem psicologicamente e fisicamente com a ausência do marido.

Para apreender o discurso das mulheres sobre como elas compreendem seus corpos, iniciamos outro trabalho de campo em Governador Valadares, realizando uma nova etnografia da sala de espera da Clínica de Todos. O recorte da pesquisa – mulheres cujos maridos são emigrantes – levou-nos de volta a essa clínica, dessa vez com mais sucesso. O período de trabalho de campo foi marcado pela convivência com as esposas dos emigrados da classe trabalhadora da cidade de Governador Valadares. Além da observação, foram realizadas entrevistas na sala de espera da Clínica de Todos e foram feitas outras entrevistas nas quais visitamos as mulheres em suas casas. As entrevistas nos domicílios dessas mulheres permitiram um nível maior de intimidade – ao mesmo tempo em que não era um espaço privilegiado para o tema da “saúde”. As mulheres aparentemente se sentiam mais confortáveis em contar sobre suas vidas e relações conjugais.

Em todas as entrevistas as esposas não relacionavam nenhum problema de saúde à ausência do marido. Ao indagar sobre a relação com seus maridos e a distância, todas demonstravam certa segurança, mesmo sentindo saudades e problematizando a relação com os maridos, compreendiam e compartilhavam do motivo da ausência e o novo arranjo familiar:

Ele diz que vem quando a gente acabar a casa, mas acho que vai precisar esperar mais um pouco para juntar mais dinheiro. A casa está quase pronta, é umas três ruas aqui para baixo. A gente quer montar um negócio, um lava-rápido, aí teremos que esperar mais um pouco (Relato de Lu).

Essa casa que a gente está foi toda reformada com o que ele mandou, eu trabalho também, mas só com meu salário só ia conseguir arrumar assim daqui a 20 anos. Todo ano ele diz que vem: até me acostumei, e as crianças também se acostumaram, a gente sabe que ainda falta muita coisa (Relato de Ge).

Não repara que falta móvel, a gente tá juntando tudo para a casa nova, o pedreiro tá demorando, mas se tudo der certo fica pronta no começo do ano que vem, e daí ele volta (Relato de Va).

A esperança do retorno do marido está presente a todo momento, sempre há a ansiedade para que retornem logo, mas durante as conversas expressam uma espécie de conformação com a situação. Segue um parágrafo retirado do diário de campo escrito durante o último trabalho de campo:

Durante as entrevistas observamos que as esposas não demonstram sentir muita falta do marido, por mais que contem sobre o anseio por seu retorno não o expressam de modo passional, boa parte das mulheres parece estar acostumada com a distância, e, mesmo mantendo contato e se relacionando com o marido, sua falta se torna tão recorrente na vida das “viúvas de maridos vivos” que parece que passam a encarar a distância de forma mais natural (Trecho do diário de campo de Roberta Morais Mazer).

Foi observado que as esposas sentem falta de seus maridos e sofrem pela distância, no entanto os maridos continuam a cumprir seu papel de “homem da casa”: são quem sustentam as famílias materialmente, participam da criação dos filhos através dos contatos por telefone e asseguram a honra de suas mulheres.

As coisas são difíceis, quando ele foi embora eu era muito nova, é ruim mulher ficar sozinha, agora faz oito anos que ele está longe, e eu perdi boa parte da minha mocidade. Mas ele nunca deixou de mandar dinheiro para mim e para os filhos, nunca nos deixou passar dificuldade e sempre se preocupou com os meninos, até demais! Sempre me liga para brigar comigo sobre a criação das crianças (Relato de Ze).

Em várias entrevistas as mulheres declararam sentir pressão social por estarem sem seus maridos e serem vigiadas, no entanto contam que aprenderam a lidar com isso para não dar muita “dor de cabeça” e passaram a não ligar para os comentários. No entanto, elas contam que, se diminuiu a preocupação em relação aos olhos alheios, precisaram dar mais informações e satisfações ao marido.

A entrevistada Lu conta que no início foi morar com a sogra, e foi péssimo, pois esta sempre a vigiava e controlava os lugares aonde ia. No entanto, Lu passou a conversar mais com ela e decidiu não abrir mão das suas saídas, que eram para visitar seus familiares e amigas. Mas, antes de qualquer passeio, ela ligava para seu marido para contar aonde iria e com quem estaria porque sabia que sua sogra faria fofoca. Ela relata que a experiência foi ruim e que a deixava nervosa, mas era um cuidado que precisava tomar para a manutenção do seu casamento. O relato de Ze é bem parecido, ela sempre soube que os vizinhos da rua comentavam sobre ela e contavam para a família do marido, mas diz que isso não causava mais nervoso nela, pois passou a não dar mais atenção e

a conversar mais com o marido, que sempre sabia onde ela estava.

Toda vez que abordávamos sobre a questão do “nervoso” e doenças físicas supostamente geradas pela solidão e pressão social, a imensa maioria respondeu que não sentia nada, “*graças a Deus*”. Nenhuma das entrevistadas tomava remédios constantes para controlar o nervoso ou qualquer ansiedade e não consideravam que sentissem alguma dor por razões psicológicas ligadas à ausência dos maridos. Porém, conforme as entrevistas se desenrolaram, elas demonstraram que sentiam “nervoso”: o momento que grande parte das entrevistadas relatava como de maior sofrimento, ansiedade era o da saída dos maridos do Brasil até a chegada deles no outro país, especialmente quando a viagem era para o EUA e era necessário atravessar a fronteira. Segundo os relatos, a grande tensão estava na falta de notícias.

Dona Zi ficou 20 dias sem ter notícia, durante esse período conta que só chorava, não conseguia comer nada, apenas bebia água e muito café e se apegava a Deus para proteger o ente distante. Assim como Ja, que conta ter ficado 7 dias rezando o tempo todo, sem comer e beber, e sente que curou a preocupação e seu nervoso através das orações.

Na hora daquele nervoso não conseguia fazer nada, sem nenhum sinal dele, a gente fica sem saber o que pode ter acontecido. É muito perigoso, a gente sabe que às vezes fica difícil de mandar notícias, mas a preocupação é muita. Não coloquei nada na boca esses 20 dias, só água e café, só água

e café. E rezava o tempo todo, não desgrudei de Deus, sabia que ele ia me abençoar (Relato de Zi).

Aquela época foi ruim demais, nem sei como te contar, só rezando mesmo. Passou uma semana e nada de saber dele. Fiquei muito ruim, muito nervosa, nada entrava pela boca, nem de comer nem de beber. Mas graças a Deus deu tudo certo e ele ficou bem, tá tudo bem agora (Relato de Ja).

A figura do Deus cristão apareceu recorrentemente nas entrevistas como uma forma de cura e de acesso à tranquilidade nos maiores momentos de tensão. Segundo Duarte (1986, p. 271), os recursos terapêuticos podem ser do tipo “tradicional-popular”, “religioso” ou “médico-psiquiátrico”. Não podemos cair numa oposição entre eles, grande parte da população se utiliza de mais de um recurso. No entanto, segundo a etnografia produzida por Duarte nas classes trabalhadoras urbanas, a terapia médica é investida de dúvida sobre sua eficácia prática e sobre a competência dos médicos.

Teve uma vez que tomei um remédio, esqueci o nome agora, mas era um remédio que o doutor disse que era de nervoso, para ficar mais calma. Foi horrível, tive um trem bamba, fiquei a noite toda sem dormir, duas noites sem dormir até a tarde do dia seguinte. Fiquei me sentindo pastel o tempo todo, parecia que estava drogada (Relato de Do).

Nesse trecho de entrevista podemos observar que o remédio para nervoso receitado pelo médico produziu reações ruins para a paciente, de modo que no discurso ela conta que, depois dessa experiência, nunca mais pensou em tomar

o remédio para nervoso, indicado pelo médico. No entanto, Duarte teoriza que essa mesma população, a qual olha com questionamentos a eficácia médica, por vezes estigmatiza os saberes populares como superstições e os desqualifica por estarem desvinculados da ciência e próximos a “crendices”.

Não há dúvidas de que as esposas dos emigrados sentem perturbações pela ausência dos maridos e passam por momentos difíceis – desde a sensação de ter “desperdiçado” a juventude até o medo de nunca mais ver o marido –, porém, durante as entrevistas, demonstrou-se que a forma como essas sensações são vividas é muito diferente do previsto pelo discurso médico. Ze nos conta que o marido voltará ao final deste ano, e ela está nervosa porque descobriu que ele tem um filho em Portugal. Isso levou ao fim do casamento, e ela não sabe como eles farão para dividir a casa que foi construída pelos dois. Diz sentir nervoso ao saber que ele vem, mas que trabalha muito, às vezes vai a churrascos de família e reza para esquecer.

Faz um mês que descobri que ele tem outra família lá, fiquei muito ruim, muito nervosa. Sinto que perdi minha juventude, o povo todo falando de mim aqui na rua, e ele lá com outro filho. Agora não sei como a gente vai fazer, estou muito nervosa, ele diz que vem no final do ano, não sei como a gente vai fazer com a casa. Antigamente ficava muito mal, muito mal mesmo, com tudo que acontece, mas com o tempo aprendi a lidar com as coisas. Sempre vou à igreja agora. Não fico só em casa, vou em festa, churrasco de família, se ele não gostar o problema é dele (Relato de Ze).

Não são poucas às vezes em que os estabelecimentos locais da Igreja Católica e de Igrejas pentecostais acabam por oferecer conforto espiritual e material para as esposas. A religião também assume importância nas relações sociais dessas mulheres, muitas passam a participar de atividades como festas e rituais de igrejas católicas e pentecostais. Como demonstra o trecho da entrevista acima, a participação e ida às igrejas aparecem como forma de “tranquilizar”. Muitas mulheres passam a fazer parte de grupos religiosos e trabalhar no processo de organização de eventos.

Se você estiver aí semana que vem, a gente pode ir na festa da igreja, estamos juntando umas coisas. Vai ser bom demais. Vai ter comida, bebida, lá é um lugar bom, fico contente de meus filhos estarem querendo ir. Hoje em dia a gente tem que ficar de olho nas crianças, minha menina já está maior que eu, mas lá na igreja é um lugar bom para eles (Relato de Ti).

As transformações ocorridas na estrutura familiar são enormes e, de certo modo, rompem com o modelo de família socialmente estipulado. De fato, a migração traz riscos como o rompimento dos laços provocados pelo distanciamento e os “sofrimentos” que todos os envolvidos sentem durante o processo. Porém, a diferença dos discursos sobre a saúde da esposa do emigrado mostra as diversas versões em relação ao motivo dos sintomas de desconforto (ou patologias, no discurso médico). No discurso médico fica claro que o arranjo familiar propiciado pela migração juntamente com a precária condição financeira dessas pessoas as tornam, de certo

modo, mais propícias a problemas relacionados aos distúrbios mentais, enquanto que as próprias mulheres não relacionam a ausência do marido a um estímulo para problemas físicos e procuram métodos terapêuticos de ordem religiosa quando estão ansiosas e “nervosas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas vezes, é o sentimento de pertença a esses grupos religiosos que orienta as condutas dos sujeitos mais do que qualquer diagnóstico médico. As esposas, frente à ausência do marido, são expostas a um discurso médico que intervém na situação de forma a “agir racionalmente”, entendendo a racionalidade técnica como a única possível de ser adotada. Esse “agir racional” implica acatar uma visão hegemônica e subordinar os significados e as práticas que essas mulheres produzem a formas não qualificadas de interpretação.

Assim, é uma interação não raro marcada pela negação da visão dessas mulheres, que tende a ser rotulada como antiquada ou ignorante. Não se trata apenas de partir, cada qual, de conteúdos simbólicos diferentes, mas de esses conteúdos serem perpassados por uma hierarquia social que privilegia um saber em detrimento do outro e permitem que se torne legítimo constranger os que adotam uma visão de mundo alternativa ao saber científico. As crenças religiosas frequentemente são apontadas como sistemas simbólicos que, sobrepondo o mundo divino ao humano, tenderiam também a

desprezar a produção técnica deste. O perfil socioeconômico precário levaria, supostamente, as classes trabalhadoras urbanas a não partilharem dos instrumentos prestigiados de aprendizado, nos quais em geral são elaborados discursos e as noções tidas como “racionais”, pautadoras das mediações possíveis entre os diversos saberes da modernidade.

É nas periferias das cidades que a pobreza costuma ser frequente, e a incidência de denominações evangélicas e o catolicismo praticante se fazem mais importantes, tornando-se agentes mediadores de carências familiares e coletivas, tanto materiais quanto espirituais. Num certo sentido, é a *experiência religiosa* que confere significado diante das adversidades cotidianas, sendo mais disseminada no cotidiano dessas pessoas, mais presente em suas vidas, contribuindo na superação dos revezes emocionais, em eventos que interferem ainda mais na sua rotina; por vezes, pode preencher as lacunas assistenciais eventualmente não preenchidas pelo Estado ou articular as demandas a serem apresentadas ao Estado a fim de serem atendidas.

Tanto o discurso religioso como o discurso médico são postos em xeque toda vez que eventos da vida prática entram em conflito ou ameaçam desestabilizar suas fórmulas explicativas: um discurso médico sobre a saúde também é uma apreensão simbólica da realidade; um discurso religioso é um tipo específico dessa apreensão que não se encontra de todo livre dos desafios que a emigração lhe impõe.

A religião aparece no contexto de Governador Valadares como forma de aconselhamento espiritual, mas também para os desafios da vida cotidiana. Os sacerdotes seriam um ponto em que a solidariedade cristã confluiria, a fim de constituir uma rede capaz de garantir às pessoas, independentemente da religião que tenham, o conforto para a condução de suas vidas. Não cabe a este trabalho procurar a realidade sobre a possível psicossomatização dos sintomas apresentados pelas mulheres. Podemos discutir, no entanto, como propõe Cardoso (1999, p. 204), que os problemas físicos apresentados pelas esposas, uma vez que não se enquadram na etiologia da medicina, passam a ser considerados pelos médicos como frutos de um descompasso no restante de suas vidas. A terapêutica realizada pela medicina passou a relacionar o “sujeito com dores” a um “desviante social” ao articular as patologias a desvios de condutas.

Como no caso das crianças, analisado no capítulo anterior, temos um descompasso entre os saberes oficiais e a experiência dos sujeitos. O saber oficial tende a estigmatizar a emigração como causadora de desvios entre os jovens, no caso do saber pedagógico, e como uma espécie em si de patologia, no caso do discurso médico. Nos dois casos, a emigração não é compreendida como um processo que gera transformações, mudanças e adaptações, mas como algo que apenas causa problemas. Os problemas são todos de ordem familiar, e isso deve ser destacado. Os saberes oficiais olham para a

família do emigrante como um defeito crônico: ela causa desvios nos jovens e doença nas mulheres. A falta de sensibilidade desse discurso pode ser relacionada a uma indiferença geral com a diferença: os modelos e formas de vida na periferia estão sempre errados, pois são distintos daqueles modelos de classe média dos formuladores de um ponto de vista “oficial” sobre a emigração.

Vimos que a expressão feminina de sentimentos de tristeza faz parte de uma moralidade esperada pelas pessoas com quem as mulheres se relacionam, que algum pesar tem que necessariamente ser publicizado. Esse pesar pode ser visto em várias dimensões da conduta das esposas. É como se o código moral da migração impusesse à mulher presente uma espécie de ausência similar à do marido: ele está fora, e a mulher, de certa maneira, precisa estar também fora das redes de sociabilidade mais amplas, precisa ser contida, restrita às relações com as famílias, precisa ser um modelo de disciplina e recato. A única permissão para um círculo social mais amplo e não condenável é justamente a igreja, o culto, a vida em torno de uma comunidade religiosa. As mulheres são algo como espectros da ausência do marido: estando presentes precisam parecer quase ausentes, invisibilizadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 15–27, 2004.
- CARDOSO, M. Médicos e clientela: da assistência psiquiátrica à comunidade. 1. ed. São Carlos: Fapesp/EdUFSCar, 1999. v. 1. 229 p.
- DEBIAGGI, S. D. Migração e implicações psicológicas: vivências reais para o indivíduo e o grupo. *Travessia*, São Paulo, v. 53, p. 16–20, 2005.
- DUARTE, L. F. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.
- _____. Prefácio. In: CARDOSO, M. D. *Médicos e Clientela: da assistência psiquiátrica à comunidade*. São Carlos: EdUFSCar, 1999.
- FONSECA, C. *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LANGDON, E. J. A Morte e Corpo dos Xamas nas Narrativas Siona. *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 107–149, 1995.
- MACHADO, I. J. R. Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o parente ausente no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. *Anais... Goiânia*, 2006. 1 CD-ROM.
- _____. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 5–26, 2010.
- MONTERO, P. Igreja católica, identidade e pós-colonialismo. *Etnográfica*, Lisboa, v. 4/5, p. 207–222, 2004.
- SOARES, W. Emigração e (I)mobilidade Residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas de Um Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. v. 1. 149 p.

Conclusão – A miopia do parentesco: o ponto de vista nativo e os poderes formais

Igor José de Renó Machado

Ao longo do livro, demonstramos como em Valadares o motor da movimentação das pessoas é em si um processo de parentesco. A dinâmica das nanocasas é um dos estímulos principais para o impulso à mobilidade internacional, construída como um atalho para realizar um desejo inscrito nas ordens do parentesco. O desejo é, como vimos, a centralização de um conjunto de relações, de socialidades. Essa centralização exige uma expressão material de suporte: uma casa própria capaz de congrega a família (nuclear) e reunir a família (estendida) e amigos. É esse suporte material que indica, incontornavelmente, a independência em relação a outras socialidades. Com a casa, pode-se centralizar; sem ela, pode-se apenas ser centralizado.

Esse desejo de centralidade é o que chamo de nanocasas. Estabeleci uma relação detalhada desse processo com a ideia levistraussiana de Casa, mostrando como este é uma espécie de radicalização do princípio da Casa de Lévi-Strauss

(1986, 1999). Radicalização que conduz a uma fragmentação e aceleração radical das casas no tempo e espaço. Produz nanocasas que duram apenas o tempo de vida do casal, até os filhos construírem suas próprias nanocasas, e o casal voltar a ser “descentralizado” pelas relações dos filhos. Há, evidentemente, durações distintas para as nanocasas, e isso tem relação direta com a estabilidade do casal e com o sucesso financeiro. Quanto mais bem-sucedido, mais fácil é centralizar as relações (embora o dinheiro em si não garanta nada).

Essa percepção da necessidade de recursos materiais para centralizar relações “imateriais” articula a vontade da imigração, como uma opção para encurtar o processo: ganhar mais dinheiro rapidamente, voltar, ter algum negócio e prosperar econômica e relacionalmente. Demonstro assim como a movimentação é produzida a partir de uma “lógica nativa” (que poderíamos agora chamar de uma ontologia – falarei disso adiante). Em exemplos sucessivos fomos demonstrando como essa lógica opera em diversos níveis. Refletimos sobre a relação entre o casal que se organiza a distância, como estruturam a relação por meio de remessas e bens. Ou seja, vimos como o parentesco se atualiza num momento visto como passageiro e perigoso, em que as pessoas estão separadas. Os trabalhos indicam que é por meio da circulação do dinheiro que o parentesco se atualiza nos períodos de ausência.

Enquanto o dinheiro das remessas flui, a relação existe. O primeiro sintoma do fracasso, do fim das relações é o fim do

envio das remessas. Esse dinheiro organiza a vida daqueles que ficam no Brasil: o dinheiro para as contas cotidianas paga o sustento e deve também ser gerido para que seja possível construir a casa própria ao final da aventura. Além do “dinheiro em si”, a circulação de bens (presentes, eletrodomésticos, etc.) também estrutura as relações, aparecendo como aquilo que materializa a presença dos ausentes: os presentes, como computadores, jogos eletrônicos, roupas, eletrodomésticos, “estão para” os ausentes. O marido está na casa mobiliada, o pai está no computador, no telefone celular.

O envio de presentes, que muitos encaram como mecanismos que “estragam” os filhos dos emigrados (como ouvimos de educadores ligados à estrutura de ensino da cidade), é, na verdade, um modo de o parentesco se atualizar de alguma forma. Uma forma que todos entendem como pálida, como um reflexo pálido do ausente, mas que é ainda a prova materializada da relação. Tentamos demonstrar como a migração totemiza os bens enquanto signos de uma relação ou de relações: o consumo passa a ser consumo de parentesco, muito mais profundo e intenso que consumo por consumo. A linguagem dos bens é aquilo que mantém a presença dos ausentes, não aquilo que “estraga” ou “mima” as crianças, esposas e maridos.

Vimos também como crianças e mulheres experimentam a migração em Valadares. Ou seja, apresentamos uma etnografia do parentesco “entre parênteses”, aquela atualização

que organiza a vida das pessoas durante a ausência. Vimos que esse processo é suposto para ser temporário, mas muito frequentemente a volta não acontece como um abandono da forma “entre parênteses” para a forma “definitiva” (um modelo ideal de família nuclear vivendo na mesma casa). A forma entre parênteses pode impor modificações nas relações de gênero, na relação entre as gerações. Pais podem não ser mais reconhecidos, netos podem virar “filhos de fato”, casais podem sobreviver enquanto casais apenas a distância.

De alguma forma, nossa etnografia mostra uma “tensão intensa” dada na ordem do parentesco, implicada na movimentação que pode ser assim resumida: a vontade das nancasas, que implica um modelo de parentesco “tradicional”, leva à imigração; a ausência causada pela imigração exige uma atualização do parentesco, que é vivido de outras maneiras, gerando “produtos” inesperados e potencialmente ameaçadores ao modelo tradicional (independência das mulheres, afetos dos filhos direcionados a outros “não ausentes”, etc.); a volta e reunião da família exige uma reatualização do parentesco, um diálogo entre a “forma modelo” e a “forma entre parênteses”, que pode resultar em múltiplas possibilidades, desde a volta forçada ao modelo tradicional até a estruturação definitiva na forma entre parênteses (quando o casal decide viver apenas em ausência, perturbada por visitas anuais).

Esse processo foi descrito etnograficamente, de baixo para cima, pode-se dizer. Mas ele pressupõe outra concepção

de parentesco. A questão era pensarmos o parentesco a partir da noção de *relatadness*, tentando entender qual o resultado prático nas análises da emigração valadarense. O conjunto de trabalhos apresentados nos capítulos 3, 4 e 5 indica o sucesso daquela hipótese: de fato, podemos pensar outras coisas, tecer outros argumentos e ver o fenômeno da migração de outra forma. Acredito que nesse sentido o livro foi bem-sucedido, por demonstrar que pensar o parentesco relacionalmente pode, sim, ser produtivo.

Mas essa imbricação entre parentesco e migração em Valadares evidenciou também outra opção “ontológica”, se podemos dizer assim: a opção por tratar de um “ponto de vista” nativo como inclusivo e estruturante da realidade. Olhando para a realidade da migração do ponto de vista dos que ficaram em Valadares, pudemos também entender um pouco mais dos processos que se desenvolvem entre imigrantes valadarenses no exterior, no caso, em Portugal. Tomar essa opção ontológica deu (ou produziu) sentido na experiência dos valadarenses em Portugal, que articulam uma experiência imigrante muito distinta de outros brasileiros em Portugal.

Quero dizer que a variedade interna da “experiência brasileira” em Portugal fez mais sentido com uma opção inspirada no pressuposto de um ponto de vista inclusivo, como vimos no Capítulo 3. Pudemos identificar uma espécie de genealogia da experiência valadarense em Portugal quando olhamos para os familiares que ficaram no Brasil. E essa genealogia é organizada

essencialmente pelo “parentesco valadarense” (ao menos o das classes mais pobres). Foi possível estabelecer uma conexão entre a ética da economia e do isolamento que se abate sobre os valadarenses em Portugal e o “parentesco entre parênteses” e também com a produção das nanocasas: para remeter dinheiro, para enviar presentes, para construir rapidamente a casa, é preciso trabalhar intensamente, é preciso não gastar futilmente, é preciso não correr risco de ser preso.

Assim podemos entender o fato de valadarenses em Portugal (na costa da Caparica) trabalharem dois turnos de 8 horas, dividirem casas de quatro cômodos entre mais de dez pessoas, não circularem nas poucas horas de lazer. Tudo se refere à construção da nanocasa, à manutenção da relação “entre parênteses”. É por isso que vemos como a dinâmica da vida dos imigrantes muda radicalmente quando uma relação amorosa se inicia no país de imigração (enfraquecendo a relação entre parênteses, diminuindo o envio de recursos e criando um padrão de gastos considerado perdulário). Ou seja, podemos entender a ética da economia (ou pão-durismo, como eles a chamam) como uma das dimensões do parentesco valadarense, produzindo uma Valadarensidade migrante em Portugal. Gastar pouco é manter a família. Gastar muito é abandonar a família.

Os Capítulos 4 e 5 demonstraram um processo semelhante: um descompasso marcante entre a visão da estrutura de governo da cidade e a dos emigrantes e seus familiares. Aquilo

que aparece como *problema* para o Estado, como as modificações da estrutura familiar e a vulnerabilidade das esposas dos emigrados, aparece como normalidade para os sujeitos que produzem a movimentação, entendida como um processo familiar.

O aparato estatal, representado no caso pelas secretarias de educação e saúde, encara a ação dos emigrantes e suas famílias como potencialmente disruptivas em duas dimensões: potencialmente ameaçadoras aos entes familiares submetidos à alteração da “ordem familiar normal” e ameaçador à saúde da família, principalmente da esposa que fica enquanto o marido emigra.

A postura das crianças, que *entendem* a emigração do pai ou dos pais, não é percebida pelos agentes públicos, assim como a postura das mulheres que devem, de alguma forma, expressar obrigatoriamente algum tipo de sofrimento para consolidar o casamento enquanto ele está marcado pela separação dos cônjuges. Se para os sujeitos que produzem a emigração esses fatos são consequências duras e penosas, que trazem sofrimento, de forma alguma são vistos como condenáveis, pois a ética da progressão econômica é justificativa suficiente para lidar com as dificuldades impostas pela emigração.

As posturas de “conformismo nativo” com a emigração (do ponto de vista dos agentes estatais, claro) são sempre relacionadas a algo muito evidente, que aparece como um

negativo do que vimos ao longo deste livro: ao código de honra moral relacionado aos homens valadarenses, nas classes mais pobres. É dever destes sustentar a família, trabalhar duro enquanto emigrantes. Devem aceitar um projeto que impõe evidentes sofrimentos e dificuldades, em prol da melhoria de condição de vida da família. Isso justifica a situação ameaçadora da família enquanto a emigração acontece.

Por outro lado, esse mesmo código moral masculino explica o “sofrimento” das esposas, como um ritual sistemático de expiação e sofrimento pela ausência do marido. As mulheres precisam expressar publicamente o sofrimento que, de alguma maneira, assegura ao marido a manutenção da honra e o reconhecimento do esforço. A “saúde da esposa” do emigrado é outra ponta dos processos sociais de vigília social impostos às mulheres, que já analisamos em outros momentos e que foram constantemente citados ao longo do livro. Se a vigília pública do comportamento da mulher é um processo comum e reconhecido de defesa da honra do marido, a manifestação corporal (psicossomática, diriam os psiquiatras da cidade) é outro aspecto do mesmo processo: refere-se à honra do marido.

A honra masculina aparece como um “negativo” da nossa análise porque a vemos em seus efeitos práticos na organização da vida familiar do emigrado *enquanto* ele emigra. Vemos, portanto, na estruturação da família, na educação dos filhos, no controle do comportamento da mulher, na saúde

da mulher, os resultados da ação dessa ética moral de uma masculinidade valadarense. Os dados aqui apontados indicam, inclusive, que o uso que as mulheres fazem do sistema de saúde (seja o privado ou o público) tem relações profundas com essa ética masculina, pois serve como uma espécie de prestação de contas à sociedade de que a honra do marido continua intacta.

Temos indicação de que mesmo o reforço dado às práticas religiosas aparece como uma resposta a essa ética da honra: os espaços sociais oferecidos pelos círculos religiosos são os únicos aceitos como legítimos por essa honra, pois implicam uma anulação (teórica) da sexualidade feminina, sendo menos ameaçadora aos homens. A religião aparece como outro tipo de recurso terapêutico: aparece como o único lugar social não ameaçador aos homens, contraposto aos bares e à noite de forma geral. Assim, a religião oferece vida social não ameaçadora, sendo, em muitos casos, a única fonte de relações sociais possíveis às mulheres, para além da família.

O que percebemos também é que ambos os casos, o dos filhos da migração e o das esposas da migração, tratam especificamente de ordens de parentesco. A migração impõe uma transformação das ordens de parentesco locais, submetidas à ética masculina da honra e do sustento econômico. Essa transformação entra em um atrito sistemático com a visão dos agentes estatais, vista sempre como ameaçadora. É preciso entender que o Estado (representado basicamente pelos

poderes municipais, que também gerenciam recursos federais) entende essa reformulação do parentesco como eminentemente ameaçadora e identifica tudo o que é gerado por ela como perigo, como ruim, como tragédia.

Poderíamos dizer que os poderes públicos se sentem ameaçados por essas modificações e não estão de forma alguma preparados para lidar com elas. Isso implica dizer que o poder público defende um modelo de parentesco “tradicional”, visto sempre como natural e desejável, do qual as famílias dos emigrantes se afastam. Esse afastamento é visto como perigo e como degeneração. Obviamente, quando dizemos “poderes públicos”, referimo-nos às pessoas que estão em contato com as famílias dos emigrados e que produzem opiniões e políticas públicas sobre os emigrantes. E essas pessoas são em geral pessoas de classe média.

Talvez seja possível falar de um confronto entre padrões de parentesco por classe social, dos quais o modelo dos agentes públicos é tido como a face “normal” e como exemplo para avaliar a “disfunção” da família emigrante. Essa apreciação preconceituosa dos processos relativos ao parentesco dos emigrantes e suas famílias é uma questão importante a ser desenvolvida no pensamento antropológico sobre a migração. Em Valadares, o preconceito se expressa de muitas formas, mas no nosso caso, em relação às crianças, ele se expressa na ideia de que os filhos da migração são potencialmente mimados e com tendência a se perderem na vida,

que não reconhecem autoridade, que, enfim, não têm uma “família normal”. No caso da saúde das mulheres, o preconceito se expressa na ideia de que os desarranjos provocados pela emigração geram efeitos psicossomáticos nas mulheres: uma espécie de paranoia coletiva causada justamente pela alteração das ordens normais de parentesco.

Assim, podemos entender a importância que uma análise direcionada às estruturas de parentesco pode oferecer aos estudos migratórios: pudemos entender como estamos lidando, ao final das contas, com um embate entre estruturas distintas de parentesco, visto que há a produção sistemática e inconsciente de uma “normalidade” de parentesco ao qual é contrastada a experiência emigrante. Pudemos entender também como é uma ética masculina da honra e da autonomia econômica (sustento da família) que promove uma reestruturação da ordem de parentesco, ao menos enquanto dura a emigração. Vimos em outros momentos como as consequências dessa reestruturação podem ser complicadas, mas aqui vale ressaltar que é essa reestruturação que é condenada pelos poderes públicos como anormal e perigosa.

Os filhos não encaram essa reformulação como anormal, como pudemos ver no Capítulo 4. As esposas também não a encaram dessa maneira. Tanto as esposas quanto os filhos encaram como uma consequência natural de um projeto que é desejo de todos. Inclusive da sociedade que circunda os emigrantes. Essa dimensão do processo escapa

completamente aos poderes públicos, numa espécie de miopia de parentesco.

O grande exemplo dessa miopia é a produção do material didático pela prefeitura da cidade, direcionado ao emigrante. Esse material, como analisado no quarto capítulo, é, na verdade, uma expressão do preconceito contra os emigrantes e suas famílias: encara a família e o filho do emigrante como materialistas, como gananciosos e como desprovidos do verdadeiro valor moral, defendido pelos agentes estatais: a presença da família junta e unida. Ora, o valor da presença como central ao parentesco é algo que se refere ao parentesco dos próprios agentes e não dos sujeitos que deveriam aprender algo com aquele material. Essa história em quadrinhos é o resultado mais exemplar do que chamo de miopia de parentesco.

REFERÊNCIAS

LÉVI-STRAUSS, C. *Minhas Palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. História e etnologia. *Textos didáticos*: revista do IFCH/Unicamp, Campinas, n. 24, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, A. G. “De Criciúma para o mundo” – Os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: MARTES, A. C. B.; FLEISCHER. *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BAMFORD, S. Conceiving relatedness: non-substantial relations among the Kamea of Papua New Guinea. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 10, p. 287–306, 2004.

BATTAGLIA, D. We feed our fathers: paternal nurture among the Sabarl of Papua New Guinea. *American Ethnologist*, v. 12, n. 3, p. 427–441, 1985.

BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approach*. 4. ed. Lanham: AltaMira Press, 2005.

BESTARD, J. Kinship and the new genetics. The changing meaning of biogenetic substance. *Social Anthropology*, v. 12, n. 3, p. 253–263, 2004.

CANESSA, A. Procreation, the Person and Ethnic Difference em Highland Bolivia. *Ethnos*, v. 63, n. 2, p. 227–47, 1998.

CARSTEN, J. *After Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.

COLLIER, J. F.; YANAGISAKO, S. J. (Eds.). *Gender and Kinship: Essays toward a Unified Analysis*. Palo Alto: Stanford University Press, 1987.

DEL VALLE, T. (Ed.). *Gendered Anthropology*. London: Routledge, 1993.

DELANEY, C. The meaning of paternity and the “virgin birth” debate. *Man*, n. 21, p. 494–513, 1986.

FELDMAN-BIANCO, B. A saudade portuguesa na América: artefatos visuais, histórias orais e a tradução de culturas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, v. 45, p. 113–126, 1996.

_____. A (Re)construção da Nação Portuguesa e a Transnacionalização de Famílias. *Cadernos CERU: Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, USP, Série 2, v. 6, p. 89–104, 1995.

FLEISCHER, S. R.; MARTES, A. C. B. (Org.). *Fronteiras cruzadas: Etnicidade, gênero e redes sociais*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FONSECA, C. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49–68, 2002.

FOSTER, R. J. Nurture and Force-Feeding: Mortuary Feasting and the Construction of Collective Individuals in a New Ireland Society. *American Ethnologist*, v. 17, n. 3, Aug. 1990.

HARAWAY, D., 1997, "The virtual speculum in the New World Order", *Feminist Review* 55: 22-72 (SLC).

HERITIER, F., 1999, *Two sisters and their mother: the anthropology of incest*. New York: Zone Books.

HOWEL, S. Kinning. The creation of life trajectories in transnational adoptive families. In: *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 9, p. 465-84, 2003.

KAWAMURA, L. *Para Onde Vão os Brasileiros? Imigrantes Brasileiros no Japão*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LATOURETTE, B. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LUNA, N. Pessoa e parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *Estudos Feministas*, ano 9, jul./dez. 2001.

MACHADO, I. J. R. Hierarquia das fronteiras e o ponto de vista etnográfico. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. *Anais...* Porto Seguro: RBA, 2008. v. 1.

MACHADO, I. J. R.; ALMEIDA, A. G. A distância dos filhos. Reflexões sobre núcleos familiares divididos pela migração. *Travessia*, São Paulo, v. 20, p. 26-32, 2007.

MACHADO, I. J. R.; STABELINI, F. Remessas como relações: reflexões não-econômicas sobre a circulação de remessas entre famílias transnacionais. In: CONGRESSO DA REDGOB, 6., Lisboa, 2008. *Paper...* Lisboa: REDGOB, 2008.

MARINUCCI, R. *Brasileiros e brasileiras no exterior*. Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

MATOS VIEGAS, S. *Terra Calada*. Os tupinambás na mata atlântica do sul da Bahia. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

PEIXOTO, J. et al. *O tráfico de imigrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Lisboa: Acime, 2005.

RAGONÉ, H. *Surrogate Motherhood: Conception in the Heart*. Boulder: Westview Press, 1994.

_____. Chasing the Blood Tie: Surrogate Mothers, Adoptive Mothers, and Fathers. In: LAMPHERE, L.; RAGONÉ, H.; ZAVELLA, P. (Eds.). *Situated Lives: Gender and Culture in Everyday Life*. New York: Routledge, 1997.

REIS, R. R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

REIS, E. S.; MACHADO, I. J. R. Imigração, risco e família: novas configurações familiares e direitos humanos. *REMHU*, Brasília, v. 31, p. 229–237, 2008.

SCHWARCZ, L. K. M. História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1–2, p. 199–222, 1999.

SCUDELER, V. C. Imigrantes Valadarenses no Mercado de trabalho. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 193–232.

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. *Estudos Avançados*, v. 57, p. 137–156, 2006.

SUTTON, C. Celebrating ourselves: the family reunion rituals of African-Caribbean transnational families. *Global Networks*, v. 4, n. 3, p. 243–257, 2004.

THORNE, B. Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, B.; YALOM, M. (Org.). *Rethinking the family: Some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992.

YANAGISAKO, S.; COLLIER, J. Toward a unified theory of gender and kinship. In: _____. (Eds.). *Gender and Kinship*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

YANAGISAKO, S.; DELANEY, C. Naturalizing power. In: _____. (Eds.). *Naturalizing Power*. Londres: Routledge, 1995.